



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**FACULDADE DE CIENCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA**

**MÁRCIO MARQUES ROSA**

**CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA EM**  
**ÁREA DE FRONTEIRA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO**  
**MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA (MS)**

**DOURADOS – MS**  
**2014**



MÁRCIO MARQUES ROSA

**CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA EM  
ÁREA DE FRONTEIRA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO  
MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA (MS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Flaviana Gasparotti Nunes.

Linha de Pesquisa: Espaço e reprodução social: práticas e representações.

Área de concentração em Produção do Espaço Regional e Fronteira.

DOURADOS – MS  
2014

**MÁRCIO MARQUES ROSA**

**CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA EM ÁREA DE  
FRONTEIRA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO MUNICÍPIO DE CORONEL  
SAPUCAIA (MS)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA PPGG-UFGD

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente e Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Flaviana Gasparotti Nunes (UFGD)

2º Examinador: Prof. Dr. Jones Dari Goettert (UFGD)

3º Examinador: Prof<sup>a</sup>. Dra. Adriana Dorfman (UFRGS)

### **Dedicatória**

Dedico este trabalho à minha esposa (Eudine) e aos meus filhos (Lara e Raphael); foram graças a eles que tive forças para não desistir nesta árdua caminhada, de muitos momentos ausentes de corpo físico, mas sempre presentes em meus pensamentos e no meu coração. Aos meus pais Laércio e Josepha, aos meus irmãos: Lúcia, Odair, Ozamir, Odenir (*in-memória*), Osmar e Osanea, aos meus sobrinhos, e à minha orientadora, Professora Doutora Flaviana.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Laércio e Josepha, que apesar de semi-alfabetizados incessantemente mostraram a todos os filhos (as) a importância constante de estar estudando, pelo apoio e auxílio que sempre alimentaram em nós (filhos) na busca de nossas realizações pessoais e profissionais.

À minha esposa Eudine, pela mulher, companheira, amiga e por, às vezes, chamar a minha atenção para o trabalho, com seu amor incondicional, compreendendo meu mau humor e minhas constantes ausências.

Aos meus filhos, Lara e Raphael, por me fazerem persistir por cada linha escrita.

Aos meus irmãos Lúcia, Odair, Ozamir, Odenir (*in-memória*), Osmar e Osanea, destes cinco dedicando parte de suas vidas a tão difícil carreira educacional, exemplos de homens e mulheres de caráter, labor e determinação.

Aos meus cunhados Aderbal e Rosilda, a todos os meus sobrinhos por se tornarem em minha vida extensão daquilo que entendo pela palavra família.

Ao meu sogro, Juarez, e a minha sogra Célia, por sempre terem cuidado com extremo amor de meus filhos para que eu e minha esposa pudéssemos estudar.

Aos meus amigos de Graduação e Mestrado, principalmente ao Heverton, Vladimir, Luciana, Alessandra, Andressa, Sara e Giseli por todas as vezes que precisei e fui de pronto atendido.

Às minhas superiores e amigas de trabalho Ana Maria e Izabel que nunca criaram obstáculos para que eu estudasse, a Tatiane e Cláudia, por nunca deixarem a “peteca” cair e a minha amiga Lucinéia (pirinéia).

Aos meus professores do Curso de Geografia: Charlei, Jones, Maria José (Zezé), Cleonice, Adauto, Márcia, Mário Geraldini (*in-memória*), Lisandra, Edivaldo e Guilherme.

À minha amiga Marinalva e a toda sua família em Coronel Sapucaia por me “aguentarem” e serem tão prestativos quando necessitei.

Aos professores e coordenadores da rede pública de ensino de Coronel Sapucaia, pela colaboração com a pesquisa de campo, deixando seus afazeres profissionais para me atender.

Por fim, à minha professora, orientadora, amiga Flaviana, que com certeza fez muito mais do que deveria para a conclusão deste trabalho, compreendendo o aluno, o homem, o pai de família, os problemas, as incertezas. A você, Flaviana, o meu mais sincero obrigado.

## RESUMO

Nosso principal objetivo foi de identificar e analisar as características do ensino de Geografia em municípios fronteiriços de Mato Grosso Sul, tendo como referência de estudo o município de Coronel Sapucaia, por fazer fronteira seca com a cidade paraguaia de Capitán Bado. Diante da diversidade cultural existente na fronteira é preciso que estados fronteiriços, como Mato Grosso do Sul, contemplem em seus currículos e projetos educacionais elementos ou propostas que atendam às especificidades das comunidades fronteiriças. A Geografia precisa analisar o espaço sob suas várias possibilidades e especificidades, compreendendo a diversidade, as peculiaridades, as trocas estabelecidas com o meio, e até mesmo o fundamento político que reflete a educação de um dado território. Neste texto, procuramos desenvolver algumas reflexões sobre esta problemática, destacando as especificidades das áreas fronteiriças, suas implicações e desafios para a escola e, particularmente, para o ensino de Geografia. Procuramos, ainda, identificar e analisar como as propostas curriculares para o ensino de Geografia do município e do estado de Mato Grosso do Sul contemplam a questão da diversidade cultural presente nas áreas de fronteira; identificando e analisando as formas de trabalho, bem como os recursos didáticos utilizados pelos professores de Geografia do município para abordar e desenvolver temas e questões que envolvam os conceitos de território, lugar e fronteira no entendimento das características culturais do lugar, as necessidades e dificuldades dos professores de Geografia relativas ao contexto sócio-cultural das escolas localizadas em áreas de fronteira. Entendemos que é de grande relevância a construção de uma perspectiva intercultural como fundamento para as práticas educativas nas escolas de fronteira. Todavia, a construção de uma perspectiva intercultural para o ensino em áreas de fronteira não deve estar apenas restrita a documentos oficiais, como, por exemplo, um referencial curricular ou propostas educativas, deve ultrapassar tais documentos e se dinamizar como uma perspectiva de compreensão e construção das práticas docentes.

**Palavras-chave:** interculturalidade; fronteira; cultura; ensino e práticas de ensino em Geografia.

## RESUMEN

Nuestro principal objetivo fue identificar y analizar las características de la enseñanza de la Geografía en los municipios fronterizos de Mato Grosso do Sul, con referencia al estudio de la ciudad de Coronel Sapucaia para la toma de frontera seca con la ciudad paraguaya de Capitán Bado. Teniendo en cuenta la diversidad cultural de la frontera es necesario que los estados fronterizos como Mato Grosso do Sul, contempla en sus hojas de vida y los elementos o propuestas que satisfagan los proyectos educativos específicos para las comunidades fronterizas. Geografía necesita analizar el espacio bajo sus diversas eventualidades y particularidades, incluida la diversidad, las peculiaridades, los intercambios establecidos con el medio ambiente, e incluso la base política que refleja la educación de un territorio determinado. En este trabajo, desarrollamos algunas reflexiones sobre esta cuestión, poniendo de relieve las características específicas de las zonas fronterizas, sus implicaciones y retos para la escuela y en particular para la enseñanza de la Geografía. También tratamos de identificar y analizar la forma en la propuesta curricular para la enseñanza de la Geografía de la provincia y el estado de Mato Grosso do Sul abordar la cuestión de la diversidad cultural presente en las zonas fronterizas; identificación y análisis de las formas de trabajo y de los recursos didácticos utilizados por los profesores de Geografía de la municipalidad para abordar y desarrollar temas y asuntos relacionados con los conceptos de territorio, el lugar y frontera cultural en la comprensión de las características del lugar, las necesidades y dificultades de profesores de Geografía en las escuelas socio- culturales ubicados en zonas fronterizas contexto. Creemos que es de gran importancia para construir una perspectiva intercultural como fundamento de la práctica educativa en las escuelas de límites. Sin embargo, la construcción de un enfoque intercultural para la enseñanza en las zonas fronterizas perspectiva no sólo debe limitarse a los documentos oficiales, tales como los propósitos educativos de referencia del estudio o, debe superar este tipo de documentos y agilizar como perspectiva para la comprensión y la construcción de las prácticas de enseñanza.

**Pabras-clave:** prácticas interculturales; la frontera; la cultura; la educación y la enseñanza en Geografía.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	10
<hr/>	
<b>CAPÍTULO 1 – A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI EM MATO GROSSO DO SUL E O MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA</b>	16
<hr/>	
1.1 - As concepções de fronteira: para além da dimensão política	16
<hr/>	
1.2 - Fronteira: território de híbridos, alteridade e identidade na construção do “eu” e do “outro”	24
<hr/>	
1.3 - Caracterização e análise da fronteira Brasil-Paraguai em Mato Grosso do Sul	35
<hr/>	
1.4 - As especificidades do município de Coronel Sapucaia	40
<hr/>	
1.5 – Breve contextualização do município de Capitán Bado (Paraguai)	42
<hr/>	
1.6 - Coronel Sapucaia e Capitán Bado: a conotação de cidades conurbadas	44
<hr/>	
<b>CAPÍTULO 2 – A ESCOLA, O ENSINO DE GEOGRAFIA E A FRONTEIRA EM CORONEL SAPUCAIA</b>	50
<hr/>	
<b>CAPÍTULO 3 – DIFERENÇA, IDENTIDADE E ALTERIDADE COMO FUNDAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NA FRONTEIRA</b>	70
<hr/>	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	99
<hr/>	
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	104
<hr/>	
<b>ANEXOS</b>	109
<hr/>	

## **Lista de Figuras**

Figura I: Estado de Mato Grosso do Sul, em destaque o município de Coronel Sapucaia	41
Figura II: Avenida Internacional – Coronel Sapucaia (Brasil) e Capitán Bado (Paraguai)	45

---

## **Lista de Mapas**

Mapa I: Municípios de Coronel Sapucaia e Capitán Bado	44
Mapa II: Localização das escolas pesquisadas	50

---

## **Lista de Tabelas**

Tabela I: Municípios de MS classificados na faixa de fronteira e população	36
Tabela II: Municípios de MS classificados como cidades gêmeas e população	37

---

## INTRODUÇÃO

O intuito desta dissertação pauta-se em analisar como o ensino de Geografia desenvolvido nas escolas, nas salas de aula, através dos agentes desta, principalmente professores, contextualiza seus objetivos em consonância com os conteúdos ministrados, atentando-se à materialização cultural que provêm da fronteira, indispensável para o êxito do processo educacional.

Tendo como objetivo a observância do ensino de Geografia na fronteira, decidimos analisar o município de Coronel Sapucaia<sup>1</sup> (MS), uma vez que este município é limítrofe com a cidade paraguaia de Capitán Bado, o que nos propiciou os elementos necessários à pesquisa: as questões ligadas ao ensino de Geografia e a diversidade cultural proveniente do encontro da população destas duas cidades.

Dessa forma, estruturamos nossa pesquisa buscando atingir o seguinte objetivo: identificar e analisar as características do ensino de Geografia em municípios fronteiriços de Mato Grosso Sul, tendo como referência o município de Coronel Sapucaia.

Como desdobramento desse objetivo central, também pretendíamos: identificar e analisar como as propostas curriculares para o ensino de Geografia do município de Coronel Sapucaia e do estado de Mato Grosso do Sul contemplam a questão da diversidade cultural presente nas áreas de fronteira; identificar e analisar as formas de trabalho, bem como os recursos didáticos utilizados pelos professores de Geografia do município para abordar e desenvolver temas e questões que envolvam os conceitos de território e fronteira no entendimento das características culturais do lugar; identificar e analisar as necessidades e dificuldades dos professores de Geografia relativas ao contexto sociocultural das escolas localizadas em áreas de fronteira.

Na construção de nosso primeiro capítulo – “A fronteira Brasil-Paraguai em Mato Grosso do Sul e o município de Coronel Sapucaia”, empreendemos uma discussão teórica

---

<sup>1</sup> No município de Coronel Sapucaia, encontramos uma enorme diversidade cultural oriunda do Paraguai, devido à fronteira estabelecida com o município de Capitán Bado e também uma enorme diversidade proveniente da população indígena guarani-kaiowá fixada na aldeia Taquapery. Esta aldeia é cortada pela Rodovia MS 289, que é caminho obrigatório para quem quer se deslocar para o município de Coronel Sapucaia por Amambai (MS). Fizemos este destaque em relação aos indígenas, pois os mesmos são importantes componentes da estrutura social de Coronel Sapucaia, contudo, nosso trabalho não irá abordá-los por não estarem pressupostos nos objetivos de nossa pesquisa. As questões indígenas adstritas ao ensino em Coronel Sapucaia podem ser tão complexas quanto às questões coadunadas aos alunos de origem paraguaia, mas devem ser estruturadas como alvo de estudo para outro trabalho.

sobre as concepções de fronteira e a problemática relativa a elas, fazendo um esboço e uma análise da fronteira Brasil-Paraguai em Mato Grosso do Sul e as especificidades do município de Coronel Sapucaia.

Destacamos a significativa extensão de fronteira que o estado de Mato Grosso do Sul possui, principalmente com o Paraguai, apontando alguns dados estatísticos, símbolos e costumes da cultura paraguaia que demonstram a diversidade cultural e social que permeia o estado de Mato Grosso do Sul e o Paraguai.

Ao se trabalhar com Geografia no estado de Mato Grosso do Sul, em áreas de fronteira, é necessário pensarmos os conceitos elementares desta ciência (espaço, território, paisagem, região e lugar) enquanto disciplina escolar, voltados e atentos para a extensa linha de fronteira e a população que se situa nos espaços desta linha imaginária (imaginária quando visualizada por mapas), mas concreta e presente na vida destas pessoas, pois de fato a fronteira existe e traz uma série de implicações sociais, considerando a diversidade cultural pertencente à mesma.

A fronteira representa inúmeros processos, conforme aponta Raffestin (2005, p. 10):

A representação que a cultura ocidental faz atualmente da fronteira é uma pobreza tão absoluta, que precisa ser alertada, pois ela é a negação de toda uma história. E não somente da história que se deu conta de mudança através do tempo, que não passam de uma “projeção de preocupações internas, imediatas e precárias”, e sim de uma história mais enraizada nos antigos ritos e práticas.

A fronteira vai muito mais além do fato geográfico que ela realmente é, pois ela não é só isso.

A crítica mais explícita que Raffestin faz é de que as diferentes historicidades presentes na fronteira não podem ser menosprezadas, tão pouco das relações sociais à ela implicadas e que esboçam para além da ideia de limite que lhe é atribuída como sinônimo, como o próprio Raffestin argumenta, “vai além”.

O contexto social da fronteira permite que possamos analisar ou termos uma percepção dos componentes culturais que caracterizam a identidade do lugar, das pessoas e que possamos entender as dinâmicas sociais e as relações de poder que se estabelecem nessas sociedades.

As sociedades, e aqui nos reportamos às de fronteira, são desiguais, específicas de cada lugar e em constante processo de modificação. O constante fluxo migratório de pessoas, de costumes, de culturas presentes na fronteira promove e realiza a troca de experiências, de formas de perceber o outro de diferentes modos.

O segundo capítulo, intitulado “O ensino de Geografia e a fronteira em Coronel Sapucaia”, foi erigido com base em dados e informações obtidas em entrevistas realizadas no município, nas escolas, com alunos, professores, coordenadores, diretores e moradores, bem como da análise de outras fontes consultadas (materiais didáticos, propostas curriculares e outros). Nesse capítulo, construímos nossas considerações sobre a realidade estudada, procurando correlacionar esta realidade com as leituras e reflexões teóricas realizadas.

Para tanto, destacamos ainda que, de acordo com nossos objetivos, nossa pesquisa investigou de maneira mais aprofundada os processos de ensino/aprendizagem da disciplina de Geografia, nas séries finais do Ensino Fundamental, nas escolas da Rede Pública de Ensino de Coronel Sapucaia, priorizando esta condicionante peculiar do município: a divisa com o Paraguai (Capitán Bado), a fronteira.

A condição de município limítrofe à fronteira, faz com que Coronel Sapucaia reúna duas características primordiais para observarmos: a materialização dos processos educacionais, através das escolas da rede pública; e a materialização de toda a diversidade cultural pertencente à fronteira, ligada à troca de processos culturais com a cidade vizinha de Capitán Bado. Salientamos, ainda, que estes processos, que nunca irão se findar, não se dão de forma natural, mas a partir de construções sociais desenvolvidas e estabelecidas ao longo de trajetórias espaço-temporais. Sendo assim, temos de pensar que nas escolas públicas de Coronel Sapucaia, vamos encontrar uma população de alunos descendentes e/ou paraguaios<sup>2</sup>. Fundamentamos a escola como espaço a ser explorado, visto que esta, enquanto instituição de ensino da sociedade moderna é fruto da própria reprodução social na qual se encontra inserida.

Mais do que um processo centrado em conteúdos pré-dispostos nos livros didáticos, ou preconizados por legislação específica, de autarquia municipal, estadual ou federal, a educação se constitui, antes de tudo, de um processo que se dá pela interação com fatores sociais, que na fronteira estão em permanente contato estabelecido pelas diferentes manifestações culturais que se apresentam neste espaço.

Conforme fomos sistematizando os dados e informações obtidas por meio de questionários e entrevistas realizadas em Coronel Sapucaia e Capitán Bado, da mesma forma

---

<sup>2</sup> De acordo com o que apuramos em nossa pesquisa de campo, cerca de 40% dos alunos matriculados nas escolas públicas de Coronel Sapucaia são paraguaios ou possuem descendência paraguaia, e estes, muitas vezes, residem no Paraguai e estudam no Brasil, apenas atravessam a fronteira para estudar.

como apuramos nossas observações nos dois municípios, constatamos que o ensino de Geografia em Coronel Sapucaia não é trabalhado de forma que seja contemplado nas temáticas de ensino elementos interculturais, (tal fato será mais claramente evidenciado ao longo do texto e com maior enfoque no capítulo 2).

No terceiro capítulo, “A questão da diversidade cultural na educação e no ensino de Geografia”, nos propusemos a refletir sobre a questão da diversidade cultural e a necessidade da educação de forma geral e do ensino de Geografia em particular, voltarem-se para essa análise, tendo em vista as realidades complexas das cidades situadas na extensa linha de fronteira de Mato Grosso do Sul, principalmente considerando os elementos e questões relativas à pesquisa realizada no município de Coronel Sapucaia, explicitadas no capítulo 2.

De acordo com Candau & Moreira (2008, p. 13): “[...] não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa”. Neste sentido, a Rede Pública de Ensino de Coronel Sapucaia, representada pelas escolas públicas do município, precisa construir em seu currículo elementos que vão ao encontro da presença de estudantes paraguaios em suas salas de aulas.

Permeiar ações, dentro do currículo escolar que contemplem a pluralidade cultural das sociedades que compõem estes dois municípios (Coronel Sapucaia e Capitan Bado), objetiva contribuir para a construção de uma escola que esteja identificada com a realidade de sua população.

A escola pode, principalmente com base em seu currículo, trabalhar elementos que atentem para as questões culturais, sendo o agente social representativo deste processo de atribuir a fronteira, aos sujeitos da fronteira, a importância que lhes é devida. No entanto, Candau & Moreira (2003, p.161), a respeito da escola, esclarecem:

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar.

A escola, e neste caso a escola em área de fronteira, não pode ficar alheia aos processos de hibridismo cultural que acontecem em suas salas de aula e no seu entorno. Se o fizer, esta escola estará distante de sua própria realidade, da sociedade que a constitui.

A fronteira exerce sobre o ensino e, portanto, sobre as escolas que nela se localizam, uma peculiaridade única – a diversificação da população – a fronteira, então, não pode ser resumida a apenas uma linha divisória entre dois países, ao mesmo passo a Geografia que se

ensina nestas escolas não pode contribuir para que questões sociais, de etnias, de raças, de pluralidades culturais fiquem despercebidas.

A respeito desta ambiguidade, Candau & Moreira (2008, p. 13) vão dizer que: “existe uma relação intrínseca entre educação e cultura(s). Estes universos estão profundamente entrelaçados e não podem ser analisados a não ser a partir de sua íntima articulação”. A Geografia, neste enfoque, pode elucidar a complexidade das condicionantes sócio-espaciais, das relações atribuídas à diversidade cultural existente nas escolas de fronteira.

A Geografia, ou melhor, os que a desenvolvem, e neste caso estamos nos referindo aos professores de Geografia, devem direcionar os alunos para sua realidade, evidenciando o contexto social que os envolve dentro e fora da escola, promovendo a construção de uma escola que caracterize e reflita a(s) identidade(s) de seus alunos, de sua(s) sociedade(s) e suas diferentes historicidades.

O processo educacional deve ater-se à observância de que a escola não se reduz apenas à inserção de um currículo “conteudista”, mas que a escola pode contribuir socialmente para além destes conteúdos. Cavalcanti (2005, p. 12 e 13) aponta:

O trabalho de educação geográfica na escola consiste em levar as pessoas em geral, os cidadãos, a uma consciência da espacialidade das coisas, dos fenômenos que elas vivenciam, diretamente ou não, como parte da história social. (...) O raciocínio espacial é importante para a realização de práticas sociais variadas, já que as práticas são práticas socioespaciais.

Quando falamos em educação precisamos pensar no que almejamos alcançar, através da educação, e que vá repercutir, refletir na questão social. Em relação à fronteira, os processos históricos desencadeados ao longo do tempo servem de base para que a Geografia explique e leve à compreensão desta mesma sociedade a respeito das discussões apresentadas e originadas da fronteira, dos processos de hibridismos culturais ali desenvolvidos.

Constatamos em nossas estadas em Coronel Sapucaia que o referido município não possui uma proposta curricular própria, construída para atender suas especificidades. De acordo com o que apuramos na Secretaria Municipal de Educação (2012 e 2013), a base referencial que os professores utilizam para planejar suas aulas provém do Referencial Curricular do Estado de Mato Grosso do Sul. Esse documento, que deve servir como referência para os professores que lecionam em Mato Grosso do Sul, não apresenta uma estrutura que auxilie os profissionais docentes que atuam na fronteira.

Entendemos, ainda, que a falta de um documento que configure uma proposta de política pública voltada para a realidade da fronteira se torna um grande empecilho a ser “vencido” pelos docentes que ali trabalham, não apenas na disciplina de Geografia, mas também nas demais áreas de conhecimento, pois a realidade que estes professores encontram na fronteira é específica.

Sendo assim, entendemos ser necessário chamar a atenção para uma proposta curricular que contemple ou atenda às diferentes culturas estabelecidas na fronteira, que poderia promover um ensino articulado com a realidade das sociedades híbridas que estruturam a dinâmica social diversa e única da fronteira.

## CAPÍTULO 1

### A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI EM MATO GROSSO DO SUL E O MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA

#### 1.1 - As concepções de fronteira: para além da dimensão política

Vamos abrir nossa discussão sobre fronteira caracterizando-a por meio da ambiguidade que lhe é tão peculiar e proveniente. Senão, vejamos: a fronteira está delimitada por uma linha (que se materializa no mapa) que tem entre outros sinônimos dividir, separar, marcar, impor, determinar, enfim, verbos que trazem em seus significados a ideia de ser obrigado a algo, de aceitação, de cumprimento. Acreditamos que devemos ir além desta simples idealização. A fronteira está, ou melhor, foi criada para cumprir uma função, a de separar nações, povos, culturas.

O sentido mais representativo para o termo “fronteira” é aquele que o associa ao Estado-nação. A fronteira enquanto traço marcado sobre um território e visível no mapa geográfico constitui o signo em torno do qual se estrutura a representação dominante do mundo. O mapa-múndi que estamos habituados a ver nas escolas, nas universidades, nos livros mais elementares de história, veicula uma imagem do planeta repartido em unidades políticas que comumente chamamos de “Estados”. A nossa percepção sobre ele parece estar presa a estes arquétipos que dão forma à sociedade de Estados, cada um dos quais defendendo sua bandeira, seu território e, conseqüentemente, sua fronteira. Dificilmente reproduz-se a imagem do mundo em suas variadas comunidades étnicas, linguísticas ou religiosas, por exemplo. Acostumamo-nos a ver, a pensar e agir no mundo tendo como referência a sua configuração estatal. A fronteira é determinante para esta visão de mundo, pois, sem ela, não há Estados (CARVALHO, 2006, p. 59).

É como se fronteira já existisse *a priori*. Mas, e as implicações sociais, o modo de vida das pessoas, que não condizem com essa ideia pressuposta de limite? Estes fatos extrapolam a lógica e a organização proposta pelo Estado por meio da fronteira.

Ainda a respeito desta concepção separatista, que está intimamente ligada à fronteira, mesmo considerando a enorme diversidade cultural, Walsh (2009, p.16) afirma:

[...] o reconhecimento e respeito à diversidade cultural se convertem em uma nova estratégia de dominação que ofusca e mantém, ao mesmo tempo, a diferença colonial através da retórica discursiva do multiculturalismo e sua ferramenta conceitual, a interculturalidade “funcional”, entendida de maneira integracionista. Essa retórica e ferramenta não apontam para a criação de sociedades mais equitativas e igualitárias, mas para o controle do conflito étnico e a conservação da estabilidade social, com o fim de impulsionar os

imperativos econômicos do modelo neoliberal de acumulação capitalista, agora “incluindo” os grupos historicamente excluídos.

A autora chama a atenção para o fato de que o imperativo “moderno” separatista vem tentando ultrapassar a base de marcação física de uma fronteira. A ideia separatista moderna está sendo reafirmada com base na diversidade cultural existente na fronteira. A manutenção da “ordem” vai opor-se por um elemento que deveria aproximar e não afastar as pessoas, a saber, a(s) própria(s) cultura(s).

Os elementos existentes na fronteira advindos de uma produção simbólico-cultural estão sempre se renovando na linguagem, nos gestos, no vestuário, na conduta pessoal e social, na música, na pintura, na dança, nos ritos, nas cerimônias, nas religiões, entre outros, pois a fronteira vista a partir destes elementos supera a ideia de separação pensada pela idealização de Estados/Nações.

Para tanto, e de acordo com Raffestin (2005), não podemos limitar a fronteira somente à concepção de Estados, puramente como um marco divisor:

A fronteira, no seu processo de funcionalização, pode naturalmente ser interpretada, tanto no sentido político como no se sentido sócio-cultural. Nestas condições, a fronteira parece muito paradoxal, já que o seu reforço e mesmo seu desmantelamento é um provável reflexo de um outro sistema de limites em crise, não imediatamente visível.

A fronteira e suas metamorfoses podem ser a consequência de modificações não visíveis no sistema de valores. Quando a delimitação não é mais possível no interior de um conjunto cultural, fica à disposição somente a malha dos territórios. Mas não foi o que prevaleceu, na maior parte dos casos do mundo (RAFFESTIN, 2005, p. 14 e 15).

Assim, a fronteira é uma ambiguidade, reduzir a fronteira nesta instância de delimitação já se constitui um equívoco, visto que as pessoas que habitam a fronteira ultrapassam diariamente o limite demarcado e, mais, as relações sociais estão além desta condição, às pessoas se casam com outras do “outro” lado da fronteira, estabelecendo laços afetivos e familiares.

Na fronteira as produções simbólicas, principalmente quando se materializam, mostram um pouco da diversidade que ali emana. Uma diversidade que evidencia e demonstra diversas dimensões do possível, do social, do humano, por meio de várias e diferentes manifestações de linguagens que se traduzem em leituras do espaço, promovendo a construção e (des) construção de subjetividades, que também são elementos essenciais na formação e caracterização da fronteira.

Partindo deste pressuposto, Oliveira (2005, p. 377 e 378) aponta:

Na região de fronteira há complementaridades de toda ordem, todos sabemos, o que as transforma em subsistemas abertos pouco condicionados às amarras das burocracias estatais. As coisas, os fatos, os atos – enfim a vida – que ocorre ali, é movida por necessidades e/ou vontades que fogem dos grilhões do escopo legal.

Nunca é demais lembrar que as pessoas somente sobrevivem porque se complementam, as divisões sociais do trabalho consolidam e respaldam os motivos de viver de cada um; as cidades também somente existem por que se complementam com outras cidades no palco da divisão territorial do trabalho. Todavia, na fronteira, existe algo mais.

Nesta construção de produções simbólicas e subjetivas surge um dos maiores problemas enfrentados por aqueles que habitam a fronteira: sua produção simbólica muitas vezes é apropriada por um grupo de forma diferente do outro. A maneira de ver, sentir e reagir é peculiar a cada pessoa e grupo. É uma disposição do temperamento, da sensibilidade que faz com que um indivíduo sinta, de modo especial e muito seu, a influência de diversos agentes.

Estes pressupostos ficam mais esclarecidos nas discussões de Carvalho (2006, p.57 e 58):

A noção de fronteira transmite-nos uma ideia de limite que divide espaços, pessoas, coisas, culturas, línguas. Define-se na relação “interior-exterior” que ela estabelece e que marca a sua força simbólica. [...] A ideia de fronteira estabelece uma relação entre duas realidades: de um lado, aquela que reconhecemos e que nos faz sentir protegidos – os elementos que se situam no espaço interno são considerados, por isto, mais determináveis e as suas relações são tidas como mais previsíveis do que aquela havidas no espaço externo – e, de outro, a realidade que muitas vezes ignorada, não controlada pela inteligência, com componentes maiores de aleatoriedade e que, por esta razão, nos transmite uma sensação de insegurança.

Na fronteira há culturas e não cultura, cada qual carrega consigo a particularidade de lugares, regiões, identidades, nacionalidades, formas que vão dando aos indivíduos a construção de suas identidades.

Nesse sentido, ao se estudar ou pesquisar sobre fronteira é preciso estar atento para apresentar e compreender as especificidades culturais de cada um dos lados. Os significados que proveem dos lugares habitados, não necessariamente divergentes, mas singularizados, contam e criam à história da qual fazem parte, afirmando identidade a seus grupos sociais e da própria fronteira sendo construída diariamente.

A pluralidade cultural proveniente da fronteira faz com que a diferença, o “diferente”, seja uma constante neste território, o direito de ter participação ativa em sociedade está em consonância com essas emanções culturais plurais e ao mesmo tempo singularizadas. Plurais no sentido de que são vindas de povos e raças com origens culturais diferentes e singularizadas quando se manifestam separadamente para dar identidade a um ou

outro grupo, afirmando sua existência cultural. Pierucci (1999) em sua obra “Ciladas da Diferença” chama de “direito à diferença”, vejamos:

[...] A começar da segunda metade dos anos 70, passamos a nos ver envoltos numa atmosfera cultural e ideológica inteiramente nova, na qual parece generalizar-se em ritmo acelerado e perturbador a consciência de que nós, os humanos, somos diferentes *de fato*, porquanto temos cores diferentes na pele e nos olhos, temos sexo e gênero diferentes além de preferências sexuais diferentes, somos diferentes na origem familiar e regional, nas tradições e nas lealdades, temos deuses diferentes, diferentes hábitos e gostos, diferentes estilos ou falta de estilo; em suma, somos portadores de pertencas culturais diferentes. Mas somos também diferentes *de direito*. É o chamado “direito à diferença”, o direito à diferença cultural, o direito de ser, sendo diferente. *The right to be diferente!*, é como se diz em inglês o direito à diferença. Não queremos mais a igualdade, parece. Ou a queremos menos. Motiva-nos muito mais, em nossas demandas, em nossa conduta, em nossas expectativas de futuro e projetos de vida compartilhada, o direito de sermos pessoal e coletivamente diferentes uns dos outros (PIERUCCI, 1999, p. 7).

Sempre pautaremos nossa pesquisa a partir dessa reflexão crítica que Pierucci faz ao que muitos acreditam ser normal. Trazendo estes preceitos críticos do autor para a fronteira propomos que a aparente normalidade estabelecida com uma fronteira e imposta pelo Estado deva ser rompida, construindo argumentos direcionados com base na representação cultural e simbólica, sabendo que estas caracterizam a identidade dos povos que habitam a fronteira e que os diferencia uns dos outros, principalmente no que tange sua cultura.

Não queremos construir nossas práticas restritas e apenas fundadas numa produção artificial, matematizada, desmerecendo as pessoas e suas histórias, queremos transmitir, de alguma forma, os povos e o encontro das culturas destes povos que habitam a fronteira, lugar peculiar e único. Pensar a fronteira enquanto lócus de produção social das pessoas que lá vivem. É preciso perceber o todo que a diversidade promove.

Queremos abordar várias possibilidades em relação à fronteira, não restringindo-a somente a uma, muitas vezes, de conotação política. Nestes termos, Walsh (2009, p. 20) alerta:

[...] a política multicultural atual sugere muito mais do que o reconhecimento da diversidade. É uma estratégia política funcional ao sistema/mundo moderno e ainda colonial; pretende “incluir” os anteriormente excluídos dentro de um modelo globalizado de sociedade, regido não pelas pessoas, mas pelos interesses do mercado. Tal estratégia e política não buscam transformar as estruturas sociais racializadas; pelo contrário, seu objetivo é administrar a diversidade diante do que está visto como o perigo da radicalização de imaginários e agenciamento étnicos. Ao posicionar a razão neoliberal – moderna, ocidental e (re)colonial – como racionalidade única, faz pensar que seu projeto e interesse, apontam para o conjunto da sociedade e a um viver melhor. Por, isso permanece, sem maior questionamento.

Fica claro, de acordo com Walsh, que a estratégia moderna é apreender-se da diversidade cultural para a manutenção de uma ordem social que se arrasta desde a época das colônias. Prática criada e disseminada por uma Europa ou países desenvolvidos que ainda sentem a necessidade do controle daqueles que estão às suas margens.

A fronteira, enquanto lugar traz consigo relações de encontros e desencontros. A maneira como são utilizados os espaços e como são retratados os lugares na fronteira refletem normas culturais, valores e costumes morais, estruturas sociais e ideologias que caracterizam e refletem o que pensa sua sociedade. Silenciar estes fatos sociais significa fazer com que as pessoas que vivem na fronteira nunca questionem a dominação que forçadamente querem lhes impor através de um discurso forjado por relações de poder dadas pelo Estado.

Quando falamos em cultura, queremos dizer que há distinção de um indivíduo para o outro, de um grupo para outro, de um lugar para o outro.

Sim e não, a fronteira avança e recua do processo oriundo de sua própria mobilidade resultante do ir e vir, do fluxo de pessoas, de mercadorias, de saberes e de culturas que a molda. Sua existência está ancorada nestas relações.

Oliven (2006, p. 166) fala desta fluidez que se dá na fronteira e da constituição de sociedades cada vez associadas ao encontro de mais de uma matriz cultural:

Se antigamente as culturas tendiam a ser associadas a um território e as identidades definidas, o que se verifica atualmente é um cruzamento das fronteiras culturais e simbólicas que faz com que haja uma desterritorialização dos fenômenos culturais. Uma manifestação simbólica que surge num contexto migra para outros e é recontextualizada. É claro que essa adoção não é passiva e implica sempre reelaboração. Isso significa que as culturas se tornam cada vez mais híbridas.

O modo de ver o mundo, os diferentes comportamentos sociais são assim produtos de uma herança cultural e de contatos. Esta diferenciação de um indivíduo para outro, de um grupo social para o outro, de uma sociedade para outra, revela a diversidade humana e a multiplicidade das combinações regionais que formam as diferentes culturas, não apenas na fronteira, mas em todas as partes do mundo.

Não se pode, portanto, para estudar e pesquisar temas inerentes à fronteira, separar as condicionantes culturais e sociais. O estudo não pode pautar-se apenas em fatores materiais. Não estamos afirmando que esses não sejam importantes, contudo, se caminhamos por um território de hibridismos culturais, bases físicas e materiais podem vir a não traduzir de forma mais abrangente uma leitura do espaço.

Não trazer à tona as unidades culturais e étnicas inerentes à fronteira, não abarca sua realidade. Candau & Moreira (2008, p. 26) chamam atenção em seu trabalho para esta necessidade:

Ser conscientes de nossos enraizamentos culturais, dos processos de hibridização e de negação e silenciamento de determinados pertencimentos culturais, sendo capazes de reconhecê-los, nomeá-los e trabalhá-los constitui um exercício fundamental.

A abordagem investigativa deve ser diferente. A leitura espacial deve ser construída a partir das formas abstratas e subjetivas que se manifestam. Pensar estes termos como possibilidades de investigação. Ao analisar a cultura na fronteira podemos nos deter a condicionantes que são capazes de explicar o que acontece nos processos sociais que se desencadeiam. O que os envolve não é mais visto somente como uma realidade objetiva, mas também, como estamos frisando, subjetivamente.

A fronteira deve ser analisada de forma abrangente (não estamos nos referindo aqui a apenas um lado). Esta percepção desempenha um papel importante no sentido de elucidar os próprios comportamentos sociais, atitudes e reflexos resultantes da ação cultural que está implicada na fronteira.

Ainda que, de acordo com as palavras de Oliveira (2005, p. 381), a fronteira seja fruto de arranjos e desarrajos sociais e sobrevive destes:

Está na irresoluta territorialidade presente, o redesenho dos arranjos sociais. Isto não faz desaparecer as tensões e os preconceitos – o que há é um redimensionamento da convivência, onde a intolerância cede lugar a formas tolerantes de sociabilidades indulgentes. A permissividade faz parte do cotidiano fronteiriço mais do que em qualquer outro ambiente.

Porém, não queremos normatizar esta averiguação, não existem regras. A maneira como cada indivíduo, cada sociedade participa, difere, não é sempre a mesma. As interações culturais, as quais foram submetidas, são exercidas em cada um de modo ímpar, contribuindo para os processos de identidade social que vão dando “corpo” à cultura, as sociedades existentes na fronteira.

Dessa forma, Souza (2001, p. 15) preconiza:

A cultura inerente a cada grupo social, bem como sua identidade, não se encontra estagnada, estando sempre em processo constante de criação e, por que não dizer, (re) criação, não se constituindo em um depósito de experiências inalteradas. É a cultura que confere a cada um dos membros do grupo o sentimento de identidade e mantém o espírito de pertença dos indivíduos a esse grupo.

No território da representação simbólica concernente à fronteira, a cultura, o estudo desta, provém da interação direta dos seres humanos com o que é produzido enquanto cultura, do conjunto de ideias, valores, crenças e da própria ordem moral.

Não nos esqueçamos culturas são formadas por conjuntos materiais e imateriais, se apresentam se representam de diferentes formas e em diferentes contextos. Mapear a cultura, se é que isto realmente é possível, pode vir a delinear as sociedades na fronteira. Apontando onde uma termina e a outra começa, sem esbarrar nas condicionantes físicas, mas, amparando-se nas práticas sociais, que são indispensáveis a toda e qualquer sociedade como mecanismos capazes de revelação, de amostragem de um pouco do que pensam os indivíduos que juntos, coletivamente, dão vida, forma à fronteira, seja de um lado, seja de outro.

Portanto, o espaço fronteiro está atrelado à reprodução da, ou em função da dinâmica que existe na fronteira. Isso poderia servir de base para adjetivarmos a fronteira enquanto lugar, que foi “inventado” para delimitar, estabelecer onde algo começa e termina.

Nesta assimilação de fronteira e lugar que estamos propondo, citamos Massey (2008, p. 191):

[...] Algumas vezes há tentativas de traçar limites, mas mesmo esses não se referem, geralmente, a tudo: são sistemas seletivos de filtragem, seus significados e efeito são constantemente renegociados. E eles são, constantemente, transgredidos. Lugares não como pontos ou áreas em mapas, mas como integrações de espaço e tempo, como *eventualidades espaço-temporais*. Este é um entendimento de lugar – como aberto (“um sentido global de lugar”), como um tecer de estórias em processo, como um momento dentro das geometrias do poder, como uma constelação particular, dentro de topografias mais amplas de espaço, e como em processo, uma tarefa inacabada [...].

O homem “inventou” a fronteira com esta finalidade de impor limites, separar. Contudo, a fluidez de uma fronteira, fluidez de pessoas, de sentimentos, de símbolos, de culturas, de arranjos e desarranjos sócio-espaciais extrapola os limites. No tempo e no espaço marcam e estruturam o cotidiano das pessoas, moldam e (de) formam sua identidade e o território habitado.

Em suas argumentações, Oliven (2006, p. 157) colabora nessa direção:

Embora as noções de território e de fronteira tenham existido em diferentes momentos históricos, seus significados variam no tempo e no espaço. O mesmo pode ser dito sobre a construção de identidades grupais. Até a pouco as identidades sociais eram normalmente associadas a grupos que ocupavam um espaço – um país, uma cidade ou um bairro e nele projetavam valores, memórias e tradições. A preocupação em demarcar fronteiras era fundamental nesse processo. O que vinha de fora era geralmente visto como impuro e, portanto, perigoso. Em tudo isso estava presente a ideia de que

uma cultura sempre pode ser delimitada pelas suas fronteiras. Ou seja, tradicionalmente, definir uma cultura seria um exercício de afirmar quais eram seus limites e o que caberia e o que não caberia nela. Para tanto, era fundamental delimitar o território em que habitavam os portadores desta cultura, estabelecer sua língua, seus símbolos, seus costumes etc. Mas as pessoas viajam. E com elas viajam suas roupas, suas línguas, seus costumes e suas ideias. [...] Ao chegarem a outros solos as pessoas se adaptam. Conservam sua cultura, mas entram em contato com novos costumes e valores. **A influência é recíproca.** O viajante ou o imigrante acaba aprendendo a língua do novo país e aceitando parte de seus hábitos, ao mesmo tempo em que influencia as pessoas com quem se relaciona. (**grifo nosso**).

O autor aponta que existe uma influência recíproca. Concordamos com ele, contudo, é necessário enfatizar que por mais que seja recíproca, é desigual. É algo que nunca estará estagnado nem no tempo, nem no espaço. Muitas vezes, de difícil compreensão, mas esta dinâmica que caracteriza a fronteira como palco de encontros e desencontros culturais é o que alimenta sua capacidade de ser mutável, de ser móvel, de sempre estar em processo de transformação e renegociação social dependendo, em muitos casos, de relações de poder, imposta por um Estado que não está em concatenação com a lógica cultural diversa da fronteira.

Colocado nestes termos, vamos ponderar e fazer uma ressalva: não podemos nos ater ao constructo de que a fronteira é um espaço homogêneo, para todos os que lá vivem.

A fronteira não serve a todas suas sociedades da mesma maneira, às vezes, apenas um fragmento desta. Esta negação feita a uma parcela da sociedade agrava a questão identitária, por exemplo. Há, também, a reprodução de um espaço de dominação social que entra em consonância com o espaço de interesse da reprodução cultural, ao qual está submetido.

Dependendo do momento histórico e das circunstâncias, a fronteira é de todos e ao mesmo tempo de ninguém.

O Estado e a sua fronteira tornam-se, assim, referências importantes para o indivíduo. Este tem a sua identidade construída não mais em função de uma comunidade qualquer, mas sim da comunidade maior da nação cujo suporte territorial é aquele inscrito pela fronteira estatal (...) O indivíduo torna-se “nacional” de um país. A fronteira constrange-o a assumir esta identidade e, assim fazendo, contribui para a consolidação de uma ideia de unidade presente em todos aqueles que a reconhecem como sendo a linha de demarcação territorial que pode lhes assegurar um lugar e um passaporte no mundo (CARVALHO, 2006, p. 59 e 61).

Essa, sem dúvida, é a maior premissa que o Estado busca quando define suas fronteiras: que as pessoas que nela se encontram inseridas construam sua identidade ligada a preceitos nacionalistas. Este sentimento nacionalista que prioriza uma unidade na fronteira se mostra bastante disseminado na fronteira entre Coronel Sapucaia, e Capitán Bado, percebido, principalmente, nas escolas de Coronel Sapucaia com a presença de alunos vindos do Paraguai, que muitas vezes silenciam sua cultura para passarem despercebidos nas salas de aulas<sup>3</sup>.

Com esse intuito a sociedade pertencente à fronteira e o processo de construção de suas identidades, está condicionado a materialização das relações culturais conflitantes e geradoras de discriminações, colocando o habitante da fronteira em constante processo de afirmação de sua identidade, resultante de processos heterogêneos, marcados por diferenças da própria configuração das relações sociais, levando a uma tensão permanente no processo de formação cultural que caracteriza a(s) sociedade(s) na/da fronteira.

De fato, é necessário entendermos que o embasamento cultural que advém da fronteira, só existe e se admite atrelado à coexistência de uma variedade cultural baseada em procedimentos sociais historicamente definidos ao longo do tempo.

## **1.2 – Fronteira: território de híbridos, alteridade e identidade na construção do “eu” e do “outro”**

Na fronteira, a diversidade cultural proveniente do encontro de diferentes nacionalidades poderia ser explicada pelas múltiplas combinações possíveis desses símbolos e significados expostos ora por uma cultura, ora por outra, conferindo sentido às ideias e ações de uma ou outra sociedade, que às vezes se aproximam e dialogam, e às vezes se distanciam e não se comunicam.

É uma lógica estabelecida na fronteira, existente, ou melhor, remanescente do contato e da percepção sentida pelo “outro”. São processos sociais e culturais de interdependência, pois o contato entre as diferentes culturas e os diferentes seres sociais é diário.

Sendo assim, se as culturas e todas carregam consigo essa constituição são formadas de sistemas simbólicos, com seus significados, só os indivíduos pertencentes a essa cultura é

---

<sup>3</sup> No capítulo 2 deste trabalho aprofundaremos esta discussão.

que irão compreender estes símbolos, dando significados a eles para se comunicar, para se expressar, para se identificar, para se unir, para se auto-afirmar enquanto grupo social, o que conduz à ideia de alteridade. Neste sentido, Gusmão (2003, p. 94) ressalta:

Nem a igualdade absoluta, nem a diferença relativa são efetivamente adequadas para compreender e solucionar o problema da diversidade social e cultural – o que está em jogo, mais que as diferenças e a imensa diversidade que nos informa, é alteridade – espaço permanente de enfrentamento, tensão e complementaridade.

Todavia, na fronteira a cultura está atrelada, moldada, vista a partir de lentes de preferências construídas: o que cada grupo ou sociedade é para o outro grupo ou para a outra sociedade. Ou seja, há diferentes formas segundo as quais olhamos para o outro. Chegamos, assim, ao estranhamento em relação à cultura, a cultura da qual não fazemos parte e, preponderantemente, queremos negar porque desconhecemos.

A dificuldade de aceitação do outro se dá nesse estranhamento, nesse choque de ver o outro como “diferente”. Às vezes, vemos o outro de uma maneira depreciativa. Diante deste contexto de aversão ao outro, Carvalho (2006, p. 58) observa:

Isto porque a fronteira, se totalmente fechada para o que é externo, pode favorecer a ocorrência de um estado de medo excessivo ao que é estranho bem como um narcisismo autoconfiante que pode levar-nos a considerar o outro como um ser indesejado, desprezível e sem valor.

Como já dissemos, é a leitura superficial daquilo que nos parece estranho. Esta é uma etapa difícil, mas que precisava ser transposta, não no sentido de se compreender uma dada cultura, mas de respeitá-la e construir com essas relações de troca.

São processos historicamente construídos, passados através do tempo de gerações para gerações. Nesse sentido, Claval (2001, p. 63) sintetiza:

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram (...) o conteúdo de cada cultura é original, mas alguns componentes essenciais estão sempre presentes (...) eles aderem aos mesmos valores, justificados por uma filosofia, uma ideologia ou uma religião compartilhada.

Na fronteira, esses elementos estão constituídos e visíveis na medida em que as próprias manifestações culturais vão acontecendo, dando identidade às sociedades que a compõem, que pertencem ao espaço vivido, em diversos momentos, como condicionantes de resistência e afirmação social.

É um embate necessário para fixar identidade em um território marcado pela diversidade cultural. A construção e desconstrução de elementos culturais transpassam os espaços fisicamente delimitados pela concepção de Estados.

As questões ligadas à identidade propiciam sentimentos de pertencimento; na fronteira, estes sentimentos vão se dar, vão ser construídos amparados pelas condicionantes culturais, ou seja, elementos, ritos, crenças, símbolos já conhecidos e pelos indivíduos assimilados. Então, a cultura molda e assegura ao sujeito da fronteira sua identidade com o espaço habitado, com a fronteira.

Vejamos o que Souza (2001, p. 16 e 17) discute sobre identidade e diferenças:

A primeira ideia que a palavra identidade sugere normalmente é a de pertença a uma instituição, a um grupo ou a uma coletividade mais ampla, com seus princípios e valores, que são assumidos como o modo característico de uma conduta identitária, sendo o grau dessa assimilação e sua tradução em práticas ou ações coletivas o elemento que marca e diferencia um grupo do outro [...] as diferenças, sejam elas culturais ou não, são, portanto, criadoras de categorias e grupos por esse processo de inclusão e exclusão, passando o grupo étnico a ser a soma de todos os indivíduos que o compõem e a resultante das ações, ou representação, que esses indivíduos operam ligados a eles. A identidade étnica pode ser definida também como constitutiva de um quadro cognitivo comum que se constitui em um guia para a orientação das relações sociais e para a interpretação e o posicionamento do grupo diante das diferentes situações enfrentadas.

Desta forma, um jogo mutável, sem ganhadores ou perdedores, pessoas que se entreolham. A identidade, neste aporte faz sentirmo-nos seguros enquanto estamos no nosso “limite” de conforto estipulado pela nossa cultura e pela própria fronteira física. Muitas vezes, este limite vai inferir na maneira como nos “representamos” perante a sociedade em que vivemos, muito de nossa conduta social, de como pensamos em relação ao outro vai estar associado a esta construção identitária que fazemos.

Dessa maneira, Carvalho (2006, p. 58) afirma que:

A fronteira instala o “outro” no nosso imaginário. Ao delimitar, ela permite a organização e a identificação de tudo o que divide. E, com isso, define o que nos é próprio e o que não é; torna-se um ponto de referência para a determinação do que é pertencente a “nós” e a “eles”. Somente assim ela pode ser compreendida como um marco divisório que, se ultrapassado, conduz-nos em direção ao que nos parece, muitas vezes, diferente, desconhecido, temido ou mesmo sonhado.

Pensada neste molde, a fronteira cumpre sua função pré-concebida de dividir. Todavia, os produtos desses elementos, que são construídos e organizados com embasamentos culturais, evidenciam os valores mais simples das sociedades da fronteira; ao

refletirem seu cotidiano, criam formas de assegurar que sua cultura, sua identidade, seja uma referência para seu modo de vida.

Devido a esta necessidade é que os indivíduos que vivem na fronteira negam as emanções culturais que não lhes são comuns, e contribuem ainda mais para negar a existência de outras manifestações culturais.

Diante desta implicação cultural, no sentido de negação, Gusmão (2003, p. 91) define:

*O eu é assim aquele que só aceita os que considera iguais ou mais próximos de sua própria imagem. Portanto, [...] não é a diferença que pertence ao domínio da desigualdade [...], mas, ao contrário, é **porque pensamos pelo domínio da semelhança e da identidade que hierarquizamos o diferente e o tratamos como desigual (grifo nosso).***

Estipular quem é o diferente nos molda como o “correto”, o que está de acordo, o que concebemos como uma linguagem única e certa. Dessa forma, podemos estabelecer que o diferente é a leitura, no caso da fronteira, uma leitura espacial que na sua variável cultural se apresenta através do ser e pensar diferente.

Esta leitura espaço-cultural, esboçada no cotidiano, atribui ao indivíduo que vive na fronteira suas relações sociais rotineiras, expressando suas lutas e afirmação enquanto ser, enquanto grupo, enquanto sociedade. Neste caso, não nos esqueçamos; estamos tratando de fronteira, então, sempre pensemos em sociedade no plural.

O conjunto de circunstâncias culturais que afloram diariamente na fronteira são produtos de uma mescla de valores, de crenças, de formas de ver e perceber o outro, o outro lado, a outra sociedade. A identidade do sujeito que vive na fronteira vai depender substancialmente desta heterogeneidade cultural, que irá traduzir de forma significativa seu papel social. Raffestin (2005, p. 11) esclarece com mais propriedade este assunto:

Toda cultura ocidental está impregnada pela “regere fines” e pelas transgressões inevitáveis que dela são derivadas. Sem dúvida também, por que mais do que um fato geográfico e um fato social, a fronteira é um fato biológico incrustado no hipotálamo. Espaço-temporal, a fronteira é também bio-social: ela delimita um “para cá” e outro “para lá”, um “antes” e um “depois”, com um limite marcado e uma área de segurança.

A fronteira nasce da diferença, ora, “onde a diferença se faz ausente, é que há ameaça de violência”, “pois não é a diferença, e sim a sua perda que causa a confusão para a violência”. Eu entendo aqui por fronteira todo processo que desemboca em um processo cuja sequência pode ser resumida em quatro momentos: diferenciação, tradução, relação e regulação. É perfeitamente permitido pretender que a fronteira seja uma invariante estrutural tendo apenas a morfologia como variável.

Raffestin observa que a fronteira não está traçada em uma linha reta, portanto, a mesma não pode ser pensada somente sobre um ponto de vista apenas físico, ela é social, e como o próprio autor chama atenção, “bio-social”, é o encontro de duas ou mais sociedades. Esta condição bio-social é facilmente evidenciada em Coronel Sapucaia e Capitán Bado, a fronteira entre estes dois municípios está moldada pelo encontro de sujeitos brasileiros, paraguaios, brasiguaios e indígenas.

Este encontro de trajetórias diferentes vai ser um aporte para dar forma e estrutura aos seres humanos que vivem nestas cidades, cumprindo uma função que vai hierarquizar a sociedade, de acordo com as relações sociais e regulando a função social que um grupo pensa em relação ao outro, como por exemplo, nas cidades pesquisadas, de acordo com o que apuramos: a construção da ideia de que o paraguaio é preguiçoso e bandido, o indígena é o bêbado e também preguiçoso, o brasiguai o desbravador e que levará o progresso, e o brasileiro trabalhador, dotado de superioridade frente aos demais.

A cultura constrói nossa identidade social; na fronteira esta construção se concretiza em ambos os lados, independente de etnia, ou grupo social, ela vai se transformar em elemento indispensável à existência humana, de saber onde estamos e quem realmente somos, de qual sociedade fazemos parte integrante. Mesmo sendo algo inerente à fronteira, as ações e formulações de construções culturais, que por sua vez são intrínsecos a cada cultura, promovem, em muitos olhares, distanciamentos e segregações com concepções racistas aos diversos grupos sociais.

Pensamentos deste tipo estão profundamente enraizados na política, através de grupos sociais que imaginam que possuem relações culturais hegemônicas. Tais grupos buscam, de diversas formas, reproduzir por meio de suas ações, muitas vezes repressoras, o domínio cultural na fronteira.

Falando destas implicações sociais, do conflito de classes ou grupos, Callai (1999, p. 86 e 87) demonstra que:

Pode-se considerar inúmeros valores decorrentes da forma de organização dos povos, da apropriação dos territórios, das lutas travadas para tanto, das questões étnicas, dos valores culturais e religiosos, do acesso ao espaço na construção de seus territórios (seja microespaço particular/individual, sejam macroespaços nacionais) e da relação com a natureza. Valores embutidos nas questões específicas da população e sua relação com o espaço ocupado por elas, tais como controle de natalidade, migrações, acesso à moradia a lugar para trabalhar (reforma agrária), a direito de organização social, cuidado com o meio ambiente e com a qualidade de vida.

Através destas lutas sociais que extrapolam a fronteira e não se limitam ao marco divisor, podemos perceber claramente a cultura como um universo de conjuntos simbólicos que se multiplicam em construções comportamentais, em que realizam os expoentes do poder por meio da política e da organização social, caminho que leva indiscutivelmente a solidificação e criação de preceitos identitários.

É nesse momento pertinente dizer que os processos de afirmação e negação culturais que se dão na fronteira, frutos de encontros culturais, de hibridismos, de pluralidades, vem a construir e desconstruir modelos simbólicos culturais.

Frente a isto, Souza (2001, p. 19) aponta:

As manifestações identitárias de várias gerações denotam a força e o grau de um grupo diante do processo de tentativas assimilacionistas ou integrativas em uma sociedade diferente. Nesse aspecto, a identidade étnica é responsável pelas reações advindas dessa realidade e só ela faz frente as frustrações, fechando-se e evocando de forma mais nítida sua memória e representatividade, mediante os meios de que dispõe, sob a forma de agremiações formais distintas, portanto, de um determinado todo social.

Ressaltamos que não entendemos esse confronto cultural como algo que seja próprio da fronteira, faz parte do próprio contexto social onde a mesma se encontra, são situações constantes, em algumas fronteiras tensas, em outras mais tranquilas. Isso nos remete a pensar a fronteira como um espaço que não é contínuo. Conquanto a observação da fronteira, do espaço fronteira, deve ser vista pelo tempo (MASSEY, 2008) <sup>4</sup>.

Pensar a fronteira como um espaço que se materializa através do tempo. Assim, para os grupos sociais que pertencem à fronteira é concebível a eles a ideia de que existam em tempos diferentes. O encontro de trajetórias culturais diferentes, ao longo do tempo, é que caracteriza os grupos sociais, individual e coletivamente na fronteira. Para tanto, o tempo, de acordo com Massey (2008, p. 100):

[...] Ele envolve (poderia envolver) uma visão diferente do próprio espaço. Trata-se de um distanciamento em relação àquela imaginação do espaço como uma superfície contínua, que o colonizador, como o único agente ativo, atravessa para encontrar aquele a-ser-colonizado simplesmente “lá”. Isto seria espaço, não como uma superfície lisa, mas como a esfera da coexistência de uma multiplicidade de trajetórias. Além disso, uma vez que a

---

<sup>4</sup> Nas concepções de Massey, o espaço é construído, é preciso pensar o espaço através do estabelecimento de suas inter-relações. O espaço é retirado de sua base territorial, a principal questão para esta autora é a crítica feita ao tempo, ao acabado, ao homogêneo, ao linear, um espaço que impossibilita que nega outras trajetórias, o que evita a possibilidade de multiplicidades espaciais. Dessa forma, também propomos tal teoria para se compreender o espaço fronteira, este deve ser visto, pensado, analisado e refletido a partir do encontro de trajetórias culturais heterogêneas, firmadas ao longo do tempo e que refletem as historicidades de suas sociedades.

multiplicidade de trajetórias tenha sido reconhecida, torna-se claro um efeito adicional de especializar, desta forma, a estória da modernidade. [...] A espacialização dessa estória nos permite uma compreensão da sua posicionalidade, da sua imbricação geográfica, uma compreensão da própria espacialidade da produção do conhecimento.

A fronteira é, então, moldada pelo encontro de trajetórias culturais, históricas e sociais diferentes, estas por si só já poderiam atribuir ao espaço o adjetivo de ser diferente. O limite não pode ser percebido como um obstáculo que nos faça perceber a fronteira como homogênea. São traços e heranças culturais diferentes que habitam em conjunto um mesmo espaço.

Consequentemente, a fronteira é um espaço em construção, de trajetórias. São estes processos de encontros e desencontros, de enfrentamentos marcadamente acentuados na fronteira, que remetem aos sujeitos, ou aos agentes destes mesmos processos, sua organização social, de pertencimento a determinado grupo social, cultural, racial.

Destarte, a fronteira não pode ser concebida como algo acabado, homogêneo, linear, negando trajetórias. É um espaço construído de inter-relações, sempre propenso a outras possibilidades.

Consustanciando este encontro de trajetórias, através do tempo, e que faz com que a fronteira, as fronteiras sejam diferentes uma das outras, únicas, Oliveira (2005, p. 380) argumenta:

A situação invoca uma convivência de natureza conflitiva, e o comportamento se enviesa em ambos os lados do limite imposto. As conexões e os compromissos assumidos diante da subjetividade envolvente não possibilitam a mistura de culturas e tradições, senão o contrário, nas fronteiras os princípios que identificam os nacionalismos se afloram em rivalidades com mais intensidade que alhures. Isto não implica dizer que não haja uma convivência entre as relações preexistentes, contudo não há uma simbiose cultural definitiva. Os conflitos, as desconfianças, as rugas, bem como os preconceitos são perenes, ainda que pouco aparente, e criam um ambiente de profundo cuidado nas complexas relações de todo tipo, amorosas inclusive. Esta pluralidade de ambiente termina por conceber comportamento similar para a população: os fronteirios se parecem e criam as condições necessárias para produção e reprodução de uma localidade específica [...]. [...] Este ambiente plural transformou as fronteiras em territórios singulares. São singulares em relação ao território-nação e singulares entre si – cada fronteira é *uma* fronteira. (grifo do autor).

Fazer e desfazer os símbolos culturais e sua significação não somente aos que na fronteira estão inseridos, mas, aos olhos dos que chegam como nós. A cultura, repleta de significados simbólicos, remete o sujeito a lembranças e sentimentos subjetivos.

Massey (2008) vai tratar destes fatos como eventualidades do lugar, produto de multiplicidades. Em suas palavras:

[...] o que é especial sobre o lugar é, precisamente, esse acabar juntos, o inevitável desafio de negociar um aqui-e-agora (ele mesmo extraído de uma história e de uma geografia de “entãos” e “lás”), e a negociação que deve acontecer dentro e entre ambos, o humano e o não-humano. [...] Isso é a eventualidade do lugar. [...] Os elementos deste “lugar” serão novamente dispersos, em diferentes tempos e velocidades. [...] Isto é a eventualidade do lugar, em parte, no simples sentido de reunir o que previamente não estava relacionado, uma constelação de processos, em vez de uma coisa. Este é o lugar enquanto aberto e enquanto internamente múltiplo, não capturável como um recorte através do tempo no sentido de um corte essencial. Não intrinsecamente coerente (MASSEY, 2008, p. 203).

Socialmente, a fronteira é um lugar de renegociações. As relações humanas ultrapassam os limites físico-territoriais, se dão nos laços afetivos, nos casamentos, que irão “misturar” brasileiros e paraguaios, Coronel Sapucaia e Capitán Bado, extrapolando a lógica funcional da fronteira idealizada pelo Estado.

Estes acontecimentos inerentes aos processos sociais mais comuns e familiares são uma condicionante na busca de pertencimento, de se situar, para não se sentir excluído, distante do contexto social em que se vive. Uma procura por instrumentos que venham a promover reconstruções culturais necessárias para se identificar.

Estes são elementos oriundos da própria organização espacial dos agrupamentos humanos na fronteira, gerando e gestando os fenômenos sociais através de suas mais simples representações e situações comportamentais.

A diversidade é algo inerente à fronteira, indissociável de sua conceituação e estudo. Os componentes culturais inacabados e sempre alimentados, ora por uma sociedade ora por outra, retratam e consomem a realidade híbrida fronteiriça. Fedatto (2005, p. 492) fala deste peculiar contexto:

[...] entendemos a fronteira como uma realidade específica, marcada por uma identidade econômica e social que reflete, por um lado a intersecção das culturas de nações limítrofes e de outro, o desencontro das respectivas esferas político-administrativas nacionais. Nesse enfoque, é necessário reconhecer que, o corte imposto por uma linha de fronteira não representa uma descontinuidade cultural abrupta. Muito ao contrário, trata-se de uma zona, que podendo gerar conflitos, também emerge com áreas abertas a trocas de benefícios recíprocos entre povos vizinhos.

Assim, os fenômenos sociais são componentes indispensáveis nos estudos sobre identidade na fronteira. Averiguar suas ligações e interrupções entre um lado e outro da linha divisória, desvendar as práticas sociais, reais ou simbólicas, mas, no entanto, extremamente

importantes para os indivíduos e para as sociedades em questão.

De acordo com Raffestin (2005, p. 11 e 12), a fronteira revela uma necessidade de buscar o diferente:

O limite, a fronteira, a regra, o rito, o cerimonial, para citar apenas estes elementos que pertencem a uma mesma constelação, constituem metaforicamente antes e depois, sistemas de “saliência – espírito com sentido implícito” e por qualquer ângulo que se queira analisa-los, funcionam sempre como mecanismos de regulação.

A fronteira, na condição de invariável estrutural ubíqua, é grande reveladora da necessidade que as sociedades têm de serem inventoras dos modos de diferenciação no contexto espaço-temporal, modos que condicionam toda uma ordem vivente, definida tanto biologicamente como culturalmente.

As contradições, limites e paradoxos da sociedade da fronteira se constituem por meio de lógicas culturais, sendo que a materialidade e a imaterialidade permitem a exploração e reflexões sobre os padrões sociais presentes na fronteira.

A reprodução material e imaterial da cultura pode ser um dos caminhos necessários para promover o rompimento com paradigmas opressores e inibidores, enfim, discriminatórios e, mais, apresentam novas interpretações e narrativas que levem aos processos de coexistência e aceitação do que é diferente, ampliando o diálogo que deve ocorrer de maneira mais próxima entre as culturas estruturantes da fronteira e que direcionam os sujeitos e a construção de identidades definidas pelo encontro destas trocas culturais.

Souza (2001, p. 21) pondera que a construção de identidades é proveniente do diálogo que ocorre entre o encontro de culturas distintas através da história, em diferentes temporalidades:

Mesmo ao se definir cultura de modo que se incluam as mudanças em suas perspectivas, situando-a também como um campo de contestação e conflito permeado por relações de poder e, portanto, um campo em que se constroem diferenças e desigualdades, ainda subsistem relações entre memória e história que cooperam para a construção das identidades, na medida em que são responsáveis pela sua forma de representação mesmo que num mundo diverso daquele encontrado em séculos anteriores. Considerar essa diversidade que se apresenta nas diferentes temporalidades não significa negar a existência de características comuns, nem a possibilidade de constituirmos uma determinada cultura, ou mesmo a existência de uma dimensão universal do ser humano. Pluralidade cultural quer dizer a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano.

A existência da fronteira enquanto lugar permanente de produção cultural está calcado na contradição que decorre desse encontro híbrido de sociedades, promotoras de

arranjos e desarranjos espaciais, um movimento sempre inacabado. Dessa forma, suas sociedades, que decorrem deste processo inacabado, sempre estarão sujeitadas a uma condição de dualidade reflexiva, levando à busca constante de meios que os identifiquem com uma dada cultura, com um ou outro lado da linha divisória.

Sobre esta perspectiva, Candau & Moreira (2008, p. 23) apontam:

As relações culturais não são relações idílicas, não são relações românticas, elas estão construídas na história e, portanto, estão atravessadas por questões de poder, por relações fortemente hierarquizadas, marcadas pelo preconceito e discriminação de determinados grupos.

A construção da identidade cultural sobrevive desta interminável busca pelo autorreconhecimento. Não faz parte dessa busca a inércia, pelo contrário, em um território onde a fluidez de pessoas é enorme, nada é permanente, tão pouco o sentimento de pertencimento cultural, uma vez que, o indivíduo, e no caso da fronteira analisada, este indivíduo está representado pelo aluno paraguaio de Capitán Bado que estuda em Coronel Sapucaia, estando sob a influência dos dois lados.

As práticas sociais acompanham este movimento constante. Traduzem a realidade na qual suas sociedades se encontram, marcam o encontro do novo com o velho, de um lado com o outro, do produzido com o reproduzido, inacabado, sempre em transformação, trilham para uma unidade dentro da diversidade, uma parte do todo.

A importância de se levar em conta os fatores culturais devido ao contínuo e inacabado fluxo estabelecido nas regiões de fronteira, está mais bem explicado no trecho de Oliveira (2005, p. 382):

A fronteira não é uma só. Para entendê-las devemos depreender as especificidades de seus fluxos e suas conexões íntimas com o território. A fluidez, com características irreversíveis de ampliação [...]. [...] tem posicionado as regiões de fronteira como verdadeiras pontes prostrando as barreiras físicas que impedem a cooperação entre as nações [...].

A identidade, então, é estruturada e captura elementos destes contrastes, são determinações reflexivas que a moldam, que a tornam possível. Alteridade em jogo, de como o outro é percebido e imaginado, no interior de cada sujeito e de cada sociedade que faz parte da fronteira e, por consequência, deste sistema cultural.

A organização e regulação social são oriundas de como são ou estão concebidos os sistemas simbólicos, de como expressam e se manifestam no espaço. São determinadas a partir da interação de ambas as partes, por isso, na fronteira a identidade deriva de uma mescla de encontros culturais sempre inacabados.

Essa ideia de função reguladora ampara como eixo central o tema do debate ideológico de classes sociais estabelecidas na fronteira, assumindo um papel de mediador das diferenças sociais, oriundas das acepções culturais, voltado e direcionado para a manutenção e promoção das relações de poder, que muitas vezes se manifestam por um discurso competente (CHAUÍ, 2010) disseminado pelo Estado, fazendo com que as sociedades que são completamente singulares e divergentes, convivam em aparente harmonia.

Essas relações de poder e esta aparente harmonia contribuem para a permanência de uma relação de *status quo* exercida pelo Estado em Coronel Sapucaia, quando observamos que a escola não é assistida por instrumentos que vão ao encontro de sua realidade cultural diversa, não tendo adequações curriculares que sejam precursoras de um ensino que tenha como elementos centrais suas especificidades sociais.

Por meio das diferenças sociais, temos um pressuposto ideológico, estritamente ligado a esta emanção cultural proveniente da fronteira. Uma sociedade que, de acordo com sua cultura, cria mecanismos em defesa de seus próprios interesses, afirmando sua identidade. As relações de poder, e não as manifestações culturais uma ligada à outra, então, seriam uma espécie de regulador social, mantenedora de uma ordem já estabelecida.

O que queremos neste momento passar ao leitor é que a fronteira colocada em evidência, não pode ser analisada como espaço puramente físico, estático, desprovido de gente.

Neste sentido, Raffestin (2005, p. 12) destaca que:

Não seria oportuno lembrar-se dessas evidências se as representações contemporâneas não fossem de tão grande pobreza como já mencionado. Condição, entre outras, pela representação cartográfica, a representação da fronteira é carimbada pelo selo de um esquematismo, capaz de permitir a perda das noções mais aderentes à nossa cultura e no lado mais essencial de seu profundo significado. Os próprios geógrafos revelaram este esquematismo, ao qualificar as fronteiras de “linhas coloridas ou pontilhadas”.

Fica evidente que a junção entre cultura e fronteira (caracterizada pelas lutas sociais) deve ser pensada como possibilidade de desenvolvimento e integração entre nações, de coexistência, constituem-se como elementos primordiais para o desenvolvimento social da fronteira e de suas sociedades.

A problemática causada pelo confronto cultural, que é próprio das sociedades de fronteira, nos remete a pensar que este fato implica em um processo seletivo da reprodução

espacial, muitas vezes controlado e centralizado por uma classe, que em termos de cultura se sente dominante.

Assim, um dos direitos humanos mais essenciais, o de manifestar sua cultura, está atrelado a questões ligadas ao fato das culturas terem de se confrontar, de se firmar, no sentido de não se aceitar, mas, pelo contrário, de uma querer se sobrepor à outra.

Sob esta perspectiva de exclusão cultural, são geradas contradições dentro da própria sociedade que constitui a fronteira. Uma destas contradições se dá pela generalização da ideia de cultura decorrente do ir e vir de pessoas, do cruzamento da fronteira, que é rotineiro.

### **1.3 - Caracterização e análise da fronteira Brasil-Paraguai em Mato Grosso do Sul**

Fazemos aqui uma breve contextualização da fronteira entre Brasil e Paraguai, contudo, limitando-nos ao município sul-mato-grossense de Coronel Sapucaia e à cidade paraguaia de Capitán Bado.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, fronteira é um limite que separa a faixa de dois Estados fronteiriços comum a ambos. Já a faixa de fronteira, relatada no artigo 20, parágrafo 2º, traz a seguinte redação:

A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2009, p. 14).

O estado de Mato Grosso do Sul faz fronteira com dois países sul-americanos: Bolívia e Paraguai. A linha de fronteira brasileira com esses dois países tem uma extensão de 1.365,4 km, sendo 928,5 km de limites por rios e 439,9 km por limites secos (PEREIRA, 2009).

A fronteira sul-mato-grossense com o Paraguai inicia-se no sul do estado, chegando a noroeste, perfazendo uma distância de 1.131 km, bastante significativo em termos numéricos.

Oliveira (2005, p. 392 e 393) discorre sobre como se deu este estreitamento com o Paraguai e fala da relação histórica que Mato Grosso do Sul tem com o país vizinho.

Talvez o ponto de partida para entendermos todo o processo de aproximação entre os povos da fronteira seja a exploração da Erva-mate (*ilex paraguayensis*). Enquanto a maioria dos ervais eram explorados do lado brasileiro, a mão-de-obra utilizada era proveniente do lado paraguaio. [...] enfatizar que a rica história produzida por essa exploração foi a propulsora de criação de cidades e vilas, do aproveitamento do criatório bovino para

alimentação e transportes, da criação de portos e vias de circulação, tanto do lado brasileiro quanto paraguaio.

Essa larga tradição de explorar o território fronteiriço pelas concessões latifundiárias, deixaram profundas marcas nas relações de convivência entre as duas partes. As rugas de consistência natural entre culturas diferentes, na fronteira em tela, são sempre aprofundadas, resultando em avesso às relações humanas encontradas nos espaços contíguos na fronteira: enquanto se observa uma redução das assimetrias, naquele meio geográfico elas tomam corpo e se intensificam.

No que tange à fronteira entre Mato Grosso do Sul e Paraguai temos um total de 44 (quarenta e quatro) municípios dispostos na linha de fronteira ou na faixa de fronteira, e alguns que além de se localizarem na linha de fronteira são caracterizados como conurbações, ou seja, são denominadas cidades gêmeas.

Vamos esmiuçar essa caracterização para melhor compreendermos como o estado de Mato Grosso do Sul, alguns de seus municípios e uma parcela significativa de sua população possui uma relação direta com a fronteira.

Em relação aos municípios pertencentes à faixa de fronteira, dentro dos 150 km previstos e estabelecidos pela Constituição Federal do Brasil (1988), encontramos um total de 44 (quarenta e quatro) municípios:

**Tabela I: Municípios de MS classificados na faixa de fronteira e população**

<b>Município</b>	<b>População / Censo 2010</b>
Amambai	34.730
Anastácio	23.835
Antônio João	8.208
Aquidauana	45.614
Aral Moreira	10.251
Bela Vista	23.181
Bodoquena	7.985
Bonito	19.587
Caarapó	25.767
Caracol	5.398
Coronel Sapucaia	14.064
Corumbá	103.703
Deodópolis	12.139
Dois Irmãos do Buriti	10.363
Douradina	5.364
Dourados	196.035
Eldorado	11.694
Fátima do Sul	19.035
Glória de Dourados	9.927
Guia Lopes da Laguna	10.366
Iguatemi	14.875
Itaporã	20.865
Itaquiraí	18.614
Japorã	7.731
Jardim	24.346
Jateí	4.011

Juti	5.900
Ladário	19.617
Laguna Carapã	6.491
Maracaju	37.405
Miranda	25.595
Mundo Novo	17.043
Naviraí	46.424
Nioaque	14.391
Novo Horizonte do Sul	4.940
Paranhos	12.350
Ponta Porã	77.872
Porto Murtinho	15.372
Rio Brilhante	30.663
Sete Quedas	10.780
Sidrolândia	42.132
Tacuru	10.215
Taquarussu	3.518
Vicentina	5.901
<b>Total da População:</b>	<b>1.074.297</b>

Fonte: <http://www.cnpq.br>

Organização: Márcio Marques Rosa, 2013.

Os municípios considerados conurbações/cidades gêmeas totalizam 5 (cinco):

**Tabela II: Municípios de MS classificados como cidades gêmeas e população**

Município	População / Censo 2010
Bela Vista	23.181
Coronel Sapucaia	14.064
Corumbá <sup>5</sup>	103.703
Paranhos	12.350
Ponta Porã	77.872
<b>Total da População:</b>	<b>231.170</b>

Fonte: <http://www.cnpq.br>

Organização: Márcio Marques Rosa, 2013.

As cidades sul-mato-grossenses que se constituem em cidades gêmeas, conurbadas com cidades paraguaias, são: Bela Vista e Bella Vista Norte; Coronel Sapucaia e Capitán Bado; Paranhos e Ypejhú, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Acerca das cidades gêmeas, do convívio de seus moradores, das trocas diárias estabelecidas, Oliveira (2005, p. 378) afirma que:

Não há, no ambiente fronteiriço, em especial, nas cidades *gêmeas*, apenas a difusão de comunidades condicionadas a demandar relações de convivência onde se entrelaça sangue, línguas e capitais, ou seja, trocas. Há, por sua vez, um monitoramento dos ruídos que ameaçam ou violam a integridade territorial, e uma vigilância constante sobre a soberania e sobre o fio da existência cultural. É um local onde os direitos servem mais a si, enquanto os

<sup>5</sup> O município de Corumbá faz divisa com a cidade boliviana de Porto Suárez.

deveres servem mais aos vizinhos, ou seja, trocos<sup>6</sup>. São as existências das ricas trocas e dos trocos nas relações ambíguas e suas acomodações, que definem um comportamento invulgar, leve e ríspido.

A convivência na fronteira é estabelecida por relações sociais e pela intensa troca que temos a partir destas implicações essencialmente humanas.

Sabendo que o estado de Mato Grosso do Sul conta com um total de 79 (setenta e nove) municípios em sua esfera político-administrativa e que, destes, 44 (quarenta e quatro) estão associados na faixa de fronteira, encontramos em termos percentuais 55,70%, ou seja, mais da metade dos municípios sul-mato-grossenses correlacionam-se imediatamente com a fronteira.

Com base nos números fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através dos dados obtidos pelo Censo 2010, o estado de Mato Grosso do Sul tem uma população estimada em 2.449.024 habitantes. Considerando a população das cidades na faixa de fronteira, temos 1.074.297 habitantes, o que representa 43,87 % da população total do estado. Isto nos mostra que quase 50% da população de Mato Grosso do Sul tem uma proximidade junto à fronteira paraguaia.

Outrossim, a faixa de fronteira abarca, aproximadamente, 48% do território de Mato Grosso do Sul (Oliveira 2005) incluindo cidades importantes do estado, como Dourados e Ponta Porã (duas das cinco maiores e mais importantes em nível econômico e populacional).

Dourados, segunda cidade do Estado de Mato Grosso do Sul, já pode ser considerada um centro sub-regional, uma cidade nos contornos de 200 mil hab, mas, que ao seu entorno sustenta uma atividade centralizadora de comércios e serviços para mais de 10 municípios. Nasceu e cresceu sob a influência de 'frentes pioneiras' da agricultura (Colônia Nacional de Dourados); recebeu e propiciou o avanço dos 'granjeiros' sulistas plantadores de soja no último quartel dos anos sessenta, contudo, manteve uma forte relação histórica com grupos comerciantes e com o criatório bovino de corte (hoje também de leite). Noutro sentido, mas na mesma direção, estão as cidades de Amambaí e Naviraí – estas duas que sempre estiveram sob as hostes da cidade de Dourados, têm recentemente conquistado um arco de articulação próprio com outros municípios da região (com o Paraguai, inclusive) visando o fortalecimento de sua economia. (GRUPO RETIS, MIN, 2005: 230-257, apud OLIVEIRA, 2005, p. 396 e 397).

Todavia, conforme já discutimos anteriormente, a fronteira está para além deste restrito e pobre entendimento de designar um limite, de dividir. A fronteira extrapola este

---

<sup>6</sup> Oliveira (2005) esclarece que: troco é sinônimo de troca ou de miúdo; mas também pode ser entendido, popularmente, como dinheiro, soldo, salário, propina e, ainda, como ato de retorno em uma rusga entre partes, ato de revanche, réplica. Na citação em questão, está sendo utilizado em todas estas formas e significados.

conceito a ela atribuído, elementos da cultura paraguaia estão presentes no estado de Mato Grosso do Sul.

Essa apropriação que os sul-mato-grossenses fazem de componentes da cultura paraguaia são, melhor, qualificados, quando:

No Brasil é muito forte a tendência de se apropriar de manifestações culturais originalmente restritas a um grupo social determinado, reelaborá-las e transformá-las em símbolos de identidade nacional. Esta aquisição de um novo significado cultural aconteceu não somente com a feijoada, mas também com o samba, a malandragem, o futebol e o carnaval [...] (OLIVEN, 2006, p. 158).

Não é isso que os moradores de Mato Grosso do Sul fizeram com o tereré<sup>7</sup>? Esta bebida tipicamente paraguaia hoje é tida como símbolo da cultura neste estado; há pessoas que a tomam todos os dias. E isso vai além da roda de tereré; é só observamos a degustação de uma chipa<sup>8</sup> ou da sopa paraguaia<sup>9</sup>. Ainda há os ritmos que são originários do Paraguai, como a polca paraguaia.

Enfim, hábitos incorporados pelos sul-mato-grossenses, não apenas os que vivem na faixa de fronteira, mas em todo o estado. Sobre este aspecto: “com isso, quer se afirmar que nas áreas de fronteira há toda uma forma cultural ocasionada pelos contatos que se pulverizam em face da presença de contingentes populacionais oriundos de diferentes localidades” (PEREIRA, 2009, p. 107).

Problematizando este atributo da idealização de uma fronteira que segrega, que limita, que divide, Oliveira (2005, p. 379) destaca:

A linha que divide um Estado de outro, a faixa que separa (ou une, mas não mistura) uma cultura de outra, conspira contra a organização compacta e isomórfica de território. A dimensão na vida da fronteira é bipolar e multiforme. É, como podemos caracterizar, um lugar onde o limite se estabelece como (quase) necessidade se ser transposto.

Produto destes contatos, a fronteira se designa a partir dos mecanismos de interação social e cultural que se dão no transpor contínuo de seu limite. Os indivíduos que habitam a

---

<sup>7</sup> O tereré é uma bebida refrescante obtida através da infusão da erva-mate (*ilex paraguariensis*), geralmente é servido gelado. O tereré difere do chimarrão gaúcho devido ao processamento das folhas da erva-mate, que são trituradas de forma mais grossa e por levar maior tempo secando. O tereré é facilmente encontrado em supermercados, hipermercados, feiras livres e outros estabelecimentos comerciais do estado de Mato Grosso do Sul. Atualmente, foram incorporados outros componentes no seu preparo, como hortelã, limão. O hábito de tomar esta bebida vem ultrapassando os limites sul-mato-grossenses, chegando até o oeste paulista, na região de Araçatuba (SP), devido sua proximidade com Três Lagoas (MS).

<sup>8</sup> A chipa é um biscoito tradicional da culinária paraguaia semelhante ao pão de queijo mineiro, porém com consistência e sabor próprio, outra diferença é que após pronta a massa, as chipas são elaboradas sempre em forma de ferradura para serem assadas.

<sup>9</sup> A sopa paraguaia é uma espécie de bolo de milho salgado, com queijo e muita cebola, é amplamente apreciado em Mato Grosso do Sul, principalmente nas cidades próxima a fronteira com o Paraguai.

fronteira estabelecem matrimônio, fazem compras, turismo, procuram assistência médica e hospitalar, educação, lazer, enfim, convivem, interagem, trabalham de um lado e do outro, ultrapassam a linha diariamente fazendo com que haja uma intensa troca social, cultural, política e econômica.

Essas situações rotineiras que se dão no transitar das pessoas condicionam e determinam a identificação de suas populações com o lugar, criam laços sociais que propiciam sentimento de pertencimento ao espaço habitado, à fronteira e denotam também o que é diferente. O que é ser diferente?

O diferente e a diferença são partes da descoberta de um sentimento que, armado pelos símbolos da cultura, nos diz que nem tudo *é o que eu sou* e nem todos *são como eu sou*. Mais que as diferenças, o que está em jogo é a imensa diversidade que nos informa é o que nos constitui como sujeitos de uma relação de alteridade (BRANDÃO, 1986, p. 7).

Neste sentido, a diferença é uma espécie de invenção daquilo que pensamos sobre o outro, um embate de forças mediado pelos sentimentos de pertença que o sujeito da fronteira atribui a um ou a outro território. A cultura, neste caso, funciona como um ingrediente necessário a assegurar os recursos imprescindíveis à construção social e à identificação das pessoas enquanto seres espaciais, componentes de uma sociedade marcada por hibridismos culturais.

#### **1.4 - As especificidades do município de Coronel Sapucaia**

Em relação ao município de Coronel Sapucaia, foco de nossa pesquisa, faremos uma breve contextualização, apontando alguns dados sobre as características econômicas e políticas, bem como sua relação com a fronteira com o Paraguai.

O município de Coronel Sapucaia está situado a sudoeste de Mato Grosso do Sul, a 420 km da capital Campo Grande. De acordo com o Censo 2010, sua população está estimada em 14.064 habitantes.

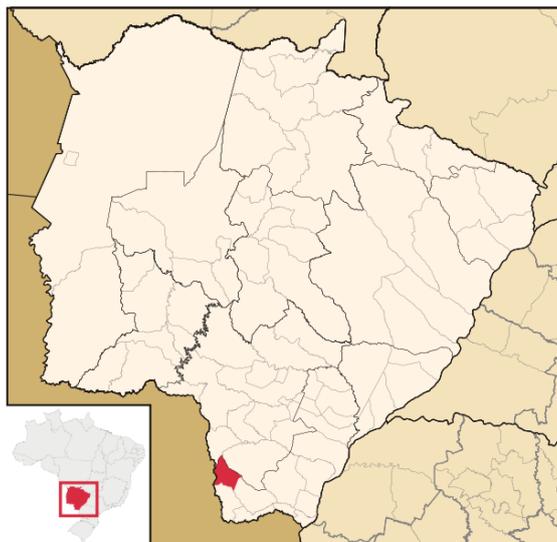


Figura I: Estado de Mato Grosso do Sul, em destaque o município de Coronel Sapucaia

Fonte: <http://pt.wikipedia.org>

Disponível em:

[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/7d/MatoGrossodoSul\\_Municip\\_CoronelSapucaia.svg/613px-MatoGrossodoSul\\_Municip\\_CoronelSapucaia.svg.png](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/7d/MatoGrossodoSul_Municip_CoronelSapucaia.svg/613px-MatoGrossodoSul_Municip_CoronelSapucaia.svg.png), acesso em 03/03/2013.

As atividades econômicas encontram-se restritas à silvicultura e à agropecuária: criação de gado de forma extensiva e o cultivo de grãos como a soja, o milho, aveia, trigo, entre outros cereais, não tendo ainda chegado neste município a expansão da cana-de-açúcar, como em outras áreas cultiváveis do estado de Mato Grosso do Sul. O comércio, como pudemos constatar pessoalmente, é restrito a bens de consumo não duráveis, artigos de vestuário e alimentação.

Os dados históricos que seguem abaixo têm sua fonte proveniente no *site* da Prefeitura<sup>10</sup> Municipal de Coronel Sapucaia.

Coronel Sapucaia foi um dos distritos “Patrimônio da União” do município de Ponta Porã, sendo que seu primitivo nome era Nhu-Verá. Neste lugar, a Companhia Mate Laranjeira Mendes, de propriedade do Sr. Tomás Laranjeira, criou um de seus postos de abastecimento para a exploração de erva-mate, conforme autorização obtida em 1889, do Império, para exploração da erva-mate na fronteira.

Quando a Comarca de Nioaque distinguiu seus pontos políticos (na Divisão Administrativa Judiciária Territorial), este lugar foi reconhecido com o nome de Distrito de

<sup>10</sup> O *site* da Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia (<http://www.coronelsapucaia.ms.gov.br/>) apresenta além da estrutura político-administrativa e econômica, aspectos históricos, relatos da vida de Coronel Orlando Olsen Sapucaia que deu nome a cidade, a luta pela emancipação e ainda disponibiliza um acervo fotográfico mostrando um pouco do município.

Paz Nhu-Verá, ganhando seus primeiros moradores, na maioria imigrantes vindos do sul do Brasil e do Paraguai.

Nhu-Verá foi o berço de fusão de espíritos simples de trabalhadores. Em 1947, acabou o prazo de contrato que a Companhia Mate Laranjeira Mendes mantinha com o Estado de Mato Grosso, e as terras que a Companhia ocupava foram sendo liberadas para a ocupação, o que causou um movimento pela legalização das mesmas.

Ainda em 02 de dezembro de 1938, havia sido expedida Certidão para a Criação do Patrimônio da Povoação de Nhu-Verá, sendo denominado como “Distrito de Paz de Antônio João”, situado no município de Ponta Porã.

Em 06 de dezembro de 1948, o Distrito de Paz de Antônio João, passou a pertencer à Comarca de Ponta Porã, e somente em 12 de novembro de 1968, o distrito, já então Coronel Sapucaia, passou a fazer parte da Comarca de Amambai.

Coronel Sapucaia é o terceiro nome do município e veio-lhe em reconhecimento ao militar do mesmo nome.

### **1.5 - Breve contextualização do município de Capitán Bado (Paraguai)**

A cidade de Capitán Bado é um distrito do Paraguai, pertencente ao Departamento de Amambay. No Paraguai o termo distrito designa o segundo nível de divisão administrativa, equivalente aos municípios brasileiros e o departamento se iguala à divisão política administrativa brasileira de estados da federação. Os distritos, dessa forma, possuem uma organização administrativa política independente. O município está distante a 426 km da capital paraguaia Assunção, e teve sua fundação estabelecida em 25 de julho de 1914, durante o governo de Eduardo Schaerer.

A cidade era conhecida pelo topônimo Nhu-Verá, que no idioma guarani significa “campo bonito”. Em homenagem a José Matias Bado, capitão que combateu na Guerra do Paraguai, a cidade passou a se chamar Capitán Bado. Curiosamente, os primeiros habitantes eram operários da Companhia brasileira Mate Laranjeira, que explorou a erva-mate na região.

De acordo com o Censo Paraguaio de 2002, o município tem uma população estimada em 17.117 habitantes, sendo que a população rural é ligeiramente maior do que a urbana. Esta constatação, de maior população rural, configura para a agricultura ser a maior

atividade econômica, tendo o cultivo da erva-mate ainda como principal produto. Mesmo assim, é considerada como a maior produtora de grãos no Paraguai.

Há também a presença de atividades ligadas à silvicultura. Na cidade existem alguns pontos comerciais, mas sem grande expressividade, evidenciamos, inclusive, segundo relato dos próprios moradores, que muitas vezes, recorrem aos “mercadinhos” de Coronel Sapucaia, mesmo tendo preço mais elevado, para buscarem determinados gêneros alimentícios, pois alguns itens não estarem ofertados em Capitán Bado.

Um dado negativo, facilmente evidenciado em *sites* de busca e que gera grandes problemas sociais, refletindo no alto índice de violência na cidade, é o fato de Capitán Bado ser conhecido como capital mundial da produção de maconha<sup>11</sup>, tendo enormes áreas de plantio.

Essa característica negativa do município também traz dificuldades para as autoridades brasileiras, já que estima-se que cerca de 80% desta produção é traficada para o Brasil, entrando no território brasileiro pela cidade brasileira de Coronel Sapucaia, e por consequência atravessando de leste para oeste todo o estado de Mato Grosso do Sul para ser distribuída nos grandes centros consumidores de drogas do Brasil, a saber: São Paulo e Rio de Janeiro.

Outra característica que merece destaque no município de Capitán Bado é o fato de haver um número significativo de famílias brasileiras morando e trabalhando, ocupando a zona rural e instalando-se nas terras mais férteis, para o cultivo de grãos.

De acordo com dados fornecidos em entrevista com a então secretária municipal de educação de Coronel Sapucaia no ano de 2012, esses brasileiros radicados em terras paraguaias fomentam a política no município brasileiro e cobram posteriormente das autoridades o compromisso de, entre outros, serem assistidos, pelo poder público municipal de buscar seus filhos dentro do Paraguai para estudarem no Brasil, devido ao ensino ter uma melhor qualidade, segundo os pais.

Este fato implica diretamente em pensarmos que a fronteira “desaparece” quando estão em jogo relações de poder que, de certa forma, atendem aos interesses de agentes

---

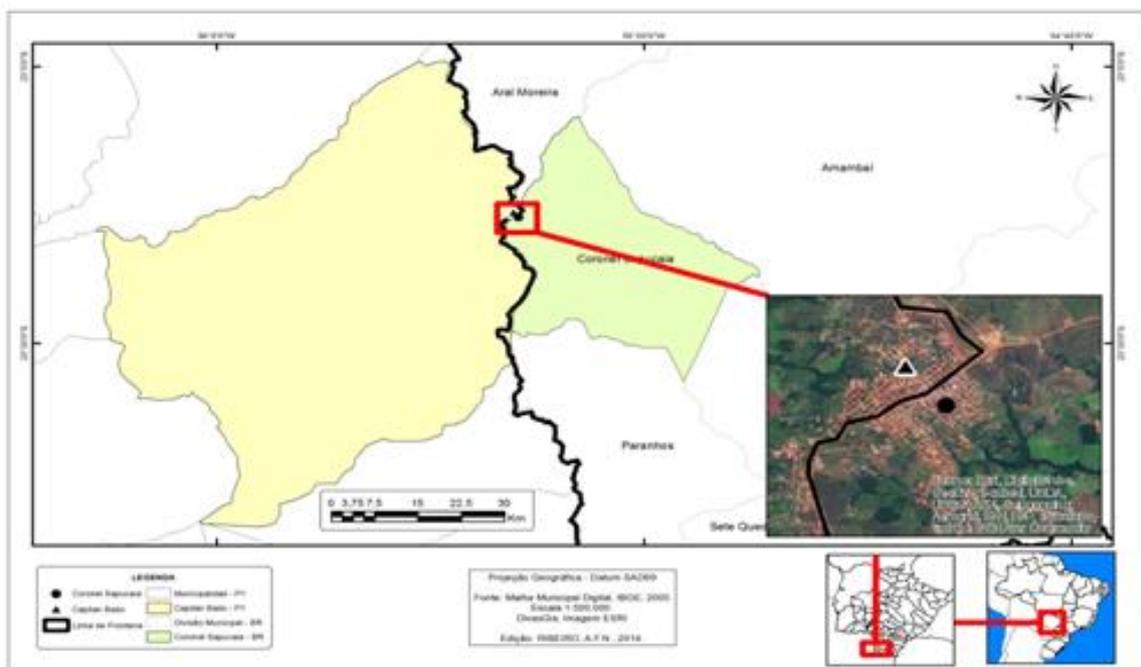
<sup>11</sup> O *site* [www.correiocidadania.com.br](http://www.correiocidadania.com.br) relata em uma reportagem do dia 31/10/2012, intitulada “A atual Guerra do Paraguai”, à atribuição ao município de Capitán Bado como maior produtor de maconha do mundo e com várias organizações criminosas atuando na fronteira entre Brasil e Paraguai, exercendo poder inclusive na esfera política dos municípios fronteiriços.

políticos dos dois lados da fronteira que convivem com essa linha de ônibus ultrapassando de segunda a sexta-feira o limite estabelecido por lei.

### 1.6 - Coronel Sapucaia e Capitán Bado: a conotação de cidades conurbadas

Conforme já demonstramos, a relação com a fronteira está pautada, principalmente, na conurbação, pois Coronel Sapucaia é cidade gêmea com Capitán Bado; as cidades são separadas por uma avenida larga no sentido norte-sul.

Mapa I – Municípios de Coronel Sapucaia e Capitán Bado





**Figura II: Avenida internacional – à esquerda Coronel Sapucaia (Brasil), à direita Capitán Bado (Paraguai).**

Foto: Márcio Marques Rosa (2012).

Quando observamos a avenida que separa as duas cidades como uma paisagem, ou seja, quando a tomamos pelos nossos sentidos de olhar e ouvir, não percebemos a denotação separatista tão imbuída na fronteira, pelo contrário, é como se não existisse um limite.

Passa despercebido aos olhos que ali está estipulada uma fronteira seca. Aos que chegam à cidade, e esta avenida é rota de entrada, os elementos visuais, nesse espaço, não conseguem nos mostrar formas que nos tragam referência, que estabeleçam relações e nos levem a organizar o território em questão como sendo brasileiro ou paraguaio, tão pouco fazer recorte para agrupá-los.

Acreditamos que para a fronteira se configurar nestas duas cidades é necessário saber deste contexto. É como se os moradores destas cidades vivessem dos dois lados, não havendo um limite, apenas um espaço contíguo.

Nesse sentido, Oliveira (2005, p.378 e 379) aponta:

Enquanto as leis no Estado-Nação funcionam de forma horizontal onde todos, sem distinção, estão sob sua égide e suas imposições, na fronteira, existe um escopo legal dividido em *duas* partes. Dista muito de ser um

espaço isonômico. São duas legislações que impõem (ou se contrapõem): de forma *horizontal* para um lado e *vertical* para o outro, e vice-versa. É como se o indivíduo fronteiriço vivesse em dois estados (sólido e gasoso), cuja necessidade imperativa é se adaptar.

Assim é na fronteira. A máxima do direito romano, *ubi pedis ibi pátria* (onde estão os pés aí está a pátria), reforça seu significado ante as vicissitudes impostas aos atos de produzir e viver naquele território. Existe vontade/necessidade: de um lado é sempre avançar sobre os limites da legislação civil, fiscal e normativa; do outro, ao mesmo tempo, preservar os seus (para o outro); noutros termos, estender a sua horizontalidade (as leis que os regem) sobre a verticalidade do outro [...].

É uma continuidade. Ressaltamos que neste primeiro contato visual não há meios de identificação com o território seja brasileiro, seja paraguaio. Contudo, e mesmo trazendo ao longo das discussões que estamos suscitando, argumentos que façam uma amostragem da fronteira, via pluralidade cultural, o que mais está associado à fronteira em Coronel Sapucaia e Capitán Bado é a condição de rota de entrada de entorpecentes, contrabando, violência e o narcotráfico.

Sobre este aspecto, Oliveira (2005, p. 401 e 402) argumenta:

De Cel. Sapucaia até Mundo Novo, passando por Paranhos, Sete Quedas (excluindo Japorã), a presença de homens armados, visivelmente despreparados, sem a menor discricção transitam calmamente impondo uma tranquilidade agressiva e estúpida [...] há algo que sintoniza o lugar o com outras correntes: o incisivo tráfico de drogas (especialmente de maconha) e o contrabando de madeira.

As cidades de Capitán Bado (Departamento de Amamby) e Cel. Sapucaia, separadas apenas por uma avenida, constituem uma pequena conurbação de vinte mil habitantes. Esta parte do Departamento de Amamby tem, por tradição, o plantio da *cannabis sativa*, feitos por pequenos produtores associados à produção de subsistência. Cerca de um lustro atrás, um programa financiado pelo Banco Mundial, tentou aplicar (quase distribuir) recurso financeiros, no sentido de reduzir a produção ilegal de maconha; segundo informação que obtivemos, este programa fracassou, constatado o fato de paraguaios resgatarem o dinheiro do WB, ao mesmo tempo, arrendavam suas terras para brasileiros continuarem o plantio da maconha.

De fato, a presença do exército brasileiro, da polícia militar e do DOF<sup>12</sup>, nas entradas e saídas da cidade de Coronel Sapucaia é uma constante. Em nossas idas a campo para o desenvolvimento desta pesquisa, fomos parados e revistados diversas vezes.

---

<sup>12</sup> O DOF (Departamento de Operações de Fronteira, criado desde 1987), atua em 51 (cinquenta e um) municípios, com a presença mais efetiva na linha fronteiriça, em especial na área rural, sua principal função é realizar o policiamento ostensivo itinerante na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai, combatendo os crimes de narcotráfico, furto/roubo de veículos, de cargas, roubo/furto em propriedades rurais, golpe do seguro etc., conforme Decreto Estadual nº 12.752, de 12 de maio de 2009, e Resolução SEJUSP MS nº 467, de 30 de Junho de 2009.

Estes fatos maculam a fronteira entre Coronel Sapucaia e Capitán Bado e atribuem a estas cidades estereótipos negativos, como lugar da criminalidade, de ponto de comércio de drogas, de violência, de uma terra sem leis, onde o que impera é o banditismo.

Nas palavras de Oliveira (2005, p. 402):

[...] A condição imposta por esta relação perigosa tem levado o local a se tornar um forte centro de repulsão, conforme empresários locais, os nomes das duas cidades são utilizados como referência de ilegalidades abusivas; comumente os nomes de políticos locais estão vinculados a guerras de quadrilhas e crimes misteriosos. Seria irresponsabilidade de nossa parte envolver a maioria da população neste caldeirão de ilegalidades, nem sequer dispomos de mecanismos para medirmos a participação da população em ações ilícitas. Mas, não se pode omitir a situação real de que as complementaridades pertinentes ao escopo de integração fronteiriça se fazem em tamanho e volumes pouco convencionais, bloqueando as possíveis potencialidades locais. Intento dos atores locais, no sentido de definir ações compartilhadas visando a redução de ilegalidades, é uma necessidade de urgência, realizada, no momento com extrema timidez.

Vejamos: o texto de Oliveira data de 2005, então já se passaram oito para nove anos, levando em conta o tempo da pesquisa e obra deste autor para com a nossa. Fizemos esta relação temporal para asseverar o que relataremos logo a seguir, uma outra realidade, evidentemente, em um outro tempo.

Em nossas estadas em Coronel Sapucaia e Capitán Bado (anos de 2012, 2013 e 2014), constatamos que são duas cidades tipicamente do interior, com um comércio restrito a “mercadinhos”, farmácias, pequenas lojas de vestuário, oficinas mecânicas, pessoas transitando de um lado e de outro da fronteira. Enfim, a rotina diária das pessoas que habitam estas cidades flui como em qualquer outra cidade brasileira, passando despercebida a condição de estarem separadas por uma fronteira seca.

Um fato curioso que observamos quando abordávamos as pessoas na rua para conversar era de sempre haver, por parte dos moradores, a necessidade na fala de nos tranquilizar, de nos “vender” a impressão de que a fronteira entre estas cidades é aprazível<sup>13</sup>. Abaixo transcrevemos a fala de um morador procurando demonstrar a tranquilidade existente entre Coronel Sapucaia e Capitán Bado.

Olhe em sua volta, você vê medo nos olhos das pessoas que estão nas ruas, violência que nada, este tempo já foi, abrimos o comércio todo santo dia. Ainda tem muita droga e homicídios aqui, mas, você sabe ninguém morre de “graça”. Se você não deve nada a ninguém pode andar por aí sem medo.

---

<sup>13</sup> É comum os veículos de comunicação do estado de Mato Grosso do Sul trazerem reportagens sobre chacinas e assassinatos ligados ao narcotráfico na fronteira entre Coronel Sapucaia e Capitán Bado, e a constante presença de autoridades policiais reprimindo o tráfico de drogas nesta área.

Olhe na praça as pessoas tomando tereré, se estivessem com medo estariam trancadas dentro de suas casas (Entrevista realizada com um morador de Coronel Sapucaia, em setembro de 2012, concedida a Márcio Marques Rosa).

Por meio destes relatos, observamos que o morador deseja expressar e passar para o visitante segurança, de que a fronteira entre as cidades é tranquila.

Constatamos, sim, o desenrolar de rodas de tereré, a conversação dos moradores nas ruas, na praça. Logicamente, estes hábitos rotineiros locais não são garantia de segurança, tão pouco sinônimo de tranquilidade, de que não haja violência. Outros moradores, por exemplo, disseram que não deixam seus filhos saírem de casa à noite por medo da violência: “quando “dá” umas nove horas da noite quero meus filhos em casa, isso aqui é muito perigoso tanto de noite quanto de dia” (trecho de uma entrevista com a Senhora Maria, concedida a Márcio Marques Rosa, em setembro de 2012).

Como cidades gêmeas que são, Coronel Sapucaia e Capitán Bado tem, através de seus habitantes, a fronteira transposta todos os dias. Existe um intercâmbio de fluxos de pessoas, de mercadorias, de encontros e desencontros culturais rotineiramente. Esta junção cultural é que faz com que as cidades sejam vistas como diferentes, cada qual pertencente a um Estado/Nação diferente.

A transposição diária que estamos falando vai também se refletir nas escolas, pelo fluxo de alunos vindos do Paraguai para estudarem no Brasil. Este ir e vir dos alunos atravessando a fronteira todos os dias possibilita, dentro das escolas públicas de Coronel Sapucaia, um espaço de encontro de culturas diferentes, do encontro de trajetórias culturais heterogêneas e que precisam ser percebidas pelos olhares dos agentes responsáveis pelo processo de ensino, uma vez que, com a devida atenção:

Tal olhar nos coloca, assim, face a face com o estranho, com a diferença, com o desconhecido, que não pode ser reconhecido nem apropriado, mas apenas conhecido na sua especificidade diferenciadora. Não se trata de reduzir o outro ao que nós pensamos ou queremos dele. Não se trata de assimilá-lo a nós mesmos, excluindo sua diferença. Trata-se de abrir o olhar ao estranhamento, ao deslocamento do conhecido para o desconhecido, que não é só o outro sujeito com que interagimos socialmente, mas também o outro que habita em nós mesmos (FLEURI, 2003, p. 31).

As relações educacionais do município, os processos de ensino e aprendizagem, são uma forma, ou, um meio que pode vir a reduzir a violência e o medo das pessoas desta fronteira, desde que sejam pensados a partir da fronteira e de suas implicações sociais para terem êxito na formação de sociedades que possam dialogar entre si, rompendo com

sentimentos de negação, de revolta e atacando as desigualdades sociais, oferecendo através da educação novas possibilidades sociais que venham a romper com as taxas de violência.

Sendo assim, os preceitos de alteridade, retratados pelas diferenças sociais e culturais ganham destaque dentro do contexto escolar, visto que o contato entre alunos brasileiros, professores e alunos paraguaios<sup>14</sup> dinamiza e materializa todas estas problematizações como possibilidades de conhecimento a respeito da cultura, das tradições e dos costumes daqueles que entendemos ser o “outro”.

A escola, a respeito destas problematizações, pode através de suas práticas educativas propiciar momentos de diálogo e apresentar a diferença cultural que está presente entre seus alunos para serem abordadas como temáticas de ensino, garantindo uma aprendizagem que seja condizente com sua realidade fronteiriça.

No capítulo seguinte apresentamos o conjunto de dados e informações obtidas por meio da pesquisa realizada junto às escolas do município de Coronel Sapucaia, tendo como foco o ensino de Geografia.

---

<sup>14</sup> Estamos utilizando a expressão “alunos paraguaios” para nos referirmos a aqueles que moram no lado paraguaio, pois uma grande parte deles, embora seja paraguaio em termos de ascendência familiar, habitação, língua, relações sócio-culturais, etc, possui registro de nascimento no Brasil, o que legalmente os torna brasileiros.

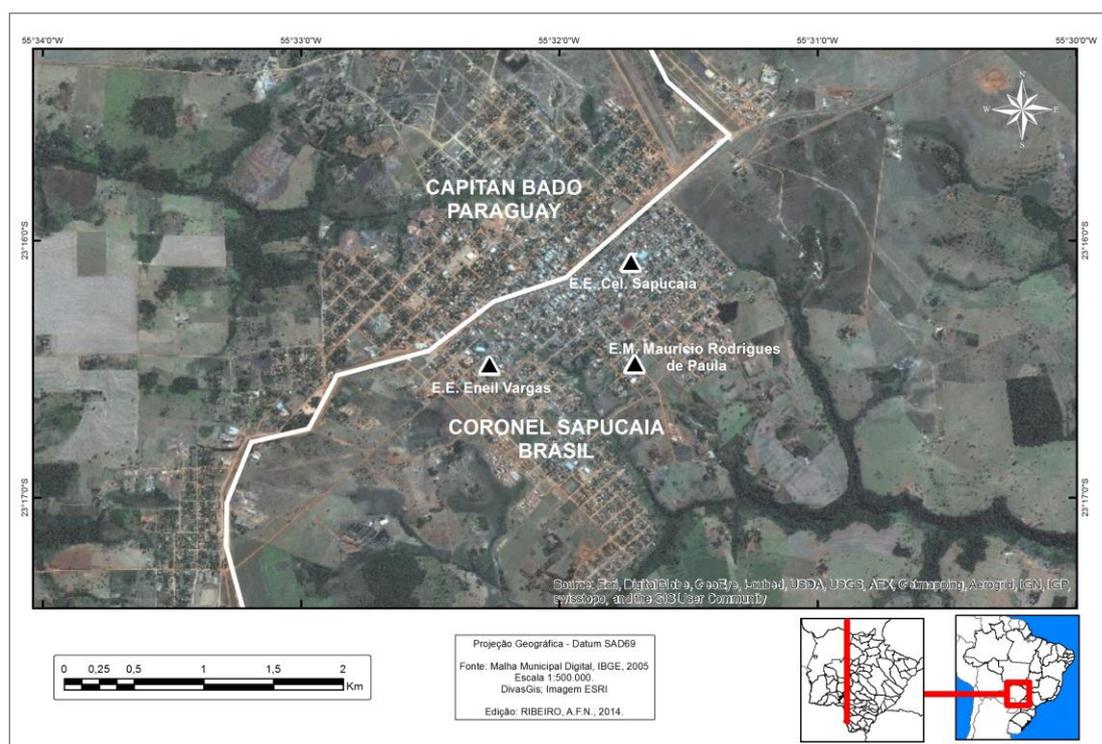
## CAPÍTULO 2

### A ESCOLA, O ENSINO DE GEOGRAFIA E A FRONTEIRA EM CORONEL SAPUCAIA

O município de Coronel Sapucaia conta com cinco escolas municipais e duas estaduais. Deste total, apenas três escolas contemplam a modalidade de ensino que nos propusemos a investigar em nossa pesquisa, a saber: o Ensino Fundamental (anos finais) que corresponde ao 6º, 7º, 8º e 9º anos<sup>15</sup>.

Destas três escolas que se enquadram nos propósitos pesquisados, duas são estaduais: Escola Estadual Coronel Sapucaia e Escola Estadual Eneil Vargas; e apenas uma municipal: Escola Municipal Maurício Rodrigues de Paula.

Mapa II – Localização das escolas pesquisadas



Nestas três escolas tivemos contato com direção, coordenação pedagógica, professores de Geografia, funcionários administrativos, alunos, além de esboços dos Projetos Políticos Pedagógicos. Em todas as escolas, o Projeto Político Pedagógico estava em processo

<sup>15</sup> Está implantado no município de Coronel Sapucaia o Ensino Fundamental de nove anos, de acordo com Lei Federal n.º 11.274 de 06/02/2006.

de reformulação, todavia, não encontramos em nenhuma escola material que contemplasse a diversidade fronteiriça de forma mais apurada e/ou com redações que tratassem deste aspecto em um formato mais elaborado e estruturado.

Destacamos que nosso primeiro contato nas três escolas se deu com a direção das mesmas, onde apresentávamos um ofício assinado por nossa orientadora, constando os objetivos de nossa pesquisa, instituição de ensino, enfim, uma breve apresentação da pesquisa para que fosse concedida a autorização para dar prosseguimento a pesquisa mediante os demais seguimentos das escolas.

É importante mencionar que a direção de todas as escolas nos acolheu, mas sempre nos encaminhava para a coordenação pedagógica, que fazia a “ponte” com os docentes. Dessa forma, nossa conversa com a direção das escolas se resumia a esta breve apresentação e entrega do ofício; não conseguimos entrevistar diretamente o corpo de gestores destas escolas no que se refere às suas concepções sobre a presença de alunos de origem paraguaia nas escolas em que exercem suas responsabilidades de cunho administrativo.

No tocante aos coordenadores pedagógicos e aos professores de Geografia tivemos avanços e também dificuldades, por exemplo, apenas uma professora aceitou fazer a entrevista gravada, os demais professores e todos os coordenadores se limitaram a responder nosso questionário de forma escrita e em meio digital, por e-mail. Vale ressaltar que também conseguimos entrevistar (gravação) a secretária municipal de educação, que estava à frente da referida secretaria no ano de 2012.

Dessa forma, mesmo indo a campo para conversar com os profissionais mencionados, não conseguimos obter material em áudio (entrevistas) em quantidade considerável. Nossas entrevistas se concretizaram, na sua maioria esmagadora, por trocas de e-mails, às vezes bastante demorados.

Todavia, conseguimos entrevistar alguns alunos, pais e os próprios moradores das cidades, o que se tornou uma importante fonte para que, através do relato de algumas destas pessoas pudéssemos compreender um pouco como está estruturado o ensino e a repercussão deste nas dinâmicas e concepções sociais que estão diretamente ligadas à sociedade.

Entendemos, também, que a jornada de trabalho dos professores, os baixos salários tanto na rede estadual de Mato Grosso do Sul, como na rede municipal de Coronel Sapucaia, fazendo com que os mesmos aumentem sua carga horária, trabalhando em mais de uma escola e as vezes, em municípios diferentes, o planejamento de aulas, correções de trabalhos, de

avaliações, de atividades, conteúdos a serem cumpridos, sobrecarregam professores e também a coordenação pedagógica que tem de acompanhar estes procedimentos, limitando e restringindo o tempo disponível destes profissionais<sup>16</sup> para dar atenção a “terceiros”, como era o nosso caso.

Nos contatos feitos por e-mail e pessoalmente, conseguimos apurar (entrevistar) 4 coordenadores pedagógicos, destes 3 pertencem à rede estadual de ensino e apenas 1 à rede municipal de Coronel Sapucaia. Quanto aos professores de Geografia, conseguimos contato com 7 profissionais<sup>17</sup>, sendo 4 da rede municipal e 3 da rede estadual. Muitos destes profissionais não eram concursados, ou seja, seu vínculo empregatício com as esferas governamentais era estabelecido mediante contrato administrativo temporário (convocados).

Este fato também interfere, a nosso ver, nos resultados da pesquisa, pois é um profissional que, pelo fato de não permanecer longos períodos nos estabelecimentos de ensino talvez não consiga ter a percepção dos problemas enfrentados pelos alunos de origem paraguaia, mesmo sendo a maioria residente<sup>18</sup> em Coronel Sapucaia.

Sentimos, também, que os professores convocados atuam com uma insegurança muito grande. Há por parte destes profissionais a necessidade de manter um bom relacionamento com os segmentos hierarquicamente superiores dentro da escola para se manterem empregados de um ano letivo para o outro. Devido a esta situação, procuram seguir “à risca” o planejamento elaborado, portanto, raramente ou nunca inserem em suas aulas práticas de ensino que contemplem a diversidade cultural, “ali” diante de seus olhos presente, nas suas práticas de ensino.

A matrícula de alunos descendentes e/ou paraguaios nestas escolas é uma constante<sup>19</sup>. A lei brasileira exige para o ingresso em instituição pública de ensino cópias da certidão de nascimento ou do documento de identidade, juntamente com um comprovante de

---

<sup>16</sup> Os procedimentos citados, ou seja, a rotina escolar não pode parar. Nossas conversas, principalmente com os professores de Geografia, se davam nos intervalos, nas horas-atividades, que o professor utiliza para planejar suas aulas e atividades a serem desenvolvidas, muitas vezes no pátio da escola e em curtos períodos de tempo. Assim também acontecia com a coordenação pedagógica.

<sup>17</sup> Todos os professores entrevistados possuem graduação em Geografia, a maioria com cursos de especialização em temáticas e práticas de ensino e educação.

<sup>18</sup> Encontramos professores de Geografia lecionando nas escolas públicas de Coronel Sapucaia que residem no município limítrofe de Amambai (dentro da faixa de fronteira), distante 40,6 km. Estes profissionais se deslocam todos os dias de um município para o outro, o que também interfere nas questões relacionadas ao tempo, ao cansaço, ao desgaste decorrente de um trajeto onde a presença da polícia, do exército e de revistas é uma constante, quase que diária.

<sup>19</sup> Uma das coordenadoras entrevistada chegou a mencionar que cerca 80% dos alunos matriculados na escola são descendentes ou são paraguaios.

endereço (do Brasil) e documentação escolar, que caso o aluno não tenha, é substituída por outros procedimentos permitidos na legislação vigente dos Conselhos Municipais, Estaduais ou Federais de Educação, como por exemplo, a classificação de alunos<sup>20</sup>.

O comprovante de endereço é facilmente “burlado”, sendo adquirido pelo empréstimo feito a parentes residentes no Brasil, amigos, ou outros. A matrícula no Brasil é interessante para os paraguaios, devido à estrutura ofertada como: merenda escolar, uniforme, livros didáticos gratuitos, “kits de materiais” e até mesmo transporte público, um conjunto de itens que no Paraguai são inexistentes, conforme descreve a secretária municipal de educação de Coronel Sapucaia:

A gente transporta também, nós entramos lá e pegamos, o município tem transporte dentro da área rural do Paraguai, a prefeitura custeia, nós buscamos, muitos também são brasileiros que trabalham lá, nós temos dificuldade de serviço, emprego, daí os pais vão, por que a maioria das lavouras aqui é do lado de lá e eles vão para trabalhar e tem que levar os filhos, aí eles solicitam e a gente vai buscar, aí o município tem trans-rural, temos algumas linhas, porque fornecemos uniforme, esse ano a gente forneceu agasalho de inverno, mochila, kit escolar e nas escolas do Paraguai isso não existe, a maioria deles vem por isso mesmo, porque lá eles não tem, nem merenda eles tem, lá é bem difícil (Entrevista realizada com a secretária de educação de Coronel Sapucaia, em setembro de 2012, concedida a Márcio Marques Rosa).

Todas estas situações caminham numa única direção: a inserção de alunos paraguaios ou descendentes estudando nas escolas públicas de Coronel Sapucaia, no Brasil. As escolas públicas de Coronel Sapucaia reúnem dentro de seus espaços, através de seus alunos uma enorme diversidade cultural e situações bastante contraditórias, como a língua, os conteúdos voltados para a realidade brasileira, apenas docentes brasileiros atuando.

Dessa forma, e diante destas contradições, da presença multicultural, da fronteira, em Coronel Sapucaia, nas escolas os espaços são:

[...] carregados de diferentes formas e expressões culturais marcadas pela diversidade de pessoas que se encontram nestes locais em busca de aprendizado. Nesse sentido, torna-se necessário refletir sobre as práticas educacionais que são desenvolvidas no interior das mesmas, de forma que estas busquem trabalhar as *diferenças* existentes, bem como as relações de identificação e diferenciação que ocorrem não apenas no espaço escolar, mas que extrapolam seus muros no desenrolar das práticas sociais cotidianas (TERENCIANI, 2011, p. 57, grifos da autora).

---

<sup>20</sup> No sistema de classificação aplicam-se, aos alunos, instrumentos avaliativos e, através dos resultados obtidos, o aluno é posicionado em um dos anos do Ensino Fundamental ou Médio, levando-se também em conta a idade do aluno.

As manifestações e influências destas questões ligadas à diversidade cultural dentro das escolas devem ser pensadas pelos professores e gestores como possibilidades de inserção nas atividades a serem desenvolvidas, nas suas práticas educacionais, na organização das propostas pedagógicas das escolas do referido município.

Contudo, através dos questionários respondidos pudemos constatar que para os professores e gestores das escolas públicas de Coronel Sapucaia os alunos de origem paraguaia são tratados como iguais aos alunos brasileiros, como se fossem brasileiros, desconsiderando sua diversidade cultural e sua história. Os professores entendem que os mesmos atravessam a fronteira por aquilo que o Brasil oferece aos alunos, ficando bem claro, de acordo com o que apuramos, um forte sentimento nacionalista evidenciado na fala dos professores brasileiros, que convergem para um *status* de superioridade na educação brasileira, e a presença de alunos paraguaios é retratada da seguinte forma:

A presença desses alunos vindos do país vizinho mostra a realidade da desigualdade social em que o país vizinho se encontra, eles vendo os benefícios que o Brasil tem para oferecer aos brasileiros com renda baixa, com a facilidade de ter um documento brasileiro e receber todos os benefícios que o nosso país oferece, é uma chance de melhorar a renda familiar. (Questionário respondido por um dos docentes de Geografia de Coronel Sapucaia, enviado em outubro de 2012, à Márcio Marques Rosa).

O ensino de Geografia na fronteira precisa se apropriar - e esta é uma incumbência dos professores de Geografia - das práticas sociais cotidianas para associá-las e abordá-las nas temáticas de ensino.

As próprias questões e problemáticas apontadas pelo professor no trecho acima destacado poderiam ser exploradas nas aulas de Geografia: as diferenças econômicas e sociais entre Brasil e Paraguai, os avanços e retrocessos dos dois países frente suas sociedades, caracterizando e apontando o contexto social tanto dos alunos brasileiros, bem como dos alunos paraguaios.

A ideia do nacionalismo é muito presente na escola. Citamos como exemplo a semana da pátria, quando as escolas brasileiras hasteiam a bandeira nacional, cantam o hino nacional brasileiro, participam de desfile cívico, e nos perguntamos: qual é o sentido destas atividades frente aos alunos paraguaios? Na fronteira é importante compreender, em se tratando de educação...

[...] que exige problematizar diferentes elementos do modo como hoje, em geral, concebemos nossas práticas educativas e sociais. As relações entre direitos humanos, diferenças culturais e educação nos colocam no horizonte da afirmação da dignidade humana em um mundo que parece não ter mais

esta convicção como referência radical. Trata-se de afirmar uma perspectiva alternativa e contra-hegemônica de construção social, política e educacional (CANDAUI, 2005, p. 35).

Então, vejamos: se temos na fronteira escolas que expressam atividades histórico-culturais que retratam apenas o nacionalismo brasileiro, como os alunos paraguaios convivem com esta escola que é formadora e representativa de uma identidade social brasileira? Como são, dessa forma, abordadas nas aulas de Geografia as especificidades da fronteira, o fluxo de pessoas, as trocas comerciais, os problemas sociais, enfim, como é abordada a fronteira, se a escola está a serviço apenas de um lado e não consegue, ou melhor, não quer imbuir em suas temáticas de ensino os elementos relativos ao Paraguai?

Estas implicações nacionalistas trabalhadas na escola, e associadas aos conteúdos, causam em alguns alunos de origem paraguaia um sentimento, que em dados momentos é de revolta por distorcerem, segundo eles, e apresentarem apenas um lado dos fatos. Abaixo trazemos o relato de um aluno paraguaio acerca de um conteúdo ministrado nas aulas de Geografia que teve como temática a Guerra do Paraguai.

Teve uma aula que a professora começou a trabalhar a Guerra entre Brasil e Paraguai, é chato, pois os colegas brasileiros ficam se vangloriando que o Brasil foi vencedor, que “nós” fomos derrotados. Mas nossos pais contam que só perdemos esta guerra porque a Inglaterra financiou e forneceu armamentos para o Brasil, pois tinha interesse econômico no desfecho, só aparece nas aulas os heróis e combatentes brasileiros e os nossos nem aparecem, meu pai disse que houve muito sangue paraguaio derramado aí no chão do Mato Grosso do Sul, e que nem tem-se respeito por nosso povo que lutou na guerra. Outra desgraça para nós e aí falo enquanto aluno que precisa “tirar” nota para passar de ano em Geografia é quando a professora fala que este conteúdo será avaliado através de um trabalho, muitos de nós paraguaios relatamos em nosso trabalho o que conhecemos da guerra a partir de nossa história, aí já viu é nota baixa na certa, e a professora ainda fala que dará para a gente uma segunda chance que procuremos nos livros brasileiros da biblioteca da escola o assunto. Como? Não entendemos nada do que está escrito nos livros por causa da língua, acabamos por ficar com nota baixa mesmo. Às vezes conversamos entre nós, principalmente por que os trabalhos são em grupo e somente paraguaios, os alunos brasileiros dificilmente fazem grupo com a gente, medo de tirar nota baixa e passar vergonha. Muitas vezes temos vontade de falar para a professora compreender nosso lado, mas, na fronteira não podemos ir de frente com a escola, nossos pais dizem que não podemos perder os benefícios que a escola nos oferece, muitos de nós só come na escola. (Entrevista realizada com um aluno de origem paraguaia, em novembro de 2013, concedida a Márcio Marques Rosa).

Sendo assim, os elementos culturais e históricos acerca da Guerra com o Paraguai poderiam ser apresentados de forma diferente nas aulas, ouvindo os dois lados da história, esta metodologia poderia até enriquecer o conteúdo, dando significação às pessoas e

construindo as histórias destas sociedades, afirmando suas representações culturais e estas são as bases para a construção das identidades sociais dos sujeitos que vivem na fronteira. É inegável que as pessoas das duas cidades compartilham de um mesmo território onde a guerra aconteceu, porque, então, apenas uma versão dos fatos?

Retratar estas práticas nas aulas de Geografia faz com que a fronteira não seja apenas um lugar físico estabelecido por uma legislação que tem como princípio separar nações, mas como um lugar com grande potencial de possibilidade de estudo e de abordagem geográfica.

Respeitar a condição étnica e cultural dos alunos vindos do Paraguai, percebendo suas diferenças culturais, traduz-se em garantia aos direitos educacionais e reflete para um caminho que leve ao êxito de um processo de ensino que atenda a esta heterogeneidade de alunos nas escolas de Coronel Sapucaia.

Este preceito está, inclusive, amparado pela legislação vigente, conforme trazem os PCN (BRASIL, 1998, p. 26) para o ensino de Geografia:

[...] estudar as relações entre o processo histórico na formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar, do território, a partir de sua paisagem. Na busca dessa abordagem relacional, trabalha com diferentes noções espaciais e temporais, bem como os fenômenos sociais, culturais e naturais característicos de cada paisagem, para permitir uma compreensão processual e dinâmica de sua constituição, para identificar e relacionar aquilo que na paisagem representa as heranças das sucessivas relações no tempo entre sociedade e a natureza em sua interação.

Esta potencialidade que vêm da fronteira, deste ir e vir dos alunos de origem paraguaia pode vir a fazer com que os diferentes problemas sociais sejam retratados e explanados nas aulas de Geografia, como a ocupação do espaço urbano, as dinâmicas sociais e ou as implicações culturais. É importante mencionar que, neste sentido, a educação cumpre um papel de trocas de experiências entre as populações dos dois municípios (e dos dois países), contribuindo para o crescimento destas sociedades.

Contudo, fazemos uma ressalva; a educação não se restringe ao ambiente escolar, à escola, está para fora dela, pois a todo o momento estamos aprendendo. A escola da fronteira nem sempre trará para sua sociedade as respostas necessárias de que precisam. Todavia, a escola pode ser um dos agentes da promoção da interculturalidade no espaço fronteiriço.

Analisar fatos geográficos e históricos que aconteceram no espaço fronteiriço, contando e reunindo elementos sociais pertencentes aos dois lados corrobora para ultrapassar uma verdade tida como absoluta e apresentada de forma incontestável, por parte da “versão” relatada a respeito da Guerra com o Paraguai contada nos livros de História e Geografia

brasileiros, trazer elementos de compreensão a partir dos acontecimentos oriundos dos alunos paraguaios propicia um avanço no processo de ensino e aprendizagem. Visto que:

As possibilidades para avançar nesse diálogo e colaboração intercultural se veem favorecidas na atualidade, porque do próprio coração do Ocidente desenvolveram-se algumas correntes de pensamento que refletem criticamente tanto sobre as pretensões de superioridade civilizatória do Ocidente, como de suas instituições, incluindo a “ciência” como modo de produção de conhecimento. No entanto, ultrapassando o fato de que um número crescente de indivíduos seja consciente dessa realidade, a institucionalidade da ciência ainda interpõe numerosos obstáculos à realização das mudanças necessárias (MATO, 2009, p. 80 e 81).

Caímos em um jogo de relações de poder, e este é o principal empecilho para se estabelecer na fronteira uma escola que venha a atender as diferentes culturas presentes. É uma realidade social que vem ao longo dos anos afastando e não aproximando estas cidades, contribuindo para uma situação de injustiça e exclusão social e histórica na fronteira entre Capitán Bado e Coronel Sapucaia.

Percebemos, em nossas entrevistas, que os alunos paraguaios devem apenas ser matematizados como forma de provir recursos para as escolas, mas, pouco pensados como indivíduos que carecem de um sistema de ensino que vá ao encontro de suas necessidades.

Em outra pergunta lançada aos professores de Geografia atuantes em Coronel Sapucaias, interrogamos quanto a necessidade de fazer alguma mudança em sua forma de trabalho por causa da presença de alunos de origem paraguaia em suas aulas? E, se sim, quais?

Todas as respostas que obtivemos foram que “não”. A superficialidade destas respostas nos mostra as dificuldades que os professores encontram por não terem elementos curriculares organizados para atender as especificidades da fronteira.

É preciso que haja uma atenção especial às manifestações culturais que se fazem presentes nestas escolas, visto que os modelos educacionais sempre estão associados à ideia de representar e promover seu Estado-Nação.

Isto está muito claro na fala de uma mãe de aluno paraguaio, que estuda numa escola de Coronel Sapucaia:

Meu filho não é visto como um aluno que precisa e merece ter um ensino de qualidade, meu filho é visto como um aluno que é do Paraguai e que portanto, vai viver de vender mercadorias ou cair no contrabando, lamento muito que o governo paraguaio não consiga avançar nas políticas educacionais e garantir escolas de qualidade para o povo paraguaio, para que meus filhos estudassem no Paraguai sem ter que atravessar a fronteira e ficarem sujeitados a um ensino que desconhece e desmerece nossa cultura e

nossa história de vida (Entrevista realizada com uma mãe de aluno paraguaio, em setembro de 2013, concedida a Márcio Marques Rosa).

Pensamos que a Geografia, ao contribuir para a compreensão sobre o território, desvendando as implicações sociais embutidas na fronteira, pode propiciar mecanismos de entendimento do espaço fronteiriço, possibilitando através das escolas situadas no município de Coronel Sapucaia ações de integração cultural que venham em um dado momento histórico, com qualidade, refletir em benefícios para a população de ambas as cidades. Quem sabe, um novo arranjo ao modelo educacional estabelecido através das trocas culturais.

Porém, quando questionamos os professores de Geografia sobre o que pensavam em relação aos conceitos de território, lugar e fronteira, considerando a diversidade da fronteira e a presença desses alunos de origem paraguaia, e como procuravam trabalhar tais conceitos, quais os recursos didáticos utilizados para isso, não obtivemos com nenhum dos professores que nos responderam, nenhum conceito, mesmo que de forma simplificada, superficial, o que pensavam sobre território, lugar e fronteira, todos se limitaram a falar sobre o livro didático, quer dizer todos disseram usar o mesmo livro para todos os alunos.

Esta distância entre os professores e os conceitos de território, lugar e fronteira acaba por fazer com que o ensino de Geografia na fronteira fique descaracterizado ou distante das questões sociais que abarcam as sociedades de ambas as cidades, promovendo inclusive, sentimentos de indiferença aos paraguaios por parte dos alunos e pais de alunos brasileiros.

Quando entrevistamos um pai de alunos paraguaios estudantes em Coronel Sapucaia ele retratou sentir-se discriminado pelo simples fato de ter seus filhos estudando no Brasil.

Outro dia “tava” trabalhando para um velho fazendeiro brasileiro e ele me perguntou se tinha filhos, disse que quatro e que todos estudavam em Coronel Sapucaia, ele falou que a filha dele era professora e que sempre comenta em casa que estes paraguaios são uns mortos de fome, que só estudam nas escolas brasileiras para comer e pegar o material, o racinha preguiçosa, só sabem plantar maconha, fazer farinha e mais nada. Mas, não somos preguiçosos, tava até trabalhando para ele, é verdade muitos paraguaios plantam maconha, mas outros não, eu não e mando meus filhos estudarem no Brasil por acreditar e ter esperança que vão se tornar homens com melhores condições e para ter melhores oportunidades. Como queria que meu país oferecesse escolas boas. (Entrevista realizada com um pai de alunos paraguaios estudando no Brasil, em novembro de 2013, concedido a Márcio Marques Rosa).

Relata-se claramente pela fala deste pai que existe em Coronel Sapucaia a ideia de subjugar o povo paraguaio como inferior e participante ativo do narcotráfico. Sendo assim, a Geografia ensinada na fronteira tendo como base o encontro entre as diferentes culturas, constitui, ou pode vir a reunir as possibilidades para uma educação que rompa com estes

preceitos discriminatórios em relação às pessoas que na fronteira habitam. Indiscutivelmente, estas possibilidades precisam ser pensadas através da cooperação entre ambos os Estados Nacionais (brasileiro e paraguaio) visando construir um currículo que seja voltado para o ensino em região de fronteira e que promova a inclusão e aceitação entre seus indivíduos.

Nesta possível organização curricular é preciso levar em conta ou procurar entender como se configuram os fluxos na fronteira, sejam estes materiais ou imateriais, sejam dados pelo ir e vir das pessoas, que nesta pesquisa se fez muito notório a partir dos alunos, seja pela transposição destes alunos e sua cultura que não se desagrega do corpo no momento em que eles “cruzam” a fronteira.

Os professores se estiverem atentos a esta fluidez territorial, podem assimilar tanto aos alunos paraguaios, bem como, aos brasileiros, a chance de trazer em consonância com os conteúdos trabalhados as dinâmicas sociais específicas da fronteira e estas conexões que se fazem presentes com o próprio ir e vir dos alunos, pois:

O/a educador/a tem um papel de mediador na construção das relações interculturais positivas, o que não elimina a existência de conflitos. O desafio está em promover situações em que seja possível o reconhecimento entre os diferentes, exercícios em que promovamos o local-se no ponto de vista, no lugar sociocultural do outro, nem que seja minimamente, descentrar nossas visões e estilos de afrontar as situações como os melhores, os verdadeiros, os autênticos, os únicos válidos. Para isso é necessário promover processos sistemáticos de interação com os ‘outros’, os diferentes, sendo capazes de analisar sentimentos e impressões. É a partir daí, conquistando um verdadeiro reconhecimento mútuo, que seremos capazes de construir algo juntos/as. Nessa perspectiva, é necessário ultrapassar uma visão romântica do diálogo intercultural e enfrentar os conflitos e desafios que supõe [...] (CANDAUI, 2008, p. 31-32).

Pensar a educação na fronteira sob esta perspectiva de um ensino que tenha como princípio os embasamentos culturais levaria a um projeto de equidade social, estimulando o debate em torno de um programa educacional alternativo ao programa de educação básica brasileiro que não contempla a fronteira e, poderia propiciar uma complementaridade entre os Estados na fronteira. Para a fronteira, esta complementaridade, a partir de uma educação normatizada em conjunto poderia vir a encurtar as distâncias educacionais impostas por modelos que precisam ser reconstruídos, uma vez que as...

[...] identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultado sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano, ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques e temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a

tais identidades, identidades são, pois identificações em curso (SOUZA SANTOS, 2005, p. 135).

Este modelo deve ser pensado no tocante à diversidade cultural que é plural na fronteira, buscando satisfazer os interesses sociais, individuais ou coletivos que, espontaneamente, organizam o modo de vida das pessoas, interferindo em seu comportamento, hábitos e costumes.

Dessa forma, é preciso procurar estabelecer e discutir o lugar teórico das principais determinações que explicariam o caráter desigual do processo de ensino e aprendizagem que é percebido entre os alunos de origem paraguaia, de buscar demonstrar a necessidade de avançar na elaboração de um currículo que contemple as determinantes sociais e que estejam em consonância com a dimensão espacial da fronteira, no tocante às questões culturais.

De acordo com Candau (2008, p. 35):

As relações entre o cotidiano escolar e cultura(s) ainda constitui um perspectiva somente anunciada em alguns cursos de formação inicial e/ou continuada de educadores/as e pouco trabalhada nas nossas escolas. No entanto, considero que esta perspectiva é fundamental se quisermos contribuir para que a escola seja reinventada e se afirma como um locus privilegiado de formação de novas identidades e mentalidades capazes de construir respostas, sempre com caráter histórico e provisório, para as grandes questões de enfrentamentos hoje, tanto no plano local quanto nacional e internacional.

Para a elaboração deste currículo que prime pela heterogeneidade dos alunos na fronteira, é relevante analisar articuladamente os movimentos de integração, de polarização e hegemonia dos recortes territoriais que compõem a fronteira, pois estes estão impregnados de rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias, provendo para as escolas nesta região fronteira uma riqueza cultural enorme e diversificada.

A necessidade de um currículo e formação específica para as escolas e para os professores de Coronel Sapucaia, fica mais evidenciado, quando indagamos uma coordenadora pedagógica de uma das escolas públicas do município sobre as principais dificuldades ou problemas em relação à presença de alunos paraguaios na escola:

No meu olhar o problema está na formação dos professores, que tem dificuldades de trabalhar com a cultura e a diversidade de línguas (portuguesa, espanhola, guarani) utilizada pelos alunos no seu cotidiano. O currículo das escolas de fronteiras deveria ser diferenciado, partindo do conhecimento do aluno segundo os estudiosos. Mas, como? Se o educador não tem o suporte, e a escola não tem condições de oferecer, sentimos a necessidade de uma política diferenciada garantida em proposta pedagógica, pois apenas trabalhamos alguns projetos culturais e fica nisso, nada mais concreto (Questionário aplicado com uma coordenadora pedagógica em Coronel Sapucaia, em agosto de 2013).

Todavia, esclarecemos que este currículo, pensado para as escolas de fronteira, não possibilita o estabelecimento de leis gerais, ou seja, este apenas, não pode fornecer o entendimento da dimensão espacial da fronteira, ligada ao encontro de culturas divergentes, tão pouco não pode prescindir em nenhum momento da história das sociedades que se fixaram na fronteira ao longo do tempo, visto que não somente na fronteira, mas em qualquer outro lugar as sociedades possuem uma identidade intrínseca, que não é universalizável.

As escolas localizadas na fronteira, neste caso, e com base na diversidade cultural que adensa suas salas de aula, não podem propor métodos de ensino que venham a “selecionar” seus alunos, mas podem, a partir da diversidade cultural, desfazer barreiras sociais, abrindo novos modelos e perspectivas para a valorização de toda sua comunidade de educandos, sejam brasileiros, sejam paraguaios.

Estas barreiras impostas por um sistema de ensino que não foque na diversificação cultural pertencente à fronteira, desconsiderando ou menosprezando os alunos de origem paraguaia, fica melhor esclarecida, no trecho abaixo:

Outro ponto de vista é que a escola para eles é um mundo à parte, existe uma ruptura (choque de culturas) quando eles passam para o lado brasileiro, tanto no aspecto econômico, gastronômico e cultural (os alunos paraguaios têm uma “criação” conservadora e extremamente cívica, coisa que não acontecem do lado de cá). A dificuldade não é só no ensino de geografia mas em todas as disciplinas. (Questionário aplicado a um coordenador pedagógico e professor em Coronel Sapucaia, em agosto de 2012).

A ênfase na análise cultural, no encontro de culturas diferentes, deve atrelar-se ao processo de relações sociais, de modo a vir construir meios para uma equidade nos diferentes níveis de ensino, requerida para a produção de uma proposta de educação que atenda às necessidades específicas da fronteira.

É importante saber que uma educação que não contemple a diversidade cultural cria, recria e reproduz estruturas homogeneizadoras fazendo com que uma ordem desigual, que não é benéfica às sociedades de ambos os lados da fronteira seja mantida. Assim, levando a descontinuidades sociais, acirrando as diferenças sociais e aprofundando as desigualdades entre as pessoas e os lugares.

Uma escola na fronteira precisa construir um currículo que dinamize seus métodos de ensino de forma a serem aplicados aos alunos, com uma integração entre as diferentes culturas com a finalidade de promover, a partir da escola, um processo de enfrentamento das diferenças sociais, culturais e econômicas que estão presentes nas cidades estudadas.

Sabemos que as escolas não se constituem em ambientes idílicos, são espaços que carregam rupturas, transformações, avanços e retrocessos, mas que sempre serão renovados pelas pessoas que os constroem.

A interação cultural sempre será um processo difícil e contínuo dentro das escolas, porém necessário para que as realidades sociais sejam trazidas para o campo do debate que deve ser mediado pelo professor, dando maior profundidade para se discutir uma proposta pedagógica que contemple, de forma mais próxima, a realidade da fronteira e dos alunos.

Para incluir um aluno de origem paraguaia e fazer com que essa inclusão tenha qualidade é necessário, por parte da escola, do professor, considerar que esse aluno pertence a um contexto social e cultural diferente dos demais alunos brasileiros. Para tanto, a escola e seus professores devem adaptar seus métodos de ensino e conteúdos a estes alunos e não ao contrário e entender que:

[...] não se trata de uma mudança de conteúdo. É preciso haver uma mudança metodológica que altere a relação professor-aluno, relação esta que, via de regra, continua fria, distante e burocrática. É preciso haver também uma postura renovada de maior diálogo, não só entre professor e aluno, mas com o próprio conhecimento [...] (KAERCHER, 2002, p. 222).

Assim, quando um aluno de origem paraguaia chega a uma escola pública de Coronel Sapucaia este deve ser visto como diferente, como um sujeito que traz consigo toda uma historicidade diferente, e não ser apenas matematizado como mais um na sala de aula, desconsiderando sua historicidade.

A primeira barreira a ser transposta e que vai gerar uma enorme dificuldade no processo de ensino-aprendizagem tanto para o aluno paraguaio, bem como, para os próprios professores brasileiros está na língua. A língua se constitui num obstáculo para os professores e para os alunos, segundo a secretária municipal de educação de Coronel Sapucaia:

[...] a secretaria municipal de educação não dispõem no momento de nenhum estudo ou pesquisa em relação ao fluxo de alunos paraguaios que estudam em nossas escolas, nós iríamos fazer agora neste ano mas, aí entrou a política e acabou ficando, a gente pensa em fazer para o próximo ano, porque este é um dos problemas que a gente enfrenta aqui o bilinguismo, vários deles não sabem falar a língua portuguesa e demoram para aprender, quando chegam no primeiro ano do Ensino Fundamental é muito difícil (Entrevista realizada com a Secretária Municipal de Educação do Município de Coronel Sapucaia, em setembro de 2012, concedida a Márcio Marques Rosa).

Quanto à linguagem, como processo de inclusão escolar, esta se faz decisiva para que o aluno de origem paraguaia seja incorporado não apenas na escola, mas, principalmente, no contexto social. A vida social é construída através da linguagem, da interação e da

comunicação. Os professores de Coronel Sapucaia precisam estar atentos a esta condicionante linguística em relação aos alunos que vêm de Capitán Bado, e à sua língua que pode ser tanto o espanhol como o guarani.

Analisamos, por meio de algumas entrevistas, que os alunos paraguaios sentem a necessidade de não apenas adquirir conhecimento ou comunicação/interação, decididamente, na escola brasileira eles querem ser respeitados e ter sua cultura e língua respeitadas.

[...] às vezes tenho a impressão que não estou na sala de aula, a não ser quando o professor grita meu nome, confesso que às vezes viajo daquele ambiente pois em nada me interessa, e sei que não é minha culpa não prestar atenção na explicação, não que seja culpa do professor, mas não entendo o que ele fala e também não gosto e não quero aprender sobre a geografia do Brasil. Para que me serve aprender isto, porque não trazem nada para falar do Paraguai, está ali é só atravessar a rua. (Entrevista realizada com um aluno paraguaio, em setembro de 2013, concedida a Márcio Marques Rosa).

Para os alunos paraguaios a inserção na escola regular brasileira e o convívio com alunos e professores brasileiros, através da comunicação, é primordial para que sintam-se integrados socialmente e participantes de forma ativa no processo de aprendizagem, sendo para este ideal, fundamental o reconhecimento ao direito a historicidade paraguaia.

Não estamos neste trabalho, e que fique claro, mais uma vez, fazendo uma crítica aos professores que lecionam Geografia na fronteira, visto que as práticas políticas inerentes à educação, em comparação ao que realmente é realidade nas escolas de fronteira não são condizentes, são educadores que carecem de uma formação que esteja voltada para a fronteira, propiciando um meio necessário para atender a demanda crescente de alunos paraguaios.

Fica claramente evidenciado que sem uma política educacional que contemple a diversidade cultural peculiar à fronteira, o ensino em Coronel Sapucaia ignora, quase que totalmente, o objetivo de inserção dos alunos vindos do Paraguai. Principalmente porque:

[...] a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados por indivíduos, grupos sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço [...] (CASTELLS, 2002, p. 23).

Com base nestas premissas identitárias, o município e todos os eventos possíveis de leitura geográfica que nele se materializam, constituem eixos que devem ser direcionados aos alunos pelo professor como instrumentos de construção e elucidação da complexidade das práticas políticas, físicas, econômicas e sociais.

Ainda, como argumenta Castells (2002), diversos fatores sociais estruturam a construção de identidades grupais e individuais. Sendo assim, o professor, após a compreensão desta dinâmica que ocorre no município, pode ir progressivamente trabalhando estes temas em consonância com os conteúdos aplicados para inserir a possibilidade de compreensão de sua realidade, de identificação e atribuir significado às suas vidas, a partir do contexto social em que se encontram e que se configura num importante instrumento didático-pedagógico para o desenvolvimento de sua aprendizagem.

Todas estas implicações sociais, políticas, econômicas e culturais existentes nas escolas de Coronel Sapucaia, produzidas e reproduzidas no interior das contradições que vêm sendo intensificadas com o processo dado a partir do fluxo diário de alunos paraguaios, podem ser utilizados pelos docentes como um meio de ensino, tido, baseado e coletado de um parâmetro real, palpável de estudo. Todos estes processos sociais possíveis de leitura e estudo geográfico estão inseridos no cotidiano dos alunos, fazem parte de seu dia, constituem suas experiências vividas e por conseqüência são trazidos consigo para a escola. Ao professor cabe apenas um olhar mais cuidadoso para esta realidade.

De acordo com Callai (2000, p.119 e 120):

Cada lugar tem uma força, tem uma energia, que lhe é própria e que decorre do que ali acontece. Esta não vem de fora, nem é dada pela natureza. É resultado de uma construção social, na vivência diária dos homens que habitam no lugar, do grau de consciência das pessoas como sujeitos de um mundo em que vivem, e dos grupos sociais que constituem ao longo de sua trajetória de vida [...].

Para que estes objetivos sejam alcançados e trabalhados em concordância com a realidade fronteiriça é importante “provocar” os alunos, principalmente aqueles vindos do Paraguai e envolvê-los em discussões, buscando despertar neles uma participação individual ou coletiva em todas condicionantes sócio-espaciais ligadas à fronteira.

Ao refletir todas as possibilidades de ensino, inerentes à Ciência Geografia, acerca das cidades gêmeas de Coronel Sapucaia e Capitán Bado, deve-se ter como relevante compreender que os alunos participam direta e indiretamente da maioria dos fenômenos físicos, sociais e econômicos, estando estes fenômenos diretamente associados com as práticas e experiências vivenciadas por estes alunos, trazendo à tona um pouco das revelações culturais de suas vidas em sociedade, desta forma o ensino de Geografia não pode ignorar estas reproduções sócio-espaciais.

A respeito desta possibilidade de estudo, de não ignorar as reproduções sócioespaciais, próximas dos alunos, e mais, como instrumento que os auxiliem no entendimento de todas estas dinâmicas, Castrogiovanni (2000, p. 11 e 12) argumenta:

Por “alfabetização espacial” deve ser entendida a construção de noções básicas de localização, organização, representação e compreensão da estrutura do espaço elaboradas dinamicamente pelas sociedades. A representação dos segmentos espaciais é fundamental no processo de descentração do aluno facilitando a leitura do todo espacial. Dessa forma, o ensino de geografia deve preocupar-se com o espaço nas suas multidimensões. O espaço é tudo e todos: compreende todas as estruturas e formas de organização e interações. E, portanto, a compreensão da formação do grupos sociais, a diversidade social e cultural, assim como a apropriação da natureza por parte dos homens, deve fazer parte também dessa alfabetização.

Portanto, é necessário desenvolver junto aos alunos uma leitura do espaço fronteiriço, identificando como todas estas condicionantes sociais, culturais, as características físicas, econômicas e políticas, vão interferir e se fazer presentes em suas vidas. Tal leitura é fundamental para que os alunos compreendam todo o desenrolar e a materialidade das relações sócioespaciais, que estas não são distantes, tão pouco longínquas de sua realidade.

Pelo contrário, são inerentes ao seu dia-a-dia, propiciando instrumentos que levem os alunos a um possível amadurecimento cognitivo, contribuindo para sua formação, capaz de fazê-los compreender criticamente todas as particularidades espaciais, que acontecem diariamente na fronteira e das quais, como já dissemos, fazem parte. Esta abordagem do cotidiano do aluno é tão essencial que Callai (1999, p. 67) enfatiza:

Em geral, se descrevem paisagens distantes e, com as próximas, fazem-se descrições tão impessoais que não parecem ser o mundo em que se vive. O grande desafio é tornar as coisas mais concretas e mais reais. Um ensino consequente deve estar ligado com a vida, ter presente a historicidade das vidas individuais e dos grupos sociais, com um sentido para buscar o conhecimento existente e conseguir produzir conhecimento próprio.

O foco do professor deve ser mantido em adotar periodicamente mecanismos que sejam capazes de dar subsídios aos alunos para a compreensão daquilo que os rodeia, dando importância ao que está próximo dos alunos e com certeza não desmerecer suas experiências cotidianas, nem tão pouco o que já construíram como entendimento de Geografia agregado às relações sócio-espaciais e que trazem do Paraguai.

As dificuldades em se lecionar na fronteira não podem ser “maquiadas” como se não existissem. Alguns professores as relatam e sentem a necessidade de amparo por parte das

esferas governamentais, no intuito de adequar os embasamentos legais educativos para a realidade fronteiriça, abaixo segue relato de outra professora:

[...] a presença de alunos paraguaios na escola brasileira faz com que as dificuldades sejam muitas, a questão, assim, maior que eu vejo é dificuldade de interpretação e de escrita, eles tem muita dificuldade com a língua na interpretação de textos e na descrição, por que a gente trabalha muito com textos descritivos, trabalhamos muito na Geografia e você sabe, com mapas e figuras onde eles tem muita dificuldade em interpretá-los por causa da linguagem, mesmo vivenciando e percebendo estas dificuldades eu não mudo minha forma de trabalho, não há muito o que fazer, nós não temos estrutura, não temos material didático e o mais agravante é que não temos preparo, nós não somos preparados para trabalhar com alunos de origem paraguaia, e, assim, a partir do momento que eles estão aqui eles não são considerados paraguaios [...] (Entrevista realizada uma professora em Coronel Sapucaia, em agosto de 2012, concedida a Márcio Marques Rosa).

O fato de não considerar estes alunos como paraguaios contribui para que seja negada sua identidade cultural e evidenciar que estes alunos muitas vezes estão participando, ou melhor, sendo sujeitados a um processo histórico de exclusão social, quando deveria acontecer de forma contrária.

Em outro trecho da entrevista, a professora fala das dificuldades de se trabalhar os conteúdos em relação à presença dos alunos paraguaios e por não ter material didático pedagógico que contemple a especificidades da fronteira observa ainda que é difícil avaliar estes alunos por causa da língua, dos problemas ligados à evasão, por causa das drogas e de ausência de perspectivas de futuro para estes alunos:

[...] já em relação aos conteúdos a dificuldade eu acho que é meio generalizada, os alunos brasileiros também tem dificuldade na interpretação, claro que pesa mais a questão do aluno que tem dificuldade na língua, os conceitos de lugar, território e fronteira eu trabalho com eles de forma oral, porque não se fazem presentes no livro didático a gente procura trazer a realidade para dentro da sala conversando com eles, mas dizer que tem um material didático específico, não tem não. Os nossos livros são muito fora da realidade, inclusive, até mesmo para o Estado de Mato Grosso do Sul, nós não temos assim material da nossa região, é tudo autor das grandes cidades, que não conhecem nossa realidade, como professora, como educadora eu sinto um carência de conteúdos que trabalhem especificamente a fronteira. Outra dificuldade é que muitos alunos falam o Guarani dentro da sala e aí fica difícil, nas avaliações destes alunos eu tenho muita dificuldade avaliar por causa da escrita, eles vão passando de ano, mas aprender mesmo, você corrige alguns aprendem, mas tem outros que não tão muito interessados [...] (Entrevista realizada com uma professora em agosto de 2012, concedida a Márcio Marques Rosa).

Todos estes relatos apontados pela professora vão retratando a dificuldade de se lecionar na fronteira sem uma política pública construída para atender de forma específica o

contexto social e cultural fronteiriço. Um ensino que não vá ao encontro da diversidade existente nas escolas, tida com o fluxo diário da vinda dos alunos paraguaios, pode, de acordo com a própria professora, não oferecer perspectivas de melhores condições de vida para estes alunos e, assim, para a própria sociedade que compõe a fronteira.

Esta premissa relacionada pela professora, de uma educação que não garanta ou que não propicie aos alunos, sobretudo, paraguaios, oportunidades de mudar ou de buscar melhores condições sociais e econômicas de vida, estão mais claramente apresentadas no trecho abaixo:

[...] aqui na verdade nossos alunos não tem muita visão de futuro, quando eu tenho um “tempinho” eu converso com eles para eles pensarem no futuro, ter uma visão lá mais na frente, o município aqui é basicamente agricultura e pecuária, tirando as drogas que tem muito, tem alunos que inclusive não tão vindo para as aulas, aí os próprios colegas falam não professora ele foi plantar maconha com o pai dele, ele vai ficar um tempo pra lá. Há uma necessidade muito grande por parte dos governantes em montar projetos específicos para nossa realidade, o duro é que eles não tem nem noção do que a gente passa aqui, só que ao mesmo tempo a gente também discute aqui entre nós professores, por que quando nossos alunos, se eles forem estudar lá fora eles também não vão encontrar nada de diferenciado, vai ser tudo em vão, se eles forem fazer um vestibular não vai ser diferenciado por que são da fronteira, então ao mesmo tempo será que isso contribuiria se nós tivéssemos um projeto específico com eles, de repente ajuda, talvez, na questão deles entenderem a realidade que eles estão inseridos, mas quando eles forem competir mesmo eles não vão ter nada diferenciado (Entrevista realizada com uma professora em agosto de 2012, concedida a Márcio Marques Rosa).

Por meio da fala da professora é evidente a crítica feita às autoridades e a necessidade de haver um maior diálogo social nas implicações atribuídas ao sistema de ensino na fronteira. Outra característica importante apresentada na fala da professora é a observância quanto à construção de medidas no sistema de ensino que extrapolem a fronteira e que venham a garantir políticas públicas educacionais que não estejam implantadas somente no território fronteiriço, como o exemplo que ela citou dos alunos prestarem vestibular em universidades distantes da fronteira e de sua realidade.

De acordo com a fala da professora, pode ser subentendido que é relevante construir argumentos teóricos, práticos e relacioná-los com a sociedade na qual os alunos e a escola se encontram, procurando o estabelecimento de interlocuções das paisagens físicas, dos fatores econômicos, políticos, sociais e culturais e como todos estes vão interferir nas relações sociais e espaciais dos alunos e nas suas perspectivas de vida futuramente.

Uma das questões observadas que mais chamou nossa atenção foi sobre como os professores de Geografia trabalham especificamente o conceito de fronteira, da forma como trabalham este conceito e em qual contexto. A seguir destacamos umas das respostas obtidas:

Geralmente trabalhamos no 8º ano, explicando as diferenças entre os países vizinhos, as desigualdades sociais, e os problemas gerados pela população que vive na fronteira, pois utilizam todos os benefícios brasileiros, mas não contribuem com a contribuição de impostos no Brasil (Entrevista realizada com uma professora em agosto de 2012, concedida a Márcio Marques Rosa).

Com essa fala, percebemos que um dos professores entrevistados sente-se incomodado com a presença de alunos de origem paraguaia estudando no Brasil. Todavia, para as escolas de Coronel Sapucaia, os alunos de origem paraguaia, são essenciais para o provimento de recursos financeiros, os coordenadores pedagógicos das três escolas pesquisadas estimaram, de acordo com os requerimentos de matrículas, em 80% o número de alunos de origem paraguaia estudando nas escolas do município, assim, sem estes alunos, seriam 80% a menos de recursos financeiros destinados a estas escolas.

Dessa forma, a construção de um currículo no qual esteja refletida a diversidade cultural característica da fronteira, pode explicar de forma mais clara a possibilidade da escola e dos professores de Geografia para que os mesmos possam esboçar em suas aulas instrumentos teóricos que acabem por abordar concisamente a intrínseca relação cultural que se dá com existência de alunos paraguaios no espaço escolar de Coronel Sapucaia, contribuindo para que o exercício da democracia, do direito destes alunos paraguaios poderem manifestar no espaço escolar sua cultura, sem medo de serem discriminados e estereotipados.

O que não pode acontecer, dentro do ambiente escolar, é que os alunos de origem paraguaia tenham suas vozes silenciadas e, assim, sua cultura negada, menosprezada, inferiorizada. Se este silêncio imperar nas escolas, como ficará a percepção em relação ao diferente, ao outro? Como ficariam os preceitos identitários e a percepção das diferenças entre as sociedades, uma vez que:

Em geral, consideramos a diferença como um produto da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos [...] (SILVA, 2000, p. 76).

A crítica que Silva (2000) faz em relação a perceber o outro a partir da concepção de quem somos, se manifesta na fronteira entre Coronel Sapucaia e Capitán Bado na tendência que evidenciamos em campo, com as entrevistas com gestores, professores e até mesmo alguns alunos acreditarem que mesmo havendo uma heterogeneidade significativa no espaço

escolar, ocorre uma espécie de “normalidade”, mas como pode-se acreditar numa homogeneização dentro das escolas. Afinal, a cultura paraguaia, vinda com os alunos de Capitán Bado, já não existe *a priori*?

Entendemos que essa “normalidade” acaba por limitar culturalmente os alunos de origem paraguaia. Como apuramos com alguns professores, aqui eles são brasileiros, para as escolas são brasileiros. Este deve ser um dos pontos atacados em um currículo pensado e construído especificamente para a fronteira, findar com esta aparente “normalidade” inserida nas escolas, normatizando a diferença cultural como uma constante e que carece de ser veiculada nas diretrizes educacionais do sistema de ensino aplicada a fronteira.

Diante disso, na sequência deste trabalho discutiremos alguns elementos que consideramos fundamentais para a construção de processos educacionais e práticas pedagógicas que sejam mais consoantes às especificidades das escolas situadas em áreas de fronteira.

### **CAPÍTULO 3**

## **DIFERENÇA, IDENTIDADE E ALTERIDADE COMO FUNDAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NA FRONTEIRA**

Sabendo que a fronteira reúne diferentes culturas, entendemos que os elementos culturais são importantes para compreender a sociedade da fronteira e as escolas, que como um componente destas sociedades não deve estar alheio à diversidade cultural, dado constatado em Coronel Sapucaia.

Entendemos que a cultura caracteriza e identifica uma dada sociedade. Portanto, em uma fronteira, onde temos o encontro de culturas e sociedade diferentes, a cultura deve ser tomada como objeto central nas questões para a elaboração de documentos ou de políticas públicas voltadas para a educação.

Em Coronel Sapucaia averiguamos que o município tem por base documental seguir o Referencial Curricular do Estado de Mato Grosso do Sul. Ao analisarmos tal documento, especificamente, sobre a disciplina de Geografia, nas séries finais do Ensino Fundamental (6º, 7º, 8º e 9º) anos constatamos que o mesmo não traz a questão cultural como um elemento a ser trabalhado em nenhum dos anos.

Este fato, todavia, é contraditório às próprias diretrizes contidas no documento destinadas ao Ensino Fundamental:

As áreas do conhecimento e os componentes curriculares no ensino fundamental devem articular em seus conteúdos a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos. Temas como direitos da criança e do adolescente, meio ambiente, trabalho, ciências e tecnologia, diversidade cultural e outros devem permear o desenvolvimento dos conteúdos de maneira transversal, tanto da base nacional comum como da parte diversificada do currículo (REFERENCIAL CURRICULAR DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL, 2012, p. 14).

Mesmo estando previsto no documento a abrangência e correlação dos conteúdos com a questão da diversidade cultural, esta não aparece explicitada nos conteúdos propostos para os anos finais do Ensino Fundamental.

Esta caracterização limita o docente que atua na fronteira a trabalhar a diversidade, pelo simples fato de ter de seguir o referencial. Outrossim, evidenciamos em Coronel Sapucaia que os professores de Geografia não utilizam esta abertura dada nas diretrizes para correlacionar os conteúdos trabalhados com questão cultural que lhes é tão presente.

Ainda a respeito da fronteira, lembramos Raffestin (2005, p. 12 e 13), que salienta:

A fronteira, portanto, é bem outra coisa e a história não pode ser inevitável sem ela, pois as sociedades foram sempre definidas pelas fronteiras que elas traçaram. Elas acompanham os movimentos dos povos e marcam as grandes viradas nas transformações das civilizações. (...). A fronteira não é uma linha, a fronteira é um dos elementos da comunicação biossocial que assume uma função reguladora. Ela é a expressão de um equilíbrio dinâmico que não se encontra somente no sistema territorial, mas em todos os sistemas biossociais.

É preciso termos claro que a Geografia, na medida em que busca compreender o espaço fronteiriço, deve associar a estas dimensões para além dos fatores físicos. É necessário analisar os fenômenos sociais resultantes da interação entre sociedade e fronteira, juntamente com o aporte de suas relações e interações. São essas interações inseridas nas sociedades que, a nosso ver, regulam a fronteira como lugar de encontros de culturas que são diferentes, ímpares, contraditórias e tensas.

Nesta associação entre fronteira/sociedade estabelece-se um espaço que organiza e reorganiza os fenômenos sociais inseridos ao longo do tempo e que traduzem a realidade social da fronteira, assimilando o encontro das culturas nesse espaço. É preciso estar atento a estas implicações que caracterizam a estrutura social fronteiriça. Neste sentido, lembramos as palavras de Callai (2000), ao afirmar que precisamos ter um olhar espacial:

O olhar espacial supõe desencadear o estudo de determinada realidade social verificando as marcas inscritas nesse espaço. O modo como se distribuem os fenômenos e a disposição espacial que assumem representam muitas questões, que por serem visíveis têm que ser descortinadas, analisadas através daquilo que a organização espacial está mostrando (CALLAI, 2000, p. 94).

A Geografia precisa analisar o espaço sob suas várias possibilidades: concretas, subjetivas e imaginativas. Cada sociedade manifesta no espaço que habita sua própria identidade, suas singularidades. Assim, este conceito chave para a Geografia – espaço - nos leva a compreender a diversidade do mundo, de cada local, as ações humanas, as trocas estabelecidas com o meio, o fundamento político que reflete a educação num dado território.

O grande desafio que está posto à prática educativa na escola, inserida ou não na faixa de fronteira, refere-se a como promover relações de intercâmbio e troca sem a emergência de pré-conceitos, discriminações ou o anulamento das culturas distintas, contribuindo para a emancipação social, com respeito e igualdades de direitos entre grupos socioculturais distintos. [...]

O debate relativo à interculturalidade traz para o espaço escolar e para as práticas educativas de professores e professoras de diferentes áreas e disciplinas um arcabouço conceitual e contribui para que posturas críticas em relação à estrutura social possam se concretizar. (TERENCIANI, 2011, p. 67 e 68).

Neste contexto, devemos salientar que a educação, suas normas, seus processos e sua forma, ou seja, seu produto final deva ser pensada e concebida para um caminho que convirja ao encontro das necessidades de sua sociedade.

Pereira (2009) elenca que a realidade dos sistemas de ensino em áreas de fronteira deva ser construído, de forma a contribuir para aproximar os países separados pela linha da fronteira, e superar as diferenças culturais ali existentes e manifestadas dia-a-dia.

[...] A realidade educativa de áreas de fronteira ao ser focalizada elucida aspectos sócio-educacionais que se encontram obscuros, revela especificidades que vão contribuir para uma visão mais ampla da educação em fronteiras internacionais e, por fim, lançar luzes sobre aspectos educativos que alertam para necessidade e continuidade de políticas educativas em prol da integração regional. A educação cumpre nessas áreas um importante papel para superação das diferenças culturais, consequentemente pode corroborar para aproximações com os vizinhos sul-americanos (PEREIRA, 2009, p. 51).

Assim, a educação na fronteira deve ser estruturada a partir da realidade híbrida cultural de seus povos.

O quadro de professores do referido município, principalmente os de Geografia, necessita atentar-se para esta origem paraguaia presente em suas salas de aula. Precisam trazer a tona esta realidade e criar junto aos alunos elementos para que compreendam o contexto social em que vivem.

O que não pode ocorrer, e este deve ser o principal alvo a ser atacado, é o fato das escolas de fronteira não retratarem a realidade de seus alunos, contida nas relações sociais e apresentadas nestas escolas através da pluralidade cultural, que caracteriza os municípios pesquisados.

A Geografia, ao enfatizar este processo cultural inacabado na fronteira, deve permear discussões que destaquem o contexto cultural e educacional inerente a Coronel Sapucaia e Capitán Bado.

Acerca deste constante fluxo de pessoas, de relações sociais, de relações econômicas, de relações subjetivas e de construção de identidades entre estas duas cidades fronteiriças, Gusmão<sup>21</sup> (2003, p. 91) aponta:

Antes de mais nada, a cultura no interior de uma realidade humana é sempre dinâmica, não é fechada ou cristalizada como um patrimônio de raízes fixas e permanentes. A cultura possui fronteiras móveis e em constante expansão.

---

<sup>21</sup> Neusa Maria Mendes de Gusmão trabalha com aspectos ligados a diversidade, cultura e educação, sendo assim, é possível e bastante pertinente fazer um aporte entre as questões que esta autora coloca e a problemática da fronteira.

Tampouco é conjugada no singular, já que é plural, marcada por intensas trocas e muitas contradições nas relações entre grupos culturais diversos e mesmo no interior de um mesmo grupo.

O Ministério da Educação, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), assegura, nos temas transversais, a pluralidade cultural, mencionando que esta pluralidade deve ser respeitada e analisada como objeto de estudo pela grande diversificação da população brasileira e, assim, justifica a incorporação desta temática no currículo escolar:

É sabido que, apresentando heterogeneidade notável em sua composição populacional, o Brasil desconhece a si mesmo. Na relação do país consigo mesmo é comum prevalecerem vários estereótipos, tanto regionais quanto em relação à grupos étnicos, sociais e culturais.

Historicamente, registra-se dificuldade para se lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/étnica. O país evitou o tema por muito tempo, sendo marcado por “mitos” que veicularam uma imagem de um Brasil homogêneo, sem diferenças, ou, em outra hipótese, promotor de uma suposta “democracia racial” (BRASIL, 1997, vol. 10, p. 22).

A escola, desta forma, deve promover o debate acerca desta falsa estabilidade homogênea, desmistificando-a, não sendo neutra e nem omissa. A escola não pode impor uma relação de negligência a uma questão de tamanha importância e específica de cada localidade no tocante a sua cultura.

É preciso que as escolas públicas de Coronel Sapucaia assegurem, através de seus Projetos Políticos Pedagógicos, a realidade cultural diversa do município, para tentar trazer para possíveis discussões políticas as diferenças culturais estabelecidas na fronteira. Sobre esta perspectiva, Candau & Moreira (2008, p. 23) destacam:

A consciência dos mecanismos de poder que permeiam as relações culturais constitui outra característica desta perspectiva. As relações culturais não são relações idílicas, não são relações românticas, elas estão construídas na história e, portanto, estão atravessadas por questões de poder, por relações fortemente hierarquizadas, marcadas pelo preconceito e discriminação de determinados grupos.

Fundada nesta prerrogativa, a Geografia, enquanto disciplina escolar, não pode deixar passar despercebida a pluralidade cultural de determinado local, principalmente se este local, este território, for uma fronteira internacional. Se o fizer, a Geografia estará perdendo seu caráter de ciência que procura explicar as relações sócio-espaciais.

Mato (2009) pondera que para compreender nossa experiência social é preciso que haja a inserção intelectual, mecanismos conceituais que propiciem elementos para que possamos nos perceber enquanto sujeitos sociais, mediante uma colaboração intercultural:

Sem a colaboração intelectual na produção de conhecimentos sobre nós mesmos, como indivíduos e como grupos sociais, é impossível compreender

nossa experiência social. Sem essa colaboração intelectual, a compreensão de significativos aspectos históricos, jurídicos, políticos, econômicos, sociais e outros de nossas sociedades será falsa, fictícia, baseada num “como se” cada uma dessas sociedades não fosse diversa e além disso, “mestiça” como sociedade, tanto como o são as cores de pele e os traços das grandes maiorias de pessoas que constituímos cada uma destas sociedades como totalidade. [...] Por isso, quando digo que a colaboração intercultural na produção de conhecimentos sobre nossas sociedades é “necessária”, faça-o enfaticamente e esperando que se entenda sua importância e não se tome superficialmente, como se essa fosse um tipo de gesto de caridade para com supostas “minorias”, ou como se se tratasse de uma apelação buscando o exótico ou o romântico (MATO, 2009, p. 82).

Na fronteira, a observação dos aspectos sociais é crucial para compreendermos e retratarmos a realidade espacial. Se os aspectos sociais forem desconsiderados como elementos centrais na observação social, estaremos descaracterizando a fronteira como produto de encontro de culturas, de trocas culturais, de sociedades diversas.

Tubino (2004) argumenta que é necessário criar espaços públicos onde o encontro proveniente da diversidade, que é tão intimamente associada à fronteira, possa vir a ser um ponto de diálogo, promovendo a interação intercultural. Nas palavras do autor:

La esencia de las democracias multiculturales es la deliberación intercultural en la vida pública. Pero en las democracias liberales la deliberación pública se encuentra culturalmente sesgada. Los espacios públicos de las democracias liberales son espacios culturalmente homogéneos y lingüísticamente monocordes. Por ello, la primera tarea de las democracias multiculturales consiste en crear espacios públicos interculturales en los que se den cita la diversidad de racionalidades para deliberar en común y llegar a generar respuestas y acciones concertadas ante los problemas propios y ajenos (TUBINO, 2004, p. 2)

De acordo com o autor, a interculturalidade deve ser pensada como um projeto ético e político, uma forma de inserir na sociedade o estabelecimento da democracia, através das manifestações culturais que são peculiares a diversidade humana presente em toda e qualquer parte do planeta. O autor pondera ser necessário abrir espaços de diálogo para que os preceitos interculturais sejam expostos de forma a garantir as manifestações individuais e coletivas da humanidade, espaços de trocas, espaços de interculturalidade.

Considerando que estamos pesquisando sobre ensino, sobre escolas de fronteira, sobre alunos, precisamos ter clareza de que em se tratando de Coronel Sapucaia os alunos paraguaios ou descendentes precisam ser vistos e pensados como indivíduos que pertencem e carregam consigo heranças culturais diferentes. Neste caso, espaços públicos como as escolas, se consolidarão em um local para manifestarem sua cultura e o que pensam sobre o ensino

aplicado a eles, sobre como sentem a influência da cultura brasileira ou da negação da própria cultura paraguaia.

Através das escolas públicas, inclusive nas aulas de Geografia, podem ter ou encontrar um espaço de diálogo social e se manifestarem. Dessa forma:

A escola ganha assim uma importância central nesse processo de discussão e problematização da alteridade/diferença, sendo um ambiente no qual a interação e o contato entre brasileiros e paraguaios (*brasiguaios*) pode se tornar uma fonte de relações nas quais o respeito para com as diferenças esteja presente cotidianamente, sem inferiorizações alheias, para assim chegar as práticas sociais emancipatórias e a formas de exercer a cidadania além dos marcos legal-regulatório presente nas fronteiras internacionais (TERENCIANI, 2011, p. 68, grifo da autora).

Todavia, é preciso tomar certo cuidado na abordagem da questão da diversidade cultural na educação e no ensino de Geografia, por parte do professor, pois:

[...] Tratar as pessoas diferentemente e, assim fazendo, enfatizar suas diferenças pode muito bem estigmatizá-las (e então barrá-las em matéria de emprego, educação, benefícios e outras oportunidades na sociedade), do mesmo modo que tratar de modo igual os diferentes pode nos deixar insensíveis às suas diferenças, e isto uma vez mais termina por estigmatizá-los e, do mesmo modo, barrá-los socialmente num mundo que foi feito apenas a favor de certos grupos e não de outros [...] (PIERUCCI, 1999, p. 106).

A respeito do conflito identitário, é necessário, através da educação, entender que pode ser no espaço da escola que as relações sociais, além de serem desenvolvidas, podem, através da Geografia, serem compreendidas, e trilhar para um caminho que leve ao reconhecimento e aceitação do outro.

Sobre esta perspectiva em relação ao outro:

[...] Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos sócio-culturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade (CANDAUI, 2009, p. 166).

Na escola, essas relações sociais vão acontecendo, se materializando, portanto, os alunos, ou melhor, o fluxo destes e de sua cultura, em foco, a paraguaia, estão intimamente ligados ao processo de construção e entendimento das relações sociais.

Contudo, as políticas públicas voltadas para a educação em áreas de fronteira não condizem com a realidade cultural de suas populações. Conforme constatamos, o Estado não organiza elementos curriculares que atendam suas excepcionalidades.

Fedatto (2005) chama nossa atenção para a falta de políticas públicas específicas para a educação em áreas de fronteira:

Numa análise mais acurada, tendo por base o currículo adotado, a primeira impressão que parece tornar-se certa é uma “típica escola brasileira”. O rol de disciplinas segue o “modelo” sugerido nas normas do Conselho Estadual de Educação. E o conteúdo? Pensa-se encontrar até algo que forneça algum indicativo da peculiaridade desta escola. Mas o conteúdo é todo baseado nos livros didáticos enviados pela FAE/MEC, isto é, o aluno de Ponta Porã<sup>22</sup> recebe o mesmo conteúdo que do Amazonas ou Pelotas (RS), uma vez que a parte diversificada do currículo não se traduz em projetos e atividades que contemplem as particularidades locais (FEDATTO, 2005, p. 495).

Destacamos, também, as ideias de outra autora que ressalta a necessidade de discussões teóricas e sociais que culminem em elementos que possam ser apreendidos na estruturação de currículos educacionais, que contemplem a diversidade cultural presente na fronteira e que possam ser organizados e seguidos pelas escolas fronteiriças:

Existem especificidades que circundam a realidade das áreas de fronteiras internacionais? A educação escolarizada numa fronteira tem características peculiares? As questões acima podem pautar estudos e investigações em qualquer parte do planeta, pois a problemática de fronteira está posta, indistintamente, no contexto de todos os países. Todavia, as respostas encontradas são paradoxais: se para alguns somente existe a realidade humana, não há realidades específicas e, por isso, não há peculiaridades para contextos geográficos e isso inclui as áreas de fronteira. Por outro lado, existem os defensores das singularidades que essencializam os diferentes espaços geográficos, tomando suas diferenças como epifenômenos (PEREIRA, 2009, p. 52).

A fronteira tem uma realidade diferenciada pela presença cultural ser plural, de existir em seu espaço relações de poder conflitantes entre sociedades e Estados diferentes.

Neste sentido, podemos aqui destacar as palavras de Tubino (2004, p. 3) em relação à problemática da educação intercultural:

Em sínteses, ni se mejoró la equidad en la calidad de los resultados ni se adaptó el proceso educativo a las necesidades locales y ala diversidad cultural. Salvo algunas excepciones provenientes de iniciativas de la sociedade civil ligadas a proyectos de educación bilíngue de poblaciones indígenas en zonas rurales alejadas, la educación pública en América Latina no ha ni multicultural ni intercultural.

De acordo com os dados obtidos nas entrevistas relatadas ao longo do capítulo 2, evidenciamos que os alunos paraguaios inseridos nas escolas públicas do município de

---

<sup>22</sup> Fedatto (2005) intitulou uma pesquisa com o seguinte tema: “Educação em Mato Grosso do Sul: limitações da escola brasileira numa divisa sem limites na fronteira Brasil-Paraguai”. Nesta pesquisa, a autora tomou como base de estudo as cidades de Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (Paraguai), contudo, utilizamos esta autora por entender que em Coronel Sapucaia (MS) e Capitán Bado (Paraguai) observamos também, que passados oito anos, que ainda não existe uma política pública voltada para o ensino em áreas de fronteira.

Coronel Sapucaia e vindos de Capitán Bado, não vão apenas produzir um espaço marcado pelo encontro de sociedades com trajetórias culturais distintas, mas, também, construir um espaço diverso e que depende destes sujeitos para se auto-reconhecerem, pois o aluno paraguaio carrega consigo sua “bagagem” cultural, que não “fica” no Paraguai quando este atravessa a fronteira para estudar.

Sobre esta perspectiva de ser diferente, Gusmão (2003, p. 87) destaca:

A alteridade revela-se no fato de que o que *eu sou e o outro é* não se faz de modo linear e único, porém constitui um jogo de imagens múltiplo e diverso. Saber o que eu sou e o que o outro é depende de quem eu sou, do que acredito que sou com quem vivo e por que. Depende também das considerações que o outro tem sobre isso, a respeito de si mesmo, pois é nesse processo que cada um se faz *pessoa e sujeito*, membro de um grupo, de uma cultura e uma sociedade. Depende também do lugar a partir do qual nós olhamos. Trata-se de processos decorrentes de contextos culturais que nos formam e informam, deles resultando nossa compreensão de mundo e nossas práticas frente ao igual e ao diferente (grifos da autora).

Dessa forma, a compreensão desta mobilidade de alunos oriundos do Paraguai para estudar em Coronel Sapucaia pode ser desenrolada a partir da identificação dos fenômenos sociais e da busca de entendimento de quem são estas pessoas e estes sujeitos e, para isso, estes elementos devem ser associados na disciplina de Geografia, serem abordados em consonância com os conteúdos. Tais fatores conjuntos e articulados podem ser o viés para um ensino de qualidade que reflita na aprendizagem dos alunos da comunidade local.

Para Tubino (2004, p. 10):

No creo que haya que dejar de insistir en la consolidación de las identidades nacionales como identidades cohesionadoras de las identidades locales al interior de un Estado por intermedio de la educación pública. Los radicales sostienen que los proyectos nacionales de los Estados modernos son caducos y que han sido causa de guerras y de legitimación de la violencia injustificada. Creo que tienen razón, pero no toda la razón. Tienen razón porque la educación pública no solo estandariza y unifica sino que somete y soslaya las diferencias. Pero no tienen razón porque – como sugieren – abandonar el proyecto de unificación identitaria conduce a la larga al aislacionismo cultural, al particularismo excluyente y al atomismo social; lo que es causa también de muchas guerras y de violencias injustificadas. Que la unificación lingüística e identitaria no sea excluyente ni hacia afuera (las otras culturas nacionales) ni hacia dentro (las culturas locales): ese es el reto de una educación pública intercultural.

Não podemos deixar de mencionar que esta associação entre identidade dada e vista a partir dos meios interculturais, dos encontros interculturais, proporcionados pela fronteira, cria condições para que haja entre os alunos, sejam paraguaios, sejam brasileiros, o

reconhecimento uns dos outros, enquanto sujeitos sociais e seres produtores de culturas ímpares.

Sendo assim, e a respeito desta emanção intercultural:

A interculturalidade orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade. Não ignora as relações de poder presentes nas relações sociais e interpessoais. Reconhece e assume os conflitos procurando as estratégias mais adequadas pra enfrenta-los (CANDAUI, 2003, p. 148).

Em uma cidade situada na fronteira a migração sempre será uma condicionante na estruturação social, e no dilema de se tentar definir uma identidade para esta sociedade fronteiriça. Partindo deste pressuposto, destacamos Gusmão (2003, p. 89) que argumenta:

A questão da identidade do eu, portanto, passa pelo mundo onde estou, ao qual pertencço e em que vivo, mas só é objeto de meu pensar como uma questão, um problema, quando me defronto com o outro diferente de mim e aí me pergunto: quem sou? [...]  
[...] A identidade e a alteridade revelam, portanto, que o outro não é inexistente e estrangeiro, distante de nós e daquilo que constitui nosso mundo. O que a alteridade diz é que o outro, existe e está no nosso mundo, como nós estamos no dele.

Cabe à Geografia, ao professor de Geografia, direcionar seus alunos a entenderem esta complexidade de transposição de uma fronteira não apenas política, mas fundamentalmente social, de pessoas.

Ressaltamos que entender esta transposição de fronteira política e social deve ser um meio e não um fim, uma espécie de intermediação para sociedades que possuem acepções culturais diferentes.

Ouvir os alunos, suas experiências, é primordial em qualquer espaço. Na fronteira, não é diferente. O que os alunos trazem para as salas de aulas traduz, ou pode, com o devido olhar do professor de Geografia, traduzir a realidade diversa e divergente da fronteira. É um exercício educativo saber ouvir por parte daquele que ensina

Parece claro que quanto mais ouvimos os alunos ou, melhor, os provocamos a falar, mais material temos para prepararmos nossas aulas e melhor entenderemos seus interesses e sua lógica. Muitas vezes, tomamos, precipitadamente, como “errados” certos dizeres ou pensamentos de alunos, sem nos darmos conta de que seu raciocínio encontra-se em nível distinto do nosso e que, o que para nós é um “erro”, para eles pode ser um caminho, um ponto de partida para o entendimento.

Em outras palavras, às vezes propomos a aula em “FM” e eles a entendem em “AM” (ou vice-versa): não há má vontade de nenhuma parte mas, simplesmente, não nos entendem, não há comunicação, não há diálogo. E,

sem este, como haver o ato educativo? Sem diálogo há apenas repasse de informações. O que é pouco! (KAERCHER, 2000, p. 139).

Entendemos, ainda, em se tratando de fronteira, que a vivência do aluno, sua identidade cultural, pode ser percebida como um dos vieses para se explicar a fronteira e sua enorme diversidade cultural, a distinção entre as diferentes culturas manifestadas e representadas por sujeitos heterogêneos.

O ponto de partida ou o de chegada - esta ordem não importa - devem ser as práticas sociais vivenciadas e materializadas pelos alunos. A complexidade social existente na fronteira pode, através desta relação prática, vivida, percebida e inerente aos alunos ser o ponto chave, ou melhor, o alvo dos professores de Geografia em suas aulas.

Contudo, é preciso ter certo cuidado ao abordar estas experiências trazidas pelos alunos. Como Kaercher (2000) sintetiza, é preciso que o professor de Geografia tenha clareza de seus objetivos e proposições metodológicas, senão essas experiências vinculadas aos alunos serão apenas meras informações.

Na fronteira entre Coronel Sapucaia e Capitán Bado é perceptível ver ora elementos da cultura brasileira, ora elementos da cultura paraguaia. Examinando esta condicionante dos dois municípios, a Geografia ministrada na rede pública de Coronel Sapucaia, pelas escolas, por seus professores, carece, de alguma forma, se apropriar deste lócus, desta condicionante de diversidade cultural e considerá-las, nas diversas situações de ensino-aprendizagem. É preciso que as escolas públicas, que os professores, sobretudo, os de Geografia, entendam que estão situados num contexto social marcado pela diversidade, que é fundamental ensinar respeitando a identidade cultural dos alunos, trabalhando as diferenças entre a cultura do Brasil e a cultura do Paraguai.

As práticas educacionais gestadas nas escolas devem abordar uma linguagem que propicie a articulação entre os conteúdos aplicados aos alunos e a compreensão do que é a fronteira, das suas trocas culturais e de sua diversidade humana. A escola, neste sentido, carece de ter um currículo voltado para uma sociedade bastante heterogênea e não homogeneizar seus alunos, pois não são semelhantes, suas raízes culturais são diferentes e divergentes.

Para fundamentar a importância da Geografia trabalhar esta característica única destas cidades, a pluralidade cultural, destacamos Kaercher (2007, p. 31), que enfatiza:

O espaço, o arranjo, a arrumação e a localização das coisas e das pessoas nos lugares deixam de ser pensadas como hipóteses, como possibilidades, como

problemas a serem discutidos em nome da “lição das coisas”, em nome da informação pela informação.

Portanto, a investigação da comunidade escolar de Coronel Sapucaia, das reproduções sócio-espaciais, é de suma importância que seja pensada pelo docente de Geografia como potencialidade de estudo, para desenvolver os temas e conceitos geográficos.

O professor de Geografia das escolas em questão tem de estar atento a este processo formador de cultura de seus alunos, de transposição de culturas, que ora perde/desagrega, ora ganha/agrega valores ou novas formas de se expressar e de se manifestar, tendo a clareza de que o conceito de fronteira extrapola a ideia de limite já pré-concebida.

Destacamos, a seguir, o trecho da resposta de um dos professores ao questionário aplicado no que se refere à sua concepção de fronteira e o que esta significa:

Significa dois países um do lado do outro como se fosse uma só cidade, a diferença é que existem pessoas com culturas diferentes com problemas sociais gerados pela má distribuição de renda, pois o Paraguai é um país agrário com muita dificuldade de desenvolvimento econômico. Na realidade a fronteira é só um limite entre dois países que vivem lado a lado (Questionário realizado com um professor de Coronel Sapucaia, enviado em novembro de 2013, à Márcio Marques Rosa).

De acordo com o relato deste professor, que sintetiza as concepções dos demais pesquisados, podemos observar que os professores de Geografia de Coronel Sapucaia ainda entendem que a fronteira é um mero marco divisor entre dois países. É interessante e ao mesmo tempo contraditório destacar, na fala deste professor, que existem pessoas com culturas diferentes.

Estes dados apresentados trazem o que observamos em campo, que a fronteira se constitui de um espaço com diferentes emanções culturais, mas, que ao mesmo tempo o sinônimo de limite tão a ela associado acaba por ocultar as diferenças culturais.

Dessa forma, seria necessário, por parte do docente, a observância de que sua prática pedagógica esteja direcionada à produção cultural da fronteira, tendo para tanto que buscar:

[...] uma perspectiva crítica da interculturalidade, que se encontra enlaçada com uma pedagogia e práxis orientadas ao questionamento, transformação, intervenção, ação e criação de condições radicalmente distintas de sociedade, humanidade, conhecimento e vida; isto é, projetos de interculturalidade, pedagogia e práxis que assumem a perspectiva da decolonialidade [...] (WALSH, 2009, p. 13 e 14).

O termo decolonialidade é empregado por Walsh para fazer uma crítica direta aos modelos eurocêntricos tidos como verdades absolutas e padrões a serem seguidos, é uma contraposição aos discursos coloniais. Quando utilizamos esta expressão queremos construir a

ideia de que na fronteira entre Brasil e Paraguai temos saberes e culturas que afloram a partir de espaços legitimados por híbridos e que também podem ser vistos como formas de pensamento das sociedades fronteiriças, rompendo com o modelo sempre intitulado de limite que a fronteira expressa.

Assim, a fronteira não deve apenas ser tomada como objeto de ensino por uma base material fixa, reproduzida em mapas por linhas “tracejadas”, não pode estar somente restrita à idealização que delimita a separação de duas ou mais nações.

Transpor esta lógica de espaços puramente físicos e materiais conduz a um processo de legitimidade da cultura presente na fronteira como elemento de destaque. Acerca deste processo, Rivarola (2011, p. 163) destaca:

La legitimidad de un proyecto regional originalmente basado en estrategias mercadológicas requiere el aval de imaginarios colectivos, la inclusión de identidades sociales, el alimento de las diversidades, la aceptación de conflictos y consensos. Si los procesos culturales conforman principios configuradores de la cohesión social, ningún proyecto comunitario es pensable al margen de los argumentos cifrados que provee la cultura.

O espaço vivido deve ser apropriado pelos professores que lecionam Geografia na fronteira, como elemento chave para explicar as relações sociais na fronteira. As inter-relações que se dão no espaço devem ser vistas como possibilidades de estudo e compreensão social, sem limites pré-concebidos. Nesse sentido, Massey (2008, p. 191) demonstra:

Algumas vezes há tentativas de traçar limites, mas mesmo esses não se referem, geralmente, a tudo: são sistemas seletivos de filtragem, seus significado e efeito são constantemente renegociados. E eles são, constantemente, transgredidos. Lugares não como pontos ou áreas em mapas, mas como integrações de espaço e tempo, como eventualidades espaço-temporais.

É a partir do real, como instrumento de reflexão que os professores de fronteira devem pensar e problematizar seu planejamento. A simbologia refletida a partir do espaço fronteiriço mostra fatos que nos levam a entender o lugar. O uso, por parte do professor, desta emanção da realidade vivida pelos alunos é primordial e precisa ser explorado nas aulas de Geografia, nos conteúdos trabalhados, fazendo atribuições que sejam pensadas a partir das questões sociais e humanas apresentadas por meio de várias linguagens e paisagens, combinadas e concebidas no espaço fronteira. Mesmo por que:

“Cultura”, não é um objeto, nem um conjunto de objetos, ou de atributos “objetivos” de certos seres ou coisas. O uso da categoria “cultura” denota um olhar, seja esse o do pesquisador ou o de outros atores sociais. Nesse sentido, é um adjetivo. É por isso que, no interior de qualquer grupo humano que se supõe e se afirma que partilha “uma cultura”, sempre há disputas sobre como

é, o que é e o que não é essa cultura, o que inclui e não inclui. É usual observar essas diferenças e inclusive disputas, por exemplo, entre mulheres e homens, ou entre indivíduos de diferentes gerações de um mesmo povo indígena, ou, quando se trata de um país, entre gente de diferentes regiões, classes sociais, etnias etc (MATO, 2009, p. 76).

A compreensão destas manifestações culturais materiais ou mesmo imateriais é essencial no entendimento da fronteira e, por consequência, na formação educacional dos alunos provenientes deste espaço, não apenas restrito ao conhecimento geográfico, mas também propiciando aos alunos capacidade de se tornarem cidadãos críticos dentro da sociedade em que vivem.

Compreender a diversidade significa reorganizar aquilo que concebemos como fronteira, mais do que isso, transfere à própria sociedade a capacidade de gerir um conhecimento coletivo a respeito das diferenças culturais locais, promovendo uma construção social a respeito do encontro das diferentes manifestações culturais que afloram na fronteira, para o “enfrentamento” das diferenças sociais e culturais que se estabelecem na fronteira.

Rivarola (2011, p. 164) fala um pouco desta possível construção social, oriunda da própria sociedade como uma alternativa para espaços onde as políticas públicas não se fazem tão presentes, como no caso de fronteiras, que estão distantes dos centros políticos dos Estados:

Eso implica reorientar conductas y conocimientos colectivos, reformular expectativas, usos y costumbres bien diversos. E involucra esos lugares difusos donde se procesa la identidad y se construye el sentido: espacios no institucionalizados y difícilmente alcanzable por políticas públicas. Estas “regiones de lo cultural” sólo pueden ser movilizadas a partir de circuitos de participación ciudadana, que prevean la repercusión de la integración del mercado sobre la cultura cotidiana, y fomenten la aptitud de los distintos sectores sociales para evaluar y asumir estos impactos.

O professor de Geografia pode buscar associar os conteúdos trabalhados a partir da representação cultural apresentada pelos alunos, oriunda da diversidade que a fronteira proporciona. É preciso que ocorra uma interação destas manifestações culturais com o que se propõe a ensinar; dialogar os conteúdos aplicados com a produção socioespacial da fronteira credita aos alunos a importância do ensino de Geografia, como ciência capaz de abordar o modo de vida dos mesmos e utilizá-lo para explicar o espaço onde eles próprios estão inseridos.

Na fronteira, cada indivíduo, não importa a qual lado pertença, carrega consigo particularidades distintas, identidades singulares, modos de ver e perceber o espaço em que vivem de modo ímpar.

Não há como, mesmo que esta seja uma tendência, homogeneizar espaços, é inviável para a compreensão da fronteira, analisar o espaço como único, igual. Massey (2008, p. 2004) fala desta impossibilidade:

[...] de uma forma ou de outra, confrontemos o desafio da negociação da multiplicidade. O mero fato de termos de continuar juntos, o fato de não podermos (mesmo que queiramos, e isso, em si mesmo, não deve, de forma alguma, ser presumido) “purificar” espaços/lugares. Neste acabar juntos, o que está em questão são os termos do compromisso dessas trajetórias (tanto “sociais” quanto “naturais”), essas histórias-até-agora, dentro (e não apenas dentro) daquela conjunturabilidade.

Contudo, se o docente de Geografia não tiver esta percepção de que o espaço na fronteira resulta de uma multiplicidade de encontros sociais, fará com que estes elementos culturais e identitários percam importância em suas aulas e passem despercebidos.

A identidade cultural simboliza o reconhecimento de uma sociedade, é considerável mencionar que tal construção não pode estar alheia ao processo de ensino que existe na fronteira.

Se os processos de ensino ficarem restritos a um planejamento que segue moldes de um sistema educacional dominante, distante da realidade da fronteira, imposto ou pensado por aqueles que desconhecem as dinâmicas sociais presentes na fronteira, se tornarão totalmente desinteressantes para os alunos e dificilmente conseguirão refletir os anseios sociais do local onde são aplicados e impostos.

O ensino não pode ser unicamente produto de uma artificialidade imposta por livros didáticos, tão pouco por modelos que menosprezam as diferentes historicidades construídas e reconstruídas no espaço diariamente, que na fronteira são, muitas vezes, bastante contraditórias.

Tal questão leva-nos a refletir sobre as ideias de Mato (2009, p. 76 e 77):

[...] a existência dessas diversas representações que identificam como é uma cultura se apresentam porque cada um dos que reivindicam como sua uma suposta “cultura” tem sua própria maneira de vê-la, de experimentá-la, de narrá-la e de representá-la.

Por isso, especialmente como pesquisadores e educadores, devemos ter especial precaução em evitar projetar sobre nossas experiências uma ideia pré-concebida do que é e do que não é “cultura”. Não digo só evitar projetar nossas próprias ideias do que uma certa “cultura”, uma cultura específica, mas evitar partir de uma ideia pré-concebida de cultura, como “artefato”, como “coisa” ou conjunto de coisas. Porque tal tipo de projeção leva a acabar “descobrimo” na “realidade” o que já estava nas visões teóricas consolidadas, e assim, ao falar de “cultura”, só ver o “setor cultura”, ou só as artes, as indústrias culturais, as culturas populares e o consumo cultural, e, em troca, não ver como “cultura”, por exemplo, as instituições jurídico-

políticas, as instituições sociais, as maneiras de se relacionar no âmbito interpessoal, os valores, os desejos, as maneiras de aprender, as maneiras de “ensinar” etc.

Quando nossas práticas de produção de conhecimentos e socioeducativas são interculturais? Quais são elas? As que desenvolvemos quando e com quem? [...] Penso que, potencialmente, sempre é possível reconhecer a existência de relações interculturais em qualquer experiência humana. A questão é sermos capazes e compreender quando resulta significativo prestar atenção a determinadas diferenças e modos de relacionamento entre indivíduos e grupos humanos. Quando é potencialmente útil e em que termos [...].

O professor de Geografia que ensina na fronteira, bem como, em qualquer outro espaço, não pode estar preso somente aos livros didáticos, com conteúdos distantes da realidade de seus alunos. Ele deve “provocar” em seus alunos questionamentos que os levem a pensar sobre a cultura, a sociedade, as práticas sociais, as dinâmicas estabelecidas, enfim, sobre o espaço que vivenciam.

Não problematizar o espaço habitado pelos alunos quando se ensina Geografia na fronteira, ou em qualquer outro lugar, é negar a existência de seu modo de vida, de sua história, de sua cultura e, por consequência, de sua identidade, é negar a existência da própria sociedade.

O professor pode e deve colaborar para que as identidades contidas nos fluxos da fronteira sejam explanadas e explicadas. Machado e Haesbaert (2005, p. 93) apontam esta prerrogativa, quando mencionam:

A construção e reconstrução de identidades não constituem um processo linear. Trata-se de um processo eivado de contradições e ambiguidades, os símbolos envolvidos nem sempre tendo a mesma eficácia. Altamente complexo, o jogo de identidades pode ser facilitado ou dificultado, de acordo com as condições sociais em que se dá. Nesse sentido, a presença de “marcos” ou referenciais histórico-geográficos pode ser um fator decisivo na construção e reconstrução de identidades.

Há por parte dos docentes de Geografia a necessidade de ir além, de adensar em suas aulas a materialização das relações humanas que ali se estabelecem, através daquilo que permeia e provém da realidade dos lugares, ou da imaginação que temos de determinados espaços, que neste caso está realçado pela fronteira e suas particularidades, caracterizando a identidade não apenas do espaço, mas também das pessoas.

Os conteúdos trabalhados precisam, de alguma forma, ir ao encontro das dinâmicas sociais que se estabelecem na fronteira. Trazendo estas dinâmicas sociais para os objetivos traçados em seu planejamento, ou ainda, criando seus objetivos a partir destes, fará com que em suas aulas sejam refletidas as diferentes culturas e estruturas sociais próprias da fronteira,

bem como a fronteira é pensada e utilizada pelas diferentes sociedades que se somam neste espaço.

A leitura do espaço é essencial para a compreensão do mesmo. A fronteira tem como uma de suas principais características o encontro de duas ou mais culturas, revelando, assim, a diversidade humana, a multiplicidade de diferentes combinações históricas e sociais.

Portanto:

A negação consciente ou inconscientemente da condição pluri e intercultural própria de todas as sociedades latino-americanas constitui um significativo lastro histórico, pelo que implica em termos de nossa ignorância sobre nós mesmos. Isso é assim para todas as sociedades latino-americanas, ultrapassando as diferenças quantitativas e qualitativas que possam ser observadas entre elas em termos de pluri e interculturalidade.

O lastro que supõe esta negação não só afeta as possibilidades de construir sociedades mais justas e inclusivas, como também que cada uma destas sociedades possa utilizar todos os saberes e talentos a seu alcance para construir seu presente e futuro, em lugar de privar-se de aproveitar muitos deles. Negar aspectos de nós mesmos, automutilando-nos como sociedades amplas e complexas, é como caminhar sobre um só pé, ou talvez seja apropriado dizer de cabeça para baixo ou com a cabeça de “outro” (MATO, 2009, p. 80).

Assim, quando se ensina na fronteira, especificamente, e não se dá a devida atenção a estas diferenças culturais, há uma tendência de fazer com que haja uma “espécie” de similaridade entre os alunos, entre suas diferentes culturas.

[...] quem trabalha aqui em Coronel Sapucaia sabe que tem inúmeros alunos de origem paraguaia, é só prestar atenção no fundo da sala, na conversação entre eles “rola um guarani”, não entendo nada, as vezes acho que eles também não me entendem, mas fazer o que? Minha aula é dada para o todo, para mim são todos iguais, tirando, como disse essa conversa entre eles, não vejo diferença e, mais, se eles vêm para uma escola no Brasil, terão de aprender o que nós ensinamos, no final do ano a gente percebe que todos são iguais, há os que aprenderam e os que não aprenderam, mas isso é igual em todas as escolas, vai do esforço e vontade de cada um [...] (Entrevista realizada com um professor, em agosto de 2012, concedida a Márcio Marques Rosa).

Desse modo, temos um grande agravante: a tendência de homogeneizar a fronteira, reconhecendo apenas uma cultura, muitas vezes a qual o próprio professor pertence, negligenciando outras formas culturais e suprimindo-as de tal forma que as mesmas parecem não existir.

Se o professor promover esta tendência propiciará a formação da construção de um pensamento que nega a diversidade, que a fronteira não é composta pelo encontro de culturas

e sociedades extremamente diferentes. O estranhamento e a negação a uma cultura condizem com o estranhamento e a negação de uma sociedade e de seu povo.

Na fronteira, as culturas devem ser observadas como elementos que dão identidade às pessoas e aos lugares. Rivarola (2011, p. 164) expressa a cultura da seguinte forma:

Se entende la cultura como un sistema simbólico, articulado con el tecnológico y vinculado con formas de organización social. Es un conjunto de bienes y haceres simbólicos, redes de sentido que levantan las sociedades para autocomprenderse y legitimarse; formas a través de las cuales ellas se reconocen y se diferencian; acervos patrimoniales, figuras, discursos colectivos y estilos de vida que les permiten imaginarse, recordar y proyectarse hacia el futuro. Según esta acepción, las políticas y derechos culturales abarcan la identidad y la memoria, las creencias, los conceptos y las ideologías, los lenguajes, las costumbres y tradiciones, el patrimonio, etc.

Dessa forma, entendemos que a fronteira é um lugar de encontro de culturas, não há como isolar estas trocas, estas construções culturais. É justamente este “confronto” cultural que atribuí à fronteira uma das suas principais características, a diferença.

Este entendimento, que pode vir a ser promovido pelo professor, principalmente nas aulas de Geografia, propicia que os elementos culturais diferentes que se expressam na fronteira sejam tomados como ponto de partida para a construção de um currículo que atenda a realidade da(s) sociedade(s) de fronteira(s). Múltiplas combinações possíveis e passíveis de serem construídas simbolicamente juntas, contribuindo para que a diversidade cultural existente na fronteira seja compreendida e aceita.

E mais, de acordo com Mato (2009, p. 80 e 81):

Esta realidade não se enfrenta com a celebração *folklorizante* da diversidade, nem com a “nacionalização” de ritos, danças e costumes destas populações, incorporando-as às festividades, monumentos e rituais de Estado. Resolver esta profunda e antiga fissura histórica que atravesse nossas sociedades demanda em primeiro lugar reconhecer sua existência e a dos conflitos associados a ela, não só em nível nacional e macropolítico mas também em cada um dos espaços microssociais, e talvez de maneira especialmente importante, nas experiências socioeducativas [...] exige trabalhar intensa e prolongadamente na reconstrução de nossas sociedades a partir deste “dado”. As histórias e situações contemporâneas relativas a esses problemas variam muito de uma sociedade latino-americana para outra, mas em todas elas, esse tipo de dissociação e conflito afeta também a produção, circulação, apropriação e aplicação de conhecimentos, assim como as práticas socioeducativas. Por isso, quaisquer que sejam as vias específicas de solução desses conflitos, em todas elas o diálogo e a colaboração intercultural entre as diversas formas de saber necessariamente devem fazer parte dos caminhos a percorrer [...].

Dessa forma, a dificuldade de aceitação do outro, que se dá neste confronto de culturas e de identidades, depreciando ora uma cultura, ora outra, seria amenizado e quem sabe extinto.

Neste sentido, entendemos que um currículo que melhor atendesse a realidade da fronteira deveria pautar-se, então, no hibridismo cultural deste espaço, na identificação das diferenças culturais, para a partir destas circunstâncias construir seus temas e conceitos e creditar visibilidade, trazer para as práticas de ensino elementos que contemplem entre outros aspectos:

- a) A superação da visão nacionalista de cada país, quando os conflitos bélicos são abordados numa perspectiva unilateral;
- b) A necessidade de atividades na área de matemática em relação ao câmbio financeiro entre países;
- c) A ineficiência da segurança pública nos lindes brasileiros, que gera exploração de pessoas e produtos;
- d) A indiferença em relação aos conflitos; os estudantes se designam com estigmas e estereótipos, resultando em preconceitos e discriminações;
- e) A ênfase sobre as diferenças entre os países, ao invés de buscar as semelhanças; isso acarreta distanciamento entre os países e o atraso na consolidação da integração sul-americana;
- f) A importância da análise dos fluxos, a exemplo dos deslocamentos por estudantes residentes nos países vizinhos, que atravessam a linha de fronteira para o lado brasileiro em busca de escolarização na Educação Básica, bem como do fluxo em sentido inverso, no que tange à educação superior e à pós-graduação, brasileiros procuram pelo ensino desses níveis em instituições bolivianas e paraguaias, fugindo das avaliações propostas pelas instituições de ensino superior do Brasil e, por último.
- g) O intercâmbio entre escolas de fronteira (PEREIRA, 2009, p. 55).

A Geografia, desta forma, não pode separar do espaço suas constituições políticas, econômicas, sociais, culturais e raciais, pois estes são importantes elementos de estudo para que uma ciência humana os desvincule das práticas sociais.

A tomada da abordagem cultural, como dimensão fundamental na compreensão da fronteira necessita ser diferente, deve corresponder a uma nova maneira de pensar a cultura como elemento de identidade dos povos.

Para tanto, Machado e Haesbaert (2005, p. 104) definem:

O caráter singular e contrastante da identidade, sempre definida na relação com a alteridade, com a diferença, e cuja singularidade em termos territoriais é definida cada vez menos pelo “homogêneo-único”, mas pela especificidade da combinação de processos heterogêneos e/ou da conexão entre redes de distintas origens.

Esta identidade deve estar caracterizada de acordo com as relações materiais e imateriais que emanam do espaço e do papel que desempenha nos processos culturais, lidos através de seus diversos esboços.

Com isso, para o professor, a carga cultural trazida pelos alunos para dentro das escolas desempenha um papel muito importante na aquisição do conhecimento, constitui uma relação, uma orientação de qual rumo tomar em relação a seus objetivos.

Mesmo tendo que seguir uma diretriz curricular que não esteja identificada com a comunidade em que trabalha, o professor tem meios de direcionar os alunos ao encontro dos objetivos que ele propõe em suas aulas. Esse planejamento, pensado a partir da realidade dos alunos, cria significância dos conteúdos na vida dos alunos, nas relações que estes alunos estabelecem com a fronteira, uma apreensão por parte dos alunos de um conhecimento construído dia a dia, pois:

Neste contexto, extremamente vivo e plural de discussão e busca, algumas questões podem ser identificadas como ocupando uma posição central nos debates, sendo expressão de matrizes teóricas e político-sociais diferenciadas. Entre elas podemos citar a problemática da igualdade e dos Direitos Humanos, em um mundo marcado por uma globalização neoliberal excludente, e as questões da diferença e do multiculturalismo, em tempos de uma mundialização com pretensões monoculturais (CANDAUI, 2009, p. 155).

O aluno e suas relações sociais devem ser vistos como elementos indispensáveis nas aulas de Geografia para o entendimento da fronteira. Neste sentido, é imprescindível à disciplina de Geografia ministrada nas escolas de fronteira assumir o papel de esclarecer as dinâmicas sociais que se materializam neste espaço através de suas próprias práticas.

Construir junto aos alunos um conhecimento geográfico que seja flexível no intuito de aceitar os diferentes indivíduos e as diferentes manifestações culturais fronteiriças. Entendemos que esta construção de conhecimento geográfico deva se dar através de perspectivas traçada em um currículo criado especificamente para as escolas de fronteira.

Há que ocorrer uma transformação nas formas de se ensinar Geografia na fronteira, das materialidades e imaterialidades ali existentes que são, e não poderia ser diferente, responsáveis pela organização e estruturação social, pelo modo de vida das pessoas que vivem na fronteira, tendo em vista que:

[...] É notório que aspectos educativos da área de fronteira, até recentemente, tenham sido tratados nas políticas educacionais nacionais, regionais e locais de forma unilateral e homogênea, isto é, sem se considerar a singularidade fronteiriça que pressupõe, no mínimo, relações bilaterais (PEREIRA, 2009, p. 54 e 55).

Para caminhar na direção de incluir este debate pluricultural nas escolas de fronteira, Rivarola (2011, p. 166) aponta:

Requiere trabajar los condicionamientos y obstáculos de la transmisión en aula de esa identidad, a partir de los disímiles marcos educativos nacionales, aproximaciones disciplinares y diversidades culturales; adecuaciones curriculares y de contenidos, formación de docentes en la pedagogía de la identidad y del “reconocimiento” multiétnico, etc. [...] El aprendizaje de la geografía, la historia, la formación ciudadana, hoy fijado a los límites nacionales, deberá enfatizar de ahora en más aspectos compartidos del territorio, la historia y cultura regional. También las celebraciones y ceremonias – fijadas en fechas de independencia patria o de conflictos bélicos entre nuestros países – deben apuntar a lo colectivo.

É primordial analisar nas aulas de Geografia o modo de vida das pessoas, seus valores, costumes, sua cultura e como estes se articulam, se manifestam e estão representados no espaço, individual e coletivamente.

A leitura do espaço é reveladora das realidades sociais, fazendo uma amostragem de como as pessoas interagem, porque:

A leitura da organização do espaço deve ser iniciada pelo espaço conhecidos dos alunos. O conteúdo dessa leitura é a própria sociedade em que eles atuam e revela como a sociedade divide o seu espaço e como os grupos sociais se apropriam dele. Existem subespaços dinâmicos e outros mais conservadores. Essa organização do espaço deve ser pensada individualmente e coletivamente (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 63 e 64).

A sociedade fronteira deriva destas implicações sociais, o afloramento ímpar das perspectivas sociais e culturais desta população é produzido por meio de um conjunto de fatores próprios de cada indivíduo e, ao mesmo tempo, somando-se, dando uma coletividade cultural proveniente de suas interações, das quais indivíduos e sociedades foram submetidos, e os alunos englobam estas perspectivas.

Observar e utilizar nas aulas de Geografia os significados culturais presentes na fronteira exige habilidade do docente, fazer com que os alunos percebam que ao entrar no mundo uns dos outros, convergem para a quebra de uma barreira que muitas vezes está delimitada através da negação e preconceito frente à determinada cultura.

A importância de se perceber as relações sociais da fronteira, que nada mais é em se tratando de mundo, de um recorte espacial, constitui o primeiro passo para fazer com que o aluno compreenda a totalidade mundo.

O modo de vida de um aluno não pode ser menosprezado pelo professor. A representação, muitas vezes simbólica, que o aluno tem do lugar onde vive, provém das

diferenças culturais que são peculiares ao espaço. O contexto cultural do qual o aluno faz parte constrói sua percepção cultural e forma sua identidade que é:

[...] Um elemento fundamental nesta perspectiva são as histórias de vida e da construção de diferentes comunidades sócio-culturais. É muito importante esse resgate das histórias de vida, tanto pessoais quanto coletivas, e que elas possam ser contadas, narradas, reconhecidas, valorizadas como parte de processo educacional. Por outro lado, especial atenção deve ser dada aos aspectos relativos à hibridização cultural e à constituição de novas identidades culturais. É importante que se opere com um conceito dinâmico e histórico de cultura, capaz de integrar as raízes históricas e as novas configurações, evitando-se uma revisão das culturas como universos fechados e em busca do 'puro', do 'autêntico' e do 'genuíno', como uma essência pré-estabelecida e um dado que não está em contínuo movimento. Este aspecto se relaciona também com o reconhecimento e a promoção do diálogo entre os diferentes saberes, conhecimentos e práticas dos diferentes grupos culturais. (CANDAUI, 2009, p. 169 e 170).

A sociedade da fronteira, via de regra, será/é composta por estes alunos, por sua percepção cultural, sua identidade. Ao professor cabe adentrar nestas relações, neste mundo de diferentes significados, os quais configuram e afirmam a diversidade cultural ali existente, do encontro híbrido de culturas que reflete na espacialidade das pessoas e nas suas dinâmicas sociais.

A significância imaterial e material que cada aluno tem da fronteira amplia suas possibilidades de entendimento do espaço em que vivem, visto que:

Os laços locais são significativamente culturais, demonstram a vida, as formas de fazer as coisas, de tratar da natureza, de construir os espaços. Na medida em que não existe esta relação, o lugar passa a não ter significado, a não ter sentido para as pessoas que ali vivem. Acontece uma apatia em relação às coisas do lugar, uma alienação em relação ao espaço em que vivem. Elas passam a estabelecer, então, ligações mais importantes com outros lugares, talvez distantes, onde fazem investimentos financeiros, onde mantêm outras relações, encurtando, na verdade, tais distâncias.

A cultura é um dado fundamental na compreensão dos lugares [...] As maneiras como os grupos exploram o espaço, como estabelecem as relações com o ambiente têm muito a ver com sua cultura. Conhecê-la, portanto, pode ser significativo para compreender o lugar, e entender por que as coisas acontecem do modo que estão acontecendo.

Reconhecer a cultura local significa perceber a história do lugar, as origens das pessoas que ali vivem e as verdades e valores que pautam as relações entre elas (CALLAI, 2000, p. 123).

Representar esta relação faz com que os dilemas sociais sejam pensados e refletidos. Nestes termos, a Geografia contribui para que as diferenças de identidade que existem nas sociedades de fronteira, embasadas pelas diferentes culturas que ali se encontram, sejam

aceitas, visto que, os alunos perceberão que todos, independentemente de qual lado da fronteira estejam não estão isolados e podem dialogar culturalmente uns com os outros.

O hibridismo cultural oriundo da fronteira deve ser pensado como um meio, uma prática que leve a convivência humana dada a partir do respeito percebido, concebido através das diferenças.

O ensino de Geografia pode contribuir para a quebra de preconceitos e estereótipos atribuídos a fronteira, para a aceitação das diferentes manifestações culturais existentes, propiciando que tais manifestações sejam expostas e refletidas.

A cultura simboliza e reflete o comportamento social de uma dada sociedade. Seus expoentes implicam no modo de vida das pessoas e nas dinâmicas espaciais.

Fidel Tubino aponta que as culturas necessitam, antes de tudo, de se auto compreenderem:

Las culturas se conservan transformándose y solo el ejercicio de la autonomía crítica de la gente puede garantizar que esta transformación, inherente a las relaciones interculturales, no se convierta en pasiva asimilación de las culturas originarias a las culturas societales nacionales. Las culturas precisan autocomprenderse, vale decir, acceder al pensamiento reflexivo, pues la consciencia crítica es la condición de la autonomía cultural. La libertad de decir sí o no. Hoy en día constituye una condición necesaria para la apropiación y preservación de una herencia cultural. Bajo las condiciones de una cultura que se ha hecho reflexiva, solo pueden mantenerse aquellas tradiciones y formas de vida que vinculan a sus miembros con tal que se sometan examen crítico y dejen a las generaciones futuras la opción de aprender de otras tradiciones o de convertirse a otra cultura y zarpar de ella hacia otras cosas. Las culturas solo sobreviven si obtienen de la crítica y de la secesión la fuerza para su autotransformación (HABERMAS *apud* TUBINO, 2004, p. 21 e 22).

O uso destas emanções culturais por parte da Geografia faz com que se criem mecanismos que levem os alunos a elucidar e relacionar os conteúdos assistidos àquilo que está presente em seu cotidiano. Em se tratando de fronteira, de uma variedade cultural que talvez não ocorra em outra parte do mundo, pois é formada diariamente.

A fronteira, com certeza, é fruto de uma transição cultural diária. A(s) identidade(s) é (são) concebida(s) através dos processos históricos que firmam e caracterizam uma ou outra sociedade. Moldando o espaço, dando forma a este. Nesse aspecto, a ciência geográfica, como uma ciência que constrói seus elementos de estudo a partir do espaço, pode vir a contribuir para desvendar as manifestações culturais e explicar as relações sociais produzidas e reproduzidas neste espaço que denominamos de fronteira.

Enquanto docentes de Geografia, os professores que trabalham na fronteira não podem esquecer que a compreensão do espaço fronteiro deve ser esboçada através daquilo que para os alunos é precedido de significação.

Para Castrogiovanni (2000), o espaço, o lugar vivido pelos alunos, é formado por uma identidade que é absorvida pelos mesmos:

Cada lugar é sempre uma fração do espaço totalidade e dos diferentes tempos, portanto, na busca da compreensão dos lugares há necessariamente o trânsito pela totalidade. A ideia de lugar está associada à imagem da significação, do sentimento, da representação para o aluno.

O lugar é formado por uma identidade, portanto o estudo dos lugares, deve contemplar a compreensão das estruturas, das ideias, dos sentimentos, das paisagens que ali existem, com os quais os alunos estão envolvidos ou que os envolvem (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 15).

Nesta possível elucidação do espaço fronteira, a Geografia, o ensino a partir desta ciência, torna-se um instrumento que, através do professor de Geografia, proporciona mecanismos que sejam capazes de levar aos alunos o entendimento daquilo que lhes é essencial para compreender o espaço que habitam, que transitam, levando consigo suas heranças culturais identificando-se como sujeitos sociais, que moldam e estruturam a própria sociedade fronteira.

Destarte, a tensão permanente que se dá a partir do processo desencadeado pela construção e desconstrução de identidades sofridas pelos indivíduos existentes na fronteira pode vir a ser melhor elucidado dentro das acepções trabalhadas nas escolas, ao serem abordadas nas aulas, a cultura, as culturas; o encontro destas deve ser alvo dos professores nas temáticas de ensino. A identidade sempre será uma condicionante estrutural na fronteira.

Nas diferentes formas de abordar o espaço, que a Geografia proporciona, estudando a paisagem, o território, o lugar, a região, organiza elementos que, de acordo como são “tratados” pelos docentes desta disciplina, trazem uma associação com as emanções culturais que se manifestam diante dos alunos, às vezes, dentro das próprias escolas.

Nesta condicionante, as questões ligadas ao ensino de Geografia elencam uma possível reformulação das maneiras, dos arranjos diversos, múltiplos, das questões atreladas aos processos sociais e, portanto, culturais, das inter-relações entre as diferentes sociedades, fazendo com que os fenômenos sociais vivenciados pelos alunos, como já mencionamos, algumas vezes acontecendo dentro das escolas, possam vir a ser decifrados, ou uma vez que diversificados, serem aceitos.

As construções coletivas ou individuais destes alunos devem ser o ponto de partida para demonstrar como as representações espaciais destes são essenciais e fundantes para as sociedades que compõem a fronteira.

O “ataque” a estas práticas trazidas e percebidas através dos alunos devem ser interpeladas e expostas. Nesse sentido, Abinzano (2005, p. 114 e 115) escreve:

Dos sociedades que habitan a ambos lados de una línea de frontera y que interactúan de diversas formas marcan con sus praxis los límites socio antropológico de la región de frontera. Y en esa praxis generan construcciones simbólicas y representaciones colectivas que son substanciales con el proceso dialéctico de las acciones y las ideologías de las sociedades fronterizas y los hombres de la frontera. Porque las sociedades de frontera poseen una *especificidad* innegable. Son los agentes sociales quienes construyen su escenario de interacciones dentro de los límites fijados objetivamente por sus especializaciones productivas y laborales, y por muchos otros factores que combina determinaciones locales, regionales mas amplias, nacionales e incluso internacionales de gran escala. Lo importante es el núcleo mas denso y significativo de estas interacciones que se manifiestan en forma de redes dinámicas y procesuales para cuyo estudio es necesario apelar a metodologías que den cuenta de la complejidad y el dinamismo que las constituye.

Não queremos dizer, e que fique claro, que a Geografia deva ser designada como a única ciência capaz de trazer e dar conta de todas as temáticas sociais e culturais que proveem da fronteira. Não é isso. Nem tão pouco queremos atribuir aos professores de Geografia o papel de “vilões” da história. Apenas relacionamos a Geografia e seus operadores um *rol* de possibilidades que julgamos serem capazes de interpretar a fronteira.

Quando falamos nesta possível interpretação da fronteira é indispensável que as trocas sociais e culturais que são estabelecidas pelos alunos, seus diálogos corriqueiros, das “rodas” de tereré, das “paqueras” que constituem os preceitos étnicos e culturais, que extrapolam a linha limítrofe entre as cidades, entre os países sejam pensadas.

Esta aproximação dos conteúdos com os alunos, com a vivência destes, congrega às temáticas de ensino um tipo de habilidade que é essencial no processo de ensino-aprendizagem – a realidade do aluno, trazida para as discussões e provocações conduzidas pelo professor.

As diferentes identidades estão diretamente associadas às emanações culturais. Para Tubino (2004, p. 5) as identidades são construídas com base em coletividades e nos processos que são capazes de se reinventar a partir de encontros estabelecidos através do tempo:

[...] Estas son caracterizaciones o autodenominaciones que aluden a los modos como un colectivo se afirma frente a los otros en un momento determinado de su historia . Las determinaciones identitarias no son ni fijas

ni “naturales”, no están determinadas ni por la “sangre”, ni por el “lugar de nacimiento”, ni por las propiedades intrínsecas de un grupo social. Son producto de incesantes construcciones, imaginaciones e invenciones. Las identidades no son cosas, son procesos que se reinventan en interacción con otros procesos. No son entidades ni esenciales ni subsistentes, son entidades situacionales. Sin embargo, en el terreno político que es el espacio en el que se mueven los discursos indianistas - , las identidades se esencializan por necesidades prácticas, las categorías conceptuales se simplifican , las identidades étnicas se colocan como cosas definidas y – por razones estratégicas -las fronteras culturales se tornan nítidas .

Queremos ressaltar, com isso, que a delimitação imposta, atribuída à fronteira, não determina nem, tão pouco, organiza sua funcionalidade. Suas trocas sociais constituem-se a partir da integração e interação que se dá com o encontro de suas sociedades, do ir e vir das pessoas.

Um intercâmbio cultural intenso derivado desta possibilidade de fluidez que se apresenta no território, percebido pelo simples caminhar das pessoas nas ruas e que integram as práticas sociais.

De acordo com Abinzano (2005, p. 116):

Las condiciones geográficas forman una parte importante em las determinaciones de las praxis sociales. Pero, las fronteras –ya sean líneas o regiones- no poseen un carácter sustantivo o esencialista desde el punto de vista de dichas praxis. Hay acciones humanas y orientaciones ideológicas jugando dialécticamente en el tiempo porque las regiones de frontera son el escenario de relaciones sociales fundamentalmente dinámicas. Y, por otra parte, las líneas de frontera que aparecen como la variable más rígida *dentro* la región de fronteras está permanentemente adaptándose a los cambios nacionales o globales potenciados actualmente por el proceso de integración.

Evidenciamos, assim, que esta configuração tida através da reprodução dos hábitos das pessoas, dos hábitos mais simples como a própria circulação molda e estrutura a dinâmica social na fronteira, pois:

As experiências das pessoas que vivem na fronteira devem ser entendidas como um modelo de respostas. Por meio da análise de suas narrativas percebem-se as suas vivências a todo o momento com “o outro”. Ou seja, a relação do simbolismo que é a fronteira permeia o estilo de vida dessas pessoas, embora elas não compreendam de maneira objetiva a complexa gama dos significados que envolvem a noção de fronteira de um modo mais amplo (BALLER, 2008, p. 89).

Esta circulação é também vivenciada pelos alunos. Nesse sentido, o professor de Geografia pode, através desta simples rotina de seus alunos, criar um “espaço” em suas aulas que permita aos alunos reproduzirem o trajeto que fazem de suas residências até as escolas, mesmo porque, muitos destes alunos vêm do Paraguai.

A possível apropriação da construção de “mapas” produzidos pelas percepções vistas e obtidas pelos alunos, conta, traduz um pouco do que estes alunos percebem da fronteira e faz com o que o processo de ensino-aprendizagem seja capturado de acordo com a vivência e a realidade dos alunos que já carregam consigo uma hibridez cultural de suas casas, de suas famílias e de suas experiências dadas e concebidas socialmente.

Como bem observam Machado e Haesbaert (2005, p. 93), a identidade, além de cultural, é também uma construção geográfica:

Por mais que no senso comum se tenha uma concepção clara e definida de identidade, como se ela fosse ‘natural’ a um determinado grupo, deve-se partir do pressuposto de que a identidade cultural é uma ‘construção’ social-histórica – e, no nosso caso, também geográfica.

Estas observações feitas e fundadas no processo de transposição e circulação das pessoas na fronteira, não faz com que seus preceitos culturais sejam postos em segundo plano. Não é este o intuito que propomos.

Nossa proposição, principalmente para os professores de Geografia que atuam na fronteira Coronel Sapucaia/Capitán Bado, é que sejam tomadas como objeto de complementariedades culturais, e que permitam ou auxiliem na construção de espaços de integração cultural nas escolas e como elementos que sejam capazes de promover a leitura espacial da fronteira.

Tendo em vista que é importante a compreensão de que a fronteira está construída para sua sociedade em acordo com as práticas sociais vividas e experimentadas pelos sujeitos de um lado e do outro, no caso de nosso estudo, por paraguaios e brasileiros, as diferenças, sobretudo, culturais destes povos também irão compor a historicidade social da fronteira.

As manifestações destas culturas revelam quem o sujeito é, revelam sua identidade e, tendo sua identidade revelada, identificando um sujeito, também vai estabelecer a noção do “outro”, ou seja, a partir de quem somos é que definimos quem é o outro. Isso é inerente à fronteira, sua dinâmica se dá pelo fenômeno social do contato das diferentes culturas e, por consequência, relações de alteridade ao longo do tempo.

Sendo assim, as escolas passariam a exercer, a propiciar a interação cultural na fronteira. A conjunção dos processos culturais voltados para a integração regional, agregando espaços de diálogo cultural, provenientes de seus atores mais importantes, os alunos.

Temos, desta forma, uma nova e possível maneira de ler, interpretar e compreender o espaço fronteira, suas dinâmicas sociais e suas implicações territoriais, podendo vir a atacar

inclusive o adjetivo tão intimamente associado a Coronel Sapucaia e Capitán Bado como lugar de criminalidade, banditismo e narcotráfico.

As escolas públicas de Coronel Sapucaia, os professores de Geografia, em suas aulas, podem construir junto aos seus alunos a percepção de que estes vivem em um território cultural ativo e dinâmico, e que suas representações sociais estruturam a fronteira.

É um espaço que está imerso nas trocas culturais, as configurações espaciais e culturais próprias da fronteira determinam e condicionam as implicações sociais e o uso do território, inclusive nas escolas, nos processos de educação, da própria leitura espacial que fazemos da fronteira, Hanciau (2005, p. 133) destaca:

Se há dificuldade em pensá-las, em apreendê-las, é porque aparecem tanto reais como imaginárias, intransponíveis e escamoteáveis. Estuda-las, se não resolve essa problemática, leva pelo menos a entender o sentimento de inacabamento, ilusão nascida da incapacidade de conceber o ‘entre-dois-mundos’, a complexidade deste estado/espaço e desta temporalidade.

As sociedades, as escolas, o ensino, os alunos, enfim, a fronteira, depende destas implicações humanas para produzir e configurar um equilíbrio entre seus agentes construtores e moldadores do espaço. A história da fronteira é definida de acordo com este “equilíbrio”, aproximando ou distanciando suas sociedades e do que pensamos e apreendemos da fronteira; o equilíbrio irá se estabelecer a partir daquilo que desejamos filtrar e encapsular em nossas mentes sobre o que realmente pensamos ser a fronteira a partir da nossa zona de conforto social.

De acordo com Fedatto (2005), esta falta de políticas específicas para o ensino na fronteira acaba por ocultar a diferença cultural vinda e percebida com a heterogeneidade dos alunos:

Isto leva-nos a crer que, para esses professores, o que a nós apresenta-se como “diverso”, “plural”, para ele faz parte do cotidiano de sua atividade profissional, onde o gesto mecânico e automatizado dirige mais as atividades que a consciência (FEDATTO, 2005, p. 497).

Acreditamos que a perspectiva intercultural permite aos professores romper com esta “automatização” dos métodos de ensino na fronteira, pois pode propiciar aos mesmos o entendimento de que em suas salas de aulas há elementos culturais distintos e que precisam ser apresentados e apropriados nos processos de aprendizagem, porque estes fazem parte da identidade social de seus alunos e compõem a diversidade humana existente na fronteira.

Suas práticas de ensino, pensadas a partir de processos interculturais, podem vir a criar ações efetivas dentro das escolas que considerem o hibridismo cultural de seus alunos.

Assim, possibilitando através de um mecanismo de ensino intercultural novas referências e novas perspectivas de perceber as diferenças culturais de seus alunos e como estas implicam no aprendizado dos mesmos, sendo um importante instrumento capaz de promover a integração cultural entre os alunos.

A perspectiva intercultural, nos processos de ensino na fronteira, pode contribuir para um processo de(re) construção social, contribuindo para que em Coronel Sapucaia e Capitán Bado sejam apresentadas novas possibilidades educacionais que venham ao encontro da realidade cultural e social divergentes de seus alunos, de suas sociedades, sendo uma alternativa para apontar um novo parâmetro de ensino em escolas de fronteira, que seja capaz de tratar das distinções de suas populações.

Nesse sentido, a perspectiva intercultural é um importante aporte para se trabalhar as diferenças culturais existentes na fronteira. No caso de nossa pesquisa, se constitui de um importante elemento reflexivo para quebrar barreiras encontradas pelos próprios docentes, bem como evitar que as crianças paraguaias que estudam em Coronel Sapucaia não sejam:

“Violentadas” não só quanto à língua, também quanto à sua realidade cultural, porque além de não utilizarem metodologias diferenciadas, os professores têm dificuldade de considerar a complexidade da situação vivida porque como todo trabalhador, no modo de produção capitalista, ele também foi expropriado de seu conhecimento e reproduz o formalismo que lhe é exigido dos órgãos superiores de ensino desconsiderando, assim, a diversidade cultural presente em sua sala de aula (FEDATTO, 2005, p. 497).

Dessa forma, é bastante evidente que há a necessidade de se construir políticas públicas com preceitos interculturais para as escolas em áreas de fronteira.

Além disso, é necessária que a perspectiva intercultural seja uma referência para a construção de pensamentos e práticas pedagógicas, que permitam processos de ensino/aprendizagem mais condizentes com as especificidades presentes nas escolas situadas em áreas de fronteiras internacionais.

A cultura deve ser pensada como parte integrante na constituição da identidade de cada aluno. Sendo assim, buscar elementos organizacionais dentro do currículo escolar que possibilitem práticas pedagógicas interculturais.

Na mesma medida, é necessário, ainda, de acordo com a crítica que Fedatto (2005) faz em relação à formação de professores que atuam em áreas de fronteira, que a inserção de um currículo diferenciado e atento à diversidade cultural existente na fronteira, propicie aos professores que lecionam nestas escolas um aparato legal para que os mesmos possam

ministrar suas aulas em consonância com a complexidade social e cultural que está presente todos os dias em suas salas de aula.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de nossa pesquisa pudemos identificar os problemas existentes no espaço escolar em relação à presença de alunos de origem paraguaia e sobre sua inserção em um modelo escolar que não atende suas especificidades sociais, culturais e históricas. Além disso, pudemos verificar as dificuldades por parte de docentes e alunos no tocante à língua como uma barreira a ser transposta, pois os professores lecionam em português para classes onde um significativo número de alunos tem como língua oficial o espanhol.

As entrevistas com os professores, alunos, pais de alunos, coordenação, indivíduos e moradores das duas cidades mostraram os empecilhos para que o processo de ensino seja feito de forma satisfatória contemplando a realidade da fronteira, destacando-se, neste caso, a falta de adaptações curriculares e estratégias em aula que assumam a característica cultural peculiar.

Nas escolas, percebemos que seus Projetos Político Pedagógicos não estão construídos de forma a atender a comunidade paraguaia que se faz presente entre seus alunos. Não há encontros ou reuniões entre docentes, gestores e comunidade escolar para traçar objetivos que visem um ensino que esteja voltado para a presença de alunos paraguaios.

É notório, também, principalmente em relação aos professores, a tendência de classificar as implicações culturais dentro de uma homogeneização, deixando, à primeira vista que não há diferença cultural entre seus alunos, diante de uma rotina já estabilizada, da forma como ocorre o aprendizado. Reportam-se aos alunos de origem paraguaia da mesma forma que aos alunos brasileiros, indicando que não há a necessidade de ajustes em seus planejamentos.

Esta conformidade acaba por esconder as dificuldades sentidas tanto por alunos, bem como pelos próprios professores, evidenciada na fala de um deles que disse ser quase impossível fazer a correção de textos de alunos paraguaios devido à escrita, que às vezes, ocorre em guarani, espanhol, ou em muitos casos quando há uma mescla destes idiomas com a língua portuguesa.

Sabemos e queremos registrar que os professores não são culpados por estas situações conflitantes que se dão na fronteira, pois, para existir a garantia de uma melhor inclusão dos alunos de origem paraguaia, há a necessidade de formação específica para estes

professores que atuam nestas escolas. A preparação dos professores através de políticas públicas e cursos de formação, específicos, que contemplem a diversidade cultural presente na fronteira constitui-se num importante avanço para que as escolas promovam um ensino de qualidade compatível e exclusiva para seu contexto social.

Quando conversamos com pais de alunos paraguaios, percebemos que frequentar uma sala de aula do lado brasileiro não se constitui uma opção e sim uma necessidade, sendo a escola brasileira uma referência, não por excelência na qualidade do ensino, mas por oferecer uma infraestrutura que as do Paraguai não fornecem, como uniforme, material didático, cadernos, merenda e outros.

A maneira como os conteúdos da disciplina de Geografia, como também das demais, é ministrado aos alunos de origem paraguaia, ocorre de uma forma um tanto quanto insuficiente, pois não é trabalhado de forma diversificada para atender a realidade destes alunos, como se a diversidade cultural não se fizesse sentir nas escolas. Torna-se, dessa forma, necessário que o Estado, na representatividade de qualquer uma de suas esferas, aprofunde os estudos sobre a realidade das escolas de fronteira e que reflita sobre as dificuldades encontradas pelos professores no ato de lecionar.

Importante seria possibilitar a definição e a clareza sobre os problemas enfrentados nas escolas e por seus professores na educação em regiões fronteiriças – com o estabelecimento ou não de cidades gêmeas como Coronel Sapucaia e Capitán Bado. Citamos como objetos de reflexão os limites na interpretação de textos e da própria fala dos alunos. O professor, desde que devidamente amparado em sua formação, poderia ter suas práticas de ensino de forma mais compatíveis com a realidade plural na qual encontra-se inserido dentro do ambiente escolar, para, não ter comprometido seu trabalho.

Um profissional preparado, estando condizente com a relação cultural proveniente da fronteira, do fluxo de alunos que recebe diariamente, facilitaria aos alunos paraguaios o entendimento de forma mais clara dos conteúdos trabalhados e, no caso da Geografia, fazendo com que estes conteúdos tenham significado para seu grupo de educandos, pois a interpretação dos conteúdos está diretamente ligada à capacidade que o professor tem de conseguir articulá-los à própria vivência do aluno, para que este compreenda a totalidade mundo.

Interessante é poder constatar que as escolas de Coronel Sapucaia estão abertas para a aceitação de alunos paraguaios, até porque há uma espécie de “burla” à condição de

estrangeiros apresentando comprovante de residência do Brasil, o que realmente não seria um empecilho, a não ser pelo fato de que estas escolas não problematizam essa vinda de alunos paraguaios como um fato que merece um cuidado especial em suas propostas pedagógicas, para serem refletida nos atos de ensino e aprendizagem.

Por estas constatações é que fica claro que há a necessidade de o Estado criar uma política pública educacional que vise atender as necessidades das sociedades que estão na fronteira, com isso, podendo minimizar aspectos desfavoráveis como essa defasagem no índice de aprendizagem. Pois, o que vimos em campo é que estas escolas continuam trabalhando com um modelo pensado e organizado de forma a atender apenas um lado da fronteira, o lado brasileiro, e para adequar estas escolas a sua realidade cultural diversa é preciso reconstruir as diretrizes curriculares específicas para a fronteira.

A criança de origem paraguaia, como qualquer outra criança, está em processo de ampliação e construção de seu conhecimento, de nuances identificatórias com seus próprios valores sociais e a escola pode vir a contribuir para que esta criança, este aluno, perceba as diferentes formas de se relacionar. Também pode promover a observância de que em um espaço comum (a escola) exista toda uma conjuntura social e cultural distinta, mas que pode se aproximar e interagir. Estes aspectos são aditivos ao desenvolvimento do crescimento humano como sujeito social, dentro de uma dada sociedade.

O fato é que não podemos apenas aceitar que as escolas brasileiras em regiões de fronteira sejam meros receptáculos de alunos de origem paraguaia nos diferentes níveis e etapas da educação, mas procurar elencar meios e possibilidades para que estes alunos tenham um modelo educacional que atenda suas particularidades, garantindo um ensino e aprendizagem satisfatória e que propicie de forma eficaz sua inserção no cenário social da fronteira, como um ser que seja capaz de compreender o próprio ambiente em que vive.

O desenvolvimento deste processo de integração entre a realidade dos alunos e o próprio currículo escolar construído para atender as escolas localizadas em regiões de fronteira, carece de ser pensado a partir da observância das várias manifestações culturais que ali afloram e articulados por projetos institucionais integrados pelos dois países, visando contemplar os dois lados da fronteira, que, embora tenham como princípio básico o mesmo objetivo, isto é, a criação de uma unidade política educacional regional, apresentam histórias sociais e culturais bastante diferentes. Não pode apenas estes projetos coexistirem, mas é fundamental complementarem-se entre si.

Em termos gerais, esse projeto educacional pensado para a fronteira deve ser fruto da cooperação entre os Estados brasileiro e paraguaio, sem as delimitações de poder impostas, neste caso, pela fronteira internacional. Apesar de poderem surgir diferentes formulações, deve estar garantida a perspectiva de formação de uma unidade educacional. Nesse sentido, constituindo-se como um novo parâmetro educacional regional a ser seguido e, ao mesmo tempo, dando novos horizontes para a vida das pessoas, na medida em que aglutina uma pluralidade de aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e institucionais, o que exige que se tenha uma visão particular das necessidades da fronteira, em ambos os lados, e de suas relações de reciprocidade.

É imprescindível, para a criação deste novo modelo educacional, que os Estados Nacionais não fiquem se sobrepondo, através de relações de poder. Os mesmos precisam interagir e se articular de modo a tornar a fronteira um espaço comum no âmbito da educação, que seja um modelo básico para os dois países e que supere o forte nacionalismo estabelecido por uma fronteira delimitada por leis e retratada nos mapas.

A integração, via educação, ao nosso ver, parece ser o caminho para amenizar, pois mesmo assim, entendemos que nunca serão findadas as diferenças sociais, culturais, políticas e econômicas entre cidades gêmeas na linha de fronteira, como Coronel Sapucaia e Capitán Bado. Mas, sem dúvida, a educação integrada oferece elementos capazes de enfrentar as desigualdades sociais e compreender o espaço fronteira.

Por fim, atentamos que embora a circulação de pessoas seja livre na fronteira, esta não é garantia de que tenham sua cultura, seu modo de vida social, sua historicidade respeitada, tão pouco valorizada. O preconceito e o sentimento de inferioridade são uma exclusividade dos alunos paraguaios de Capitán Bado que atravessam para Coronel Sapucaia para estudar, dificultando uma melhor capacidade de entender as dinâmicas sociais existente na fronteira e não contribuindo para seu aprendizado, fazendo muitas vezes com que estes alunos fiquem as margens do processo de ensino e sejam estereotipados como membros de uma sociedade tida como inferior, cunhada em suas vidas a ligação ao narcotráfico, por exemplo.

Contudo, não podemos nos esquecer de que na fronteira as diferenças estão em constante processo de construção e reconstrução, dadas a partir da materialização do modo de vida das pessoas e também por implicações de relações de poder oriundas ou não da presença

do Estado, regulando as dinâmicas sociais, como no caso de nosso estudo, voltadas para a educação.

Dessa forma, entendemos que é de grande relevância a construção de uma perspectiva intercultural como fundamento para as práticas educativas nas escolas de fronteira. Todavia, a construção de uma perspectiva intercultural para o ensino em áreas de fronteira não deve estar apenas restrita a documentos oficiais, como, por exemplo, um referencial curricular ou propostas educativas, mas deve ultrapassar tais documentos e se dinamizar como uma perspectiva de compreensão e construção das práticas docentes.

Esta necessidade de políticas públicas voltadas para o ensino em escolas de fronteira deve ter como fundamento elementos que rompam com a similaridade entre escolas fronteiriças e as demais distantes da fronteira, para, desta forma, propiciar aos professores que atuam em escolas localizadas nas fronteiras brasileiras elementos curriculares voltados para sua realidade diversa.

Percebemos que torna-se fundamental a construção de propostas educacionais próprias para a fronteira, alicerçadas em instrumentos de interculturalidade, visando romper com a aparente normalidade existente nas escolas de fronteira, atacando e apresentando a diferença cultural entre seus alunos, pois esta diferença deve ser entendida como o foco principal dos processos de ensino e aprendizagem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABINZANO, Roberto Carlos. Las Regiones de Frontera: Espacios Complejos de la Resistencia Global. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Organizador. **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005, p. 113-130.
- BALLER, Leandro. **Cultura, Identidade e Fronteira: Transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005)**. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: Faculdade de Ciências Humanas - Universidade Federal da Grande Dourados, 2008.
- BRANDÃO, C. R. O outro, esse desconhecido. In: \_\_\_\_\_. *Identidade e etnia*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Volume 10.
- BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – 3º e 4º ciclos do ensino fundamental**. Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1992 a 57/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994. – 31. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.
- CALLAI, Helana Copetti. A Geografia no Ensino Médio. In: **Terra Livre**, n. 13. São Paulo: AGB, 1999, p. 56-89.
- \_\_\_\_\_, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio. (org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000, p. 83-134.
- CANDAU, Vera Maria; KOFF, Adélia Maria Nehme Simão. Conversas com ... sobre a didática e a perspectiva multi/intercultural. In: **Educação & Sociedade**. Vol. 1, n. 1. São Paulo: Cortez; Campinas. CEDES, 1978, p. 471-493.
- CANDAU, Vera Maria; LEITE, Miriam Soares. Diálogos entre diferença e educação. In: CANDAU, Vera Maria. (Org.). **Educação intercultural e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 121-141.
- CANDAU, Vera Maria. Didática e multiculturalismo: uma aproximação. In: LISITA, V. M. & SOUSA, L. F. (orgs.), **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de**

**inclusão escolar.** XI Endipe. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_, Vera Maria. Sociedade Multicultural e Educação: tensões e desafios. In: CANDAU, Vera Maria. (Org.) **Cultura(s) e Educação.** Entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 15-37.

\_\_\_\_, Vera Maria. Direitos Humanos, Educação e Interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. In: CANDAU, Vera Maria. (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas.** – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 154-173.

\_\_\_\_. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: CANDAU, Vera Maria & MOREIRA, Antonio Flávio. (orgs). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 13-37.

\_\_\_\_. Vera Maria. & MOREIRA, Antonio Flávio. Educação escolar e cultural: construindo caminhos. In: **Revista Brasileira de Educação.** N. 23, mai.ago. (2003).

CARVALHO, Evandro Menezes de. A fronteira no direito e os direitos sem fronteiras. In: BARCELLOS, Marilda de Araujo & SCHULER, Fernando (Orgs.) **Fronteiras arte e pensamento na época do multiculturalismo.** Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 57-71.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** 3ª Ed. Vol. 3. Paz e Terra, 2002.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In: CASTROGIOVANNI, Antonio. (org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano.** Porto Alegre: Mediação, 2000, p. 11-81.

CAVALCANTI, Lana de S. Concepções teóricas e elementos da prática de ensino de Geografia. In: CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia e Práticas de Ensino.** Goiânia: Alternativa, 2005, p. 11-28.

CHAUÍ, M. O mito fundador. 8ª reimpressão, São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

CLAVAL, Paul. A Geografia cultural. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

FEDATTO, Nilce A. S. Freitas. Educação em Mato Grosso do Sul: Limitações da Escola Brasileira Numa Divisa sem Limites na Fronteira Brasil-Paraguai. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Organizador. **Território sem limites: estudos sobre fronteiras.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005, p. 491-510.

FERRETTI, Caio. **A atual Guerra do Paraguai.** 2012, disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br> – acesso em: 21/11/2013.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. In: **Revista Brasileira de Educação.** Maio/Jun/Jul/Ago. 2003, n. 23, p. 16-35.

GABRIEL, Carmen Teresa. Didática Crítica multi/intercultural: sobre interlocuções teóricas e construções de objetos. In: CANDAU, Vera Maria. (Org.). **Educação intercultural e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 31-51.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Os desafios da diversidade na escola. In: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. (Org.). **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. – São Paulo: Biruta, 2003, p. 83-105.

HANCIAU, Núbia J. Entre-Lugar. In: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora: UFJF, 2005, p. 125-142.

KAERCHER, Nestor André. Geografizando o jornal e outros cotidianos: práticas em geografia para além do livro didático. In: CASTROGIOVANNI, Antonio. (org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

\_\_\_\_\_, Nestor André. **O gato comeu a geografia crítica? Alguns obstáculos a superar no ensino-aprendizagem de geografia**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de & PONTUSCHKA, Nidia Nacib. Geografia em Perspectiva. SP, Contexto, 2002, p. 221 a 231.

\_\_\_\_\_. A Geografia Escolar: gigante de pés de barro comendo pastel de vento num *fast food*? In: **Terra Livre**. Presidente Prudente, Ano 23, v. 1, n. 28, 2007, p. 27-44.

MACHADO, Lia; HAESBAERT, Rogério *et al.* O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005, p. 87-112.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATO, Daniel. Diferenças Culturais, Interculturalidade e Inclusão na Produção de Conhecimentos e Práticas Socioeducativas. In: CANDAU, Vera Maria. (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 74-93.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Os (des)caminhos da identidade (Etnicidade e multiculturalismo). In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15. 2006, p. 87-115.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Tipologia das Relações Fronteiriças: Elementos para o Debate Teórico-Práticos. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005, p. 377-408.

OLIVEN, Ruben George. Territórios, fronteiras e identidades. In: BARCELLOS, Marilda de Araujo & SCHULER, Fernando (Orgs). **Fronteiras arte e pensamento na época do multiculturalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 157-166.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle. **Diversidade Cultural nas Escolas de Fronteiras Internacionais: O Caso de Mato Grosso do Sul**. Revista Múltiplas Leituras, v. 2, n. 1, 51-63, jan./jun. 2009.

\_\_\_\_\_, Jacira Helena do Valle. **A especificidade de formação de professores em Mato Grosso do Sul: limites e desafios no contexto da fronteira internacional**. InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, n. 29, p. 106-117, jan./jun. 2009.

PEREIRA, Diamantino. A. Geografia Escolar: conteúdos e/ou objetivos? **Caderno Prudentino de Geografia**, n.17. Pres. Prudente: AGB, 1995, p. 62-74.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 1999.

RAFFESTIN, Claude. A Ordem e a Desordem ou os Paradoxos da Fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Organizador. **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005, p. 9-15.

RIVAROLA, Milda. Latinoamérica, identidad e integración. In: CAETANO, Gerardo (coord.) **Mercosul – 20 años**. Montevideo: CEFIR; FRIEDRICH EBERT, 2011.

SANTOS, Douglas. **O que é Geografia?** São Paulo, 2007, apostilado.

SILVA, T. T. A produção social da identidade da diferença. In: \_\_\_\_\_. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SOUZA, José Carlos de. **A Identidade do Migrante Paraguaio e de seus Descendentes Radicados em Dourados (1989 – 1999)**. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: Departamento de Ciências Humanas - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2001.

SOUZA SANTOS, B. de. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In: \_\_\_\_\_. **Pela mão de Alice**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 135-157.

STRAFORINI, Rafael: **Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. São Paulo: Annablume, 2004.

TERENCIANI, Cirlani. **Interculturalidade e Ensino de Geografia em Escolas na Fronteira Brasil-Paraguai em Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Dourados: Faculdade de Ciências Humanas - Universidade Federal da Grande Dourados, 2011.

TUBINO, Fidel (2004). **Del interculturalismo funcional al interculturalismo crítico**. Disponível em [http://www.pucp.edu.pe/ridei/pdfs/inter\\_funcional.pdf](http://www.pucp.edu.pe/ridei/pdfs/inter_funcional.pdf). Acesso em 10 de julho 2013.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria. (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 12-42.

## **Anexos**

### **Roteiro de questões para entrevistas com os professores de Geografia das escolas de Coronel Sapucaia:**

- 1) Como você analisa a presença de alunos de origem paraguaia na escola brasileira? Isso traz problemas e dificuldades nas aulas de Geografia ou não? Se sim, quais os principais problemas e dificuldades referentes à presença desses alunos nas aulas de Geografia?
- 2) Você precisa fazer alguma mudança em sua forma de trabalho por causa da presença de alunos de origem paraguaia em suas aulas? Se sim, quais?
- 3) E em relação aos conteúdos trabalhados, é necessária alguma mudança ou adaptação devido à presença desses alunos? Quais as principais dificuldades em relação aos conteúdos?
- 4) Em relação aos conceitos de território, lugar e fronteira – considerando a diversidade da fronteira e a presença desses alunos de origem paraguaia – como procurar trabalhá-los? Quais os recursos didáticos utilizados para isso? Qual o livro didático utilizado?
- 5) Como você trabalha especificamente o conceito de fronteira? Em que contexto? Em qual ano? Há um conteúdo específico ao qual relaciona esse conceito? Qual?
- 6) E para você, o que significa a fronteira? Qual sua concepção sobre a fronteira?

**Roteiro de questões para entrevistas com os coordenadores pedagógicos e diretores das escolas de Coronel Sapucaia:**

- 1) A escola possui alunos de origem paraguaia matriculados? É possível estimar a quantidade aproximada desses alunos?
- 2) A escola possui projeto ou algum tipo de discussão sobre a questão da fronteira e da diversidade cultural considerando a presença de alunos paraguaios? Se existe como é?
- 3) Como a escola entende a questão da diversidade cultural (principalmente em relação aos alunos paraguaios) no caso do ensino de Geografia no município? Como isso é contemplado no Projeto Político Pedagógico da escola?
- 4) Quais as principais dificuldades ou problemas em relação à presença de alunos paraguaios na escola?